BRASIL:
TEMPOS MODERNOS

Coletânea de ensaios coordenada por

Celso Furtado

Paz e Terra

Pensar o Brasil

Engolfado nas contradições tipificadoras do subdesenvolvimento, com tôda a sua pulsação contida na camisa-de-fôrça de um govêrno dedicado, por natureza e vocação, a reverter os pequenos avanços de antes e a impedir os lances mínimos de progresso, o Brasil necessita como nunca se pensar, para que a ação daí conseqüente não incorra nos erros de teoria e tática da atividade política, que o levaram à situação atual. Pensar-se em todos os campos, do econômico ao cultural, do social e político ao das ciências. Pensar-se livremente, levando em conta suas circunstâncias específicas dentro de uma estrutura de semelhanças que caracteriza o momento da América Latina ou, de um modo mais amplo, do chamado Terceiro Mundo. O movimento militar de abril de 1964, pela radical inversão que impôs à história do país, veio sugerir e exigir a obrigação, por parte das fôrças progressistas, de reavaliar precisamente os rumos da vida nacional a partir da decolagem para o desenvolvimento, agora interrompido, em meados da década de 1950. De certa forma, isto tem sido feito em várias obras de autores de tendências as mais diversas, e o será cada vez mais intensamente na medida em que a realidade indique, com fôrça ineludível, uma exigência inadiável de profundas transformações.

Vem-nos agora, do exterior, um volume em que o Brasil — "um território de dimensões continentais, um país em plena expansão demográfica, mas também uma estrutura social arcaica, uma economia desequilibrada onde as formas de produção mais avançadas coexistem com técnicas atrasadas" — é sistemàticamente pensado. Dedicando um número especial de sua revista, *Les Temps Modernes*, ao Brasil, Jean-Paul Sartre dá continuidade conseqüente ao seu interêsse pelos problemas do Terceiro Mundo, interêsse que constitui um dos melhores aspectos de sua progressiva aproximação crítica relativamente ao marxismo. Solicitando do economista Celso Furtado, banido da vida pública nacional pelo golpe de 1964, a concepção e elaboração dêsse número especial, afirmou o pensador francês seu interêsse pelo que tem acontecido em nosso país nos quatro últimos anos.

Múltiplas foram as facêtas da realidade brasileira abordadas pelos que Celso Furtado convocou. Êle próprio, levantando a evolução da república oligárguica ao Estado militar, procede a uma análise em três dimensões para situar a realidade atual do Brasil numa perpectiva histórica, em vista de dados econômicos, sociais e políticos. Hélio Jaguaribe restringe seu enfoque à evolução política brasileira nos anos já decorridos da década de 1960, detendo-se na tese de que as "sociedades que não são nacionais não alcançam constituir-se em sujeito e objeto de suas próprias decisões". Analisando o fenômeno do populismo, Francisco C. Weffort parte da constatação de que êle constitui resultado da longa etapa de transformações por que tem passado a sociedade brasileira de 1930 em diante. Fernando Henrique Cardoso situa na hegemonia burguesa e na independência econômica as raízes estruturais da crise política no Brasil, considerando como evidente que "o modêlo latino-americano de desenvolvimento equilibra-se sôbre uma lâmina de navalha". E ainda nos artigos de Florestan Fernandes, J. Leite Lopes, Otto Maria Carpeaux, Jean-Claude Bernardet e Antônio Callado, que completam o número especial de *Les Temps Modernes*, novos aspectos de nossa realidade são focalizados, sempre com base no fato fundamental de um país obrigado ao sufocamento numa crise de estrutura, vivendo o problema nacional do subdesenvolvimento.

ROBERTO PONTUAL

TELS. 43-5874 - 43-5875
RIO DE JANEIRO - GB

BRASIL:
TEMPOS MODERNOS

SÉRIE ESTUDOS SÔBRE O BRASIL
E A AMÉRICA LATINA

Volume 1

CELSO FURTADO — HÉLIO JAGUARIBE
FRANCISCO C. WEFFORT — FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO — FLORESTAN
FERNANDES — J. LEITE LOPES — OTTO
MARIA CARPEAUX — JEAN-CLAUDE
BERNARDET — ANTÔNIO CALLADO

Brasil: Tempos Modernos

Paz e Terra

981
B823b

Os trabalhos que compõem êste volume foram originalmente publicados em francês pela revista LES TEMPS MODERNES, nº 257, todo êle dedicado ao Brasil. Foi seu coordenador o Prof. Celso Furtado, com quem estabelecemos entendimentos contratuais para êste lançamento.

Montagem de capa:
EUNICE DUARTE

Supervisão gráfica:
ROBERTO PONTUAL

Distribuidora exclusiva:
EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua 7 de Setembro, 97
RIO DE JANEIRO — GB — BRASIL

Direitos desta edição reservados à
EDITÔRA PAZ E TERRA LTDA.
Av. Rio Branco, 156 — 12º andar — s/1222
RIO DE JANEIRO

1968

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Biblioteca Arthur Reis
Registro: 11442
Data: 05.11.02.

Índice

BRASIL: DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA AO ESTADO MILITAR — Celso Furtado 1

BRASIL: ESTABILIDADE SOCIAL PELO COLONIAL-FASCISMO? — Hélio Jaguaribe 25

O POPULISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA — Francisco C. Weffort 49

HEGEMONIA BURGUESA E INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA: RAÍZES ESTRUTURAIS DA CRISE POLÍTICA BRASILEIRA — Fernando Henrique Cardoso 77

RELAÇÕES DE RAÇA NO BRASIL: REALIDADE E MITO — Florestan Fernandes 111

CIÊNCIA E UNIVERSIDADE NO TERCEIRO MUNDO: A EXPERIÊNCIA FRUSTRADA DO BRASIL — J. Leite Lopes 139

DIALÉTICA DA LITERATURA BRASILEIRA — Otto Maria Carpeaux 157

O "CINEMA NÔVO" E A SOCIEDADE BRASILEIRA — Jean-Claude Bernardet 169

A VOLTA ÀS COOPERATIVAS DA MORTE — Antônio Callado 185

Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar

CELSO FURTADO

País Sem Futuro

A IMAGEM de País do futuro que, com respeito ao Brasil, se difundiu em todo o mundo a partir do livro de Stefan Zweig, e cuja fase mais brilhante foi alcançada com a inauguração de Brasília, referia-se a um País jovem, dotado de imensos recursos potenciais, com uma população em rápida expansão e uma cultura original e vigorosa — resultado da interação de valôres europeus, africanos e ameríndios — orientada para a integração do homem moderno no meio tropical. Essa imagem contribuiu para ocultar outros aspectos da realidade de um País de recursos inaproveitados, em que a miséria de grande parte da população não encontra outra explicação que a resistência das classes dominantes a tôda mudança capaz de pôr em risco seus privilégios.

A evolução mundial na segunda metade do século atual, ao recolocar em tela a significação dos projetos nacionais, particularmente no que respeita às nações cuja personalidade ainda se encontra em face de definição, pôs em evidência as incertezas que pairam com respeito ao futuro do Brasil. Existe um futuro para êsse País de dimensões continentais, cuja população em cinco anos terá superado os cem milhões, como projeto nacional auto-orientado? Ou tenderá o Brasil — pelo fato mesmo de que influirá em qualquer esquema de estruturação do mundo de amanhã — a integrar-se, pela mão de dirigentes alienados de sua realidade, em algum marco supranacional, reduzido à condição de uma simples "fronteira"? A que grupo cabem as decisões fundamentais, ou as omissões fundamentais, que na fase presente estão configurando ou suprimindo o futuro do Brasil? A partir de que ideologia conseguem êsses grupos racionalizar as próprias decisões, nas quais as preocupações de defesa do *status quo* social sempre prevalecem sôbre os propósitos de desenvolvimento e de definição de uma personalidade nacional? Para compreender a natureza dêsses problemas e captar a importância crucial da fase presente na história do Brasil, torna-se necessário ganhar perspectiva dentro dessa história.

A Revolta das Classes Médias

Situar a realidade presente do Brasil numa perspectiva histórica exige uma análise em três dimensões. De um lado é necessário considerar a rápida transformação da base econômica: em menos de meio século o País se transformou de um aglomerado de plantações tropicais em uma economia semi-industrial, que depende essencialmente do próprio mercado interno para absorver o rápido crescimento populacional. De outro lado, impõem-se à observação certas transformações da estrutura social: ocorreram importantes deslocamentos de população entre regiões do País, particularmente das áreas rurais para as urbanas. A nação estruturada em castas de senhores e escravos, de fins do século passado, foi substituída por outra na qual têm importância crescente — ao lado dos grupos oligárquicos e da massa camponesa polìticamente desqualificada —

duas classes essencialmente urbanas: o proletariado e os grupos médios. Por último, cabe considerar a dimensão política: a formação de um Estado nacional, como centro de decisões principal capaz de interferir eficazmente nos processos econômicos e sociais, tem sido lenta no Brasil, em razão da inexistência, até à época da industrialização, de uma autêntica interdependência econômica entre as distintas regiões do País.

As três dimensões do problema — a econômica, a social e a política — se impõem como aspectos autônomos na medida em que os instrumentos de análise de que dispomos nos obrigam a privilegiar um certo ângulo de observação. Êsse enfoque não significa, entretanto, que se ignore a realidade do processo histórico como um todo, cuja percepção antecede qualquer intento visando a definir relações de causalidade ou funcionais no plano analítico.

Ao iniciar-se a época republicana (1889), quase três quartos de século após a proclamação da independência política, a sociedade brasileira em quase nada se diferenciava da que fôra estruturada nos três séculos de vida colonial. A escravidão fôra abolida no plano jurídico (1888), mas a unidade social básica continuava a ser o grande domínio agrícola. Êste era, simultâneamente, o mecanismo econômico que permitia extrair um excedente comercializável das grandes massas rurais e o marco dentro do qual se organizava a sociedade e se estruturava o sistema de poder. O grande domínio agrícola constitui uma forma extremada de descentralização do poder político. Nêle prevalecem as relações pessoais e as normas jurídicas vindas de fora sòmente penetram na medida em que se conciliam com a vontade do chefe local.

Ao lado da oligarquia feudal, voltada para os grandes domínios, existiu tradicionalmente no País uma classe comerciante urbana. Na época colonial esta fôra principalmente constituída de portuguêses nascidos na Metrópole. Com a Independência, ocorreu uma evolução. Parte da referida classe se ligou aos interêsses inglêses que, na época, tinham sob seu contrôle as operações de importação e exportação, e assumiu uma fisionomia cosmopolita. Outra parte, de preferência nas regiões novas, como a do café, se voltou para o setor agrícola, atuando como elemento de ligação entre os mercados externos, em expansão na época, e os setores rurais, que tendiam a isolar-se.

Neste segundo caso viria a formar-se uma burguesia que, não sòmente controlaria as transações comerciais e financeiras de exportação e importação, como também se vincularia às atividades agrícolas. A essa burguesia coube a iniciativa das primeiras estradas de ferro do café, do fomento à imigração de origem européia e outras similares.

Enquanto a sociedade brasileira conservou o seu perfil colonial, com o poder político descentralizado nos grandes domínios agrícolas e os negócios de exportação e importação em mãos de agentes cosmopolitas que se substituíam aos antigos reinós (portuguêses da Metrópole), inexistiu qualquer possibilidade de evolução no plano político. O Estado nacional conservava uma estrutura extremamente rudimentar. Seu principal papel consistia em manter a unidade política nacional, tarefa essa que foi perseguida com tanto mais ardor quanto constituía a principal justificativa da preservação do regime monárquico.

No último quartel do século passado, os dados do problema brasileiro sofrem significativas modificações. Realiza-se a grande expansão do café, cuja demanda crescia ràpidamente, impulsionada pela urbanização nos Estados Unidos e na Europa. Essa expansão tem lugar em terras anteriormente não habitadas e provoca importantes deslocamentos de população dentro do País, em detrimento das regiões em que predominavam os latifúndios tradicionais. Contudo, êstes últimos se defendem dificultando a mobilidade da mão-de-obra. Tem início, então, uma forte corrente migratória européia para as regiões em expansão. Êste fluxo imigratório, ao deparar-se com a estrutura latifundiária que obstaculizava o acesso à propriedade da terra, pôs em marcha desde cedo um processo de urbanização — muitos imigrantes, que conseguiam acumular algumas economias no trabalho agrícola, tendiam a deslocar-se para as zonas urbanas, onde suas aptidões lhes abriam maiores oportunidades de acesso econômico e social. Por último, acentua-se a transformação da classe dirigente, deslocando-se no contrôle do aparelho do Estado os grupos feudais da região Norte, em benefício da burguesia cafeeira, cuja imagem era a de uma classe progressista voltada para a modernização do País.

As transformações econômicas e sociais que indicamos estão na base da evolução política que se processa em fins do Século XIX com a eliminação da Monarquia e a instituição de

uma República oligárquica controlada pelos interêsses do café. O Govêrno central, anteriormente distante e ineficaz, deverá transformar-se em importante centro de decisões econômicas. Isto foi conseguido, paradoxalmente, mediante um processo de descentralização federal, o qual deu grandes podêres aos governos dos Estados, e transformou o Govêrno central em projeção e instrumento dos governos dos Estados cafeeiros. O nôvo Executivo central financiará generosamente a imigração européia que abastecerá de mão-de-obra a região cafeeira. Os excedentes de café serão adquiridos em grande escala pelo Govêrno para estocagem e defesa dos preços. As operações de compra e venda de café se transformarão na principal atividade financeira do Estado, cujo crédito externo estará totalmente subordinado aos interêsses do café.

A evolução dessa época, durante a qual se estrutura o atual Estado brasileiro, apresenta, entretanto, outros aspectos relevantes. Um dêstes é a ascensão da classe militar e sua crescente projeção política. Para captar êste aspecto da evolução brasileira, torna-se necessário, entretanto, ampliar o campo de observação.

Ao se estruturarem definitivamente os Estados nacionais no continente sul-americano, na segunda metade do Século XIX, apresentou-se o problema de definição de fronteiras que possuíam uma precária base histórica. Teve, então, início uma fase de conflitos entre países vizinhos, conflitos êsses que algumas vêzes degeneraram em guerras sangrentas. Foi êsse o caso da chamada guerra do Paraguai, que opôs êsse país — na época demográfica e militarmente de importância relativa muito superior à que hoje tem — ao Brasil, à Argentina e ao Uruguai, nos anos sessenta do século passado, e da chamada guerra do Pacífico, que opôs o Chile ao Perú e à Bolívia, um decênio depois.

As guerras referidas e a persistência de pendências na delimitação de fronteiras, particularmente entre o Chile e a Argentina, levaram os países da região a engajar-se num esfôrço de "modernização" de suas fôrças militares. Importantes missões de "assistência técnica" militar alemãs encarregaram-se de dotar o Chile e, logo depois, a Argentina de modernas instituições militares. O Brasil, apoiando-se na ajuda técnica francesa cumpriu uma evolução similar. Desta forma, nesses países, o Estado nacional começou a modernizar-se pelo seu escudo mili-

tar. O serviço militar obrigatório foi introduzido muito antes de que as populações fôssem alfabetizadas ou tivessem qualquer forma de participação no processo político. Criaram-se importantes corpos de oficiais e instituíram-se sistemas de estado maior, em tôrno dos quais se constituíam equipes dedicadas ao estudo e à organização de arquivos em tôrno de problemas nacionais.

Para o Brasil, a época das tensões com países vizinhos passaria, uma vez arbitrado de forma definitiva, em 1902, o litígio com a Argentina. Mas a hipertrofia do aparelho militar permaneceria. Com efeito, estabeleceu-se o princípio de que não menos de um quarto dos recursos orçamentários do Govêrno central seriam destinados às corporações militares. Como o Govêrno ia assumindo responsabilidades crescentes no plano econômico, elevando-se o seu nível de gastos relativamente ao produto nacional, criou-se um mecanismo de aumento automático e permanente dos gastos militares no quadro da economia nacional. Assim, crescendo a participação do Govêrno central no produto nacional de 4 a 25 por cento, os militares puderam elevar a sua cota de 1 para 6,5 por cento do produto total da coletividade, como se tôda modificação social tendente a aumentar a responsabilidade do Estado como centro de decisões econômicas, acarretasse um aumento paralelo dos custos de segurança da nação. Tendo em conta que a poupança líquida da economia brasileira não conseguiu superar o nível de 6 a 8 por cento do produto nacional, infere-se que a tendência à elevação relativa dos gastos militares transformaria êstes numa carga equivalente ao esfôrço de crescimento que o País tem realizado.

Não resta dúvida, entretanto, que a modernização das Fôrças Armadas permitiu dar início à formação de quadros técnicos num País cuja *Intelligentsia* formava-se tradicionalmente nas escolas de Direito. Um contato maior com as bases do pensamento científico e um acesso real a formas da tecnologia moderna, deram aos militares um complexo de superioridade em seu trato com os quadros dirigentes do País, formados quase exclusivamente de juristas na fase que estamos considerando.

Ao lado dessa precoce modernização das Fôrças Armadas no âmbito de um Estado nacional que apenas se estruturava, ocorreu na mesma época outro fenômeno, cuja consideração é essencial para compreender a evolução recente do Brasil. Trata-se do rápido crescimento de uma população urbana, na qual

passaram a ter grande pêso relativo grupos de classe média. Êste fenômeno está ligado às transformações já indicadas, ocorridas na agricultura de exportação, com a substituição da antiga classe patriarcal rural por grupos ligados às atividades comerciais e voltados para o exterior. A expansão do intercâmbio externo, o aumento relativo dos gastos urbanos da classe dirigente formando um crescente mercado de serviços, a ampliação das atividades do Estado, a ação dos imigrantes europeus promovendo atividades manufatureiras, e outros fatôres, puseram cumulativamente em marcha um rápido processo de urbanização.

A necessidade de incorporar essa população urbana, ou melhor, os grupos de classe média dessa população, ao processo político nacional, transformou-se em fator de crescente perturbação do funcionamento da República oligárquica. Esta última se apoiava numa estrutura de poder que tinha como base a forma tradicional de dominação exercida pela classe latifundiária sôbre as populações rurais. A representatividade era feita por cooptação, de cima para baixo. Entre os "eleitos" se escolhiam aquêles que eram merecedores da confiança dos grupos que estavam no poder.

O conflito estrutural entre a classe oligárquica, que pretendia conservar o monopólio do poder, e os grupos médios urbanos que desejavam ter acesso ao sistema de poder, marcará a vida política do País durante o período que vai de 1890 a 1930. De um lado estava a aliança dos grupos semifeudais que controlam as regiões mais atrasadas com a nova classe agrícola-exportadora que manipula o Govêrno central em benefício próprio. De outro lado, estavam as classes médias urbanas em rápida expansão, portadoras de idéias liberais, aspirando a formas modernas de vida. São as circunstâncias criadas por êsse conflito que levarão as Fôrças Armadas a participar de forma crescente do processo político.

As oligarquias coligadas, controlando os centros de decisão do aparelho estatal, fechavam as portas a tôda evolução institucional. À classe média não ficava senão o recurso de apelar para métodos não "convencionais" de luta política. Em tais circunstâncias, as Fôrças Armadas foram trabalhadas pelos políticos de classe média e transformadas no principal instrumento de ataque das posições da oligarquia. As condições para a realização dessa aliança eram muito propícias, pois não sò-

mente os quadros de oficiais eram recrutados em sua grande maioria na classe média, mas estavam êles imbuídos da idéia de que constituíam a vanguarda modernizadora da sociedade, comungando assim, formalmente, com a mesma ideologia "progressista" da classe média liberal.

A habilidade com que os líderes da classe média lograram manipular os militares na luta contra as estruturas oligárquicas, já se manifesta na elaboração da primeira Constituição republicana, em 1891. Essa Constituição fêz, pela primeira vez, das Fôrças Armadas uma instituição permanente, garantindo-as contra a possibilidade de organização, mediante lei ordinária, de uma Guarda Nacional, possibilidade essa que no passado fôra utilizada pela oligarquia mais retrógrada como ameaça contra a consolidação do Estado nacional. Mas não ficou nisso a nova Constituição. No seu artigo 176 estatuiu que a autoridade do Presidente da República sôbre a hierarquia militar deveria exercer-se *dentro dos limites da lei*. Êsse artigo, no momento da elaboração da Constituição, não contou com a simpatia dos chefes militares, que nêle viram a semente da indisciplina. A sua inclusão deveu-se à habilidade e poder de convencimento de Rui Barbosa, prestigioso e competente líder dos grupos emergentes de classe média.[1]

Estabelecido constitucionalmente que a obediência das Fôrças Armadas ao poder civil deveria cumprir-se *dentro da lei,* estava aberta a porta aos líderes de classe média para intrigar os comandos militares contra as autoridades da República oligárquica.[2] Os chefes militares foram transformados em árbitros da legitimidade das decisões do poder civil e as Fôrças Armadas, através de seus clubes de oficiais, passaram a atuar, seja como grupo de pressão, seja como partido político da classe média. As mais importantes reuniões políticas da classe média eram realizadas no Clube Militar, onde se chegava a impugnar a escolha de candidatos à Presidência da República.

[1] Veja-se sôbre êste ponto M. Seabra Fagundes, *As Fôrças Armadas na Constituição,* Biblioteca do Exército, Rio, 1955.

[2] O trabalho de "mobilização" política das Fôrças Armadas contra o poder civil pode ser observado na imprensa do Rio de Janeiro. Os títulos dos artigos assinados por Rui Barbosa são suficientemente ilustrativos: "O Exército Banido da Lei", "Legalidade e Disciplina", "Soldados, mas não Lacaios", "Subordinação e Direito Militar", "Balizas da Obediência Militar", "Farda não é Libré".

Não obstante essa luta encarniçada dos grupos médios urbanos para abrir o processo político — luta que comportou muitos levantes militares abortados — a República oligárquica resistiu sem concessões até 1930, quando a crise mundial desorganizou a economia do café. Assim, foi necessário que desmoronasse a frente externa, para que viesse a prevalecer a pressão interna, há tanto tempo exercida sôbre as velhas estruturas. Essa capacidade de resistência das velhas estruturas, que se tornara notória no processo de liquidação da escravidão, tem sido um traço permanente da evolução institucional brasileira.

A Pressão das Massas Urbanas

Êsse grande atraso no processo de modernização das instituições políticas teria importantes conseqüências no período subseqüente. O ideário liberal da classe média, cujo núcleo básico era a democracia formal apoiada no sufrágio universal, chegaria demasiadamente tarde.

A partir da Primeira Guerra Mundial, tivera início, ainda que lentamente, um processo de industrialização, conseqüência em parte da urbanização, mas que iria acelerar essa urbanização e modificar o seu conteúdo. A crise iniciada em 1929, ao desorganizar o setor externo da economia brasileira, criou indiretamente condições para uma rápida intensificação dessa industrialização, nas linhas do processo que depois se chamaria de "substituição de importações". Dessa forma, à primeira urbanização acarretada pela economia de exportação, com sua predominância de grupos de classes médias e empregados em serviços, se sobreporia uma segunda de base industrial, com forte conteúdo de classe operária. A essas duas camadas urbanas se acrescentaria uma terceira, criada pela intensificação do crescimento demográfico, que surgiria como variável autônoma a partir dos anos quarenta. As condições de difícil acesso à propriedade da terra ou de permanente atraso da tecnologia agrícola nos latifúndios, combinadas com o rápido aumento do emprêgo urbano que a industrialização estava criando, determinaram que a maior expansão demográfica se traduzisse em aceleração do processo de urbanização. Assim, a população urbana, que em

1930 dificilmente alcançaria 8,5 milhões (num total de 28 milhões), em 1967 superaria os 40 milhões (num total de 86 milhões), cabendo a taxa mais alta de crescimento às cidades médias e grandes.

Em síntese, quando se pretendeu abrir o processo político aos grupos de classe média, no marco de uma democracia formal, tornou-se evidente que se estava pondo em marcha um processo de muito maior profundidade. A implantação do sufrágio universal abria o processo político à participação das massas urbanas, as quais iriam pressionar o Estado em direção bem diversa da que correspondia às aspirações liberais da classe média. Desta forma, a necessidade de reformas de maior profundidade colocou-se quando apenas se ensaiava o exercício da democracia formal de inspiração liberal. Frustrou-se, portanto, o projeto de criação de uma República liberal, na qual os grupos de classe média representassem a frente progressista, compartilhando o poder com os grupos oligárquicos, mediante um sistema de representação qualificada que conservasse as massas urbanas sob uma tutela similar à que vinha prevalecendo com respeito às massas rurais. O atraso e o tumulto com que se realizou a revolução liberal deixou a porta aberta à passagem das massas urbanas, abrindo a era do populismo e criando sérios obstáculos ao funcionamento de uma democracia formal capaz de conciliar a preservação dos interêsses oligárquicos com as reivindicações liberais da classe média.

Se observamos o processo brasileiro de uma perspectiva ampla, o traço mais significativo do período que se inicia em 1930 é o esfôrço na busca de um compromisso entre a democracia formal (exigida pela classe média) e um contrôle suficientemente amplo do poder pela oligarquia de base latifundiária. O regime federativo, que prevaleceu nas várias constituições promulgadas ou outorgadas entre 1934 e 1966, permitiu sempre que o contrôle do Parlamento permanecesse em mãos dos grupos oligárquicos. As grandes massas analfabetas das zonas rurais, representadas indiretamente pelo pequeno número de eleitores a serviço da oligarquia nessas mesmas zonas, garantem a estabilidade de uma maioria parlamentar a serviço dos grupos tradicionalistas. Em razão disso, o processo político é efetivamente aberto apenas nas zonas urbanas das áreas mais desenvolvidas. Era nessas zonas que, até ao golpe militar de

64, se decidiam as mais importantes eleições diretas para os cargos-chave do poder Executivo.

O compromisso referido no parágrafo anterior traduzia-se em grande instabilidade do sistema de poder. De um lado o Parlamento era eleito, em sua maioria absoluta, pela classe oligárquica que dispunha de um complexo e eficiente (se bem que custoso para os cofres públicos) mecanismo de dominação das massas rurais e de corrupção das massas urbanas nas regiões mais atrasadas. De outro lado, o Presidente da República, com a soma considerável de podêres que lhe cabem num regime presidencial, surgia das lutas políticas nas zonas urbanas, onde o diálogo político principal consistia na confrontação com as massas. Todo Presidente eleito era, portanto, em princípio, portador de uma mensagem de modernização de estruturas, que respondia aos anseios de massas urbanas, cuja presença no processo político se limitava ao ato eleitoral. Em outras palavras: o processo político, que havia sido aberto às classes médias, era perturbado pela presença de massas não estruturadas que, sob lideranças improvisadas ou oportunistas passaram a arbitrar as eleições nas zonas urbanas. Desta forma, o "populismo" tanto pode ser interpretado como conseqüência do atraso com que se introduziu a democracia formal, atraso êsse que impediu as classes médias de introduzirem metòdicamente um sistema de contrôle político das massas urbanas, como pode ser explicada pela resistência com que a classe dirigente (grupos oligárquicos e de classe média) se opôs à organização das massas em tôrno de movimentos capazes de traduzir de forma autêntica os seus anseios. Por um lado houve a preocupação de esvaziar de conteúdo ideológico o diálogo com as massas, inibindo-se todo processo de formação de consciência de classe. Por outro, procurou-se fixar o vínculo paternalista, que abriria a porta a tôdas as formas de corrupção.

A partir dos anos 50, quando se acelera o processo de industrialização, torna-se evidente o deslocamento do eixo central da política brasileira. O conflito tradicional entre os grupos oligárquicos, que pretendiam monopolizar o Estado para uso próprio, e os grupos médios, que supunham ser a democracia formal o instrumento para modernização da sociedade brasileira, desaparece como fôrça social capaz de alimentar o processo político. Passa para o primeiro plano a nova confrontação entre o ideário liberal — que agora serve para encobrir tôdas as

formas de defesa do *status quo* — e as aspirações confusas mas cada vez mais difíceis de eludir das massas, cuja satisfação exige não apenas reformas no Estado mas na própria sociedade.

O marco institucional da República oligárquica caracterizou-se pela sua rigidez. Não estava em condições de captar as transformações sociais irreversíveis e a elas adaptar-se. Esta a razão pela qual a luta política da classe média deslocou-se para o plano militar. Coube, assim, às Fôrças Armadas, nessa fase, desempenhar um papel essencialmente político voltado para a modernização da sociedade. A República liberal, surgida do compromisso entre a oligarquia e os grupos de classe média, possuía um marco institucional muito mais flexível. A necessidade de dialogar com as massas punha em marcha um processo de politização destas, o que exigia dos líderes populistas um permanente esfôrço de superação e freqüentes incursões no terreno ideológico. Na medida em que os movimentos de massas iam ganhando autonomia, modificava-se o conteúdo e a forma do processo político, passando para primeiro plano a problemática das reformas. A própria resistência que a oligárquia oferecia no Parlamento, criava condições para que a politização e mobilização das massas se intensificassem. Dessa forma, a pressão no sentido de modernização institucional se exercia pelos próprios canais da política. Estava, assim, aberta a porta ao reformismo institucional. Foi o temor de que essa porta se ampliasse demasiadamente rápido que levou o pânico à classe dirigente, a qual apelou para as Fôrças Armadas a fim de que estas desempenhassem agora o papel de gendarme do *status quo* social, cuja preservação passava a exigir a eliminação da democracia formal.

"Segurança Ampliada" e Satelitismo

Que as Fôrças Armadas se hajam prestado, em 1964, a papel oposto ao que haviam desempenhado persistentemente uma e duas gerações antes, encontra explicação fácil na modificação fundamental havida no papel da classe média. Esta explicação, entretanto, não é suficiente. Outros elementos dêsse problema devem ser tidos em conta, se se pretende aprofundar a sua análise. Fizemos referência, anteriormente, ao fato de

que, em fins do século passado, os países da América do Sul, e o Brasil em particular, encontravam-se numa fase decisiva de consolidação do Estado nacional, que tomava plena consciência de suas fronteiras. Êsse processo contribuiu para cristalizar nas Fôrças Armadas a consciência da nacionalidade, acima das lealdades de grupo ou classe social. É a época em que os militares se empenham na descoberta do território nacional, no conhecimento dos seus recursos potenciais e se ligam à ideologia da classe média voltada para a modernização das instituições. A partir do término da Segunda Guerra Mundial, configura-se uma situação totalmente distinta. Envolvidos pelas doutrinas racionalizadoras da guerra fria, os militares brasileiros entram numa fase de perplexidade que levará muitos à perda da noção de identidade. O conceito de segurança já não subentende a idéia de Nação-Estado como viabilidade histórica *a priori,* sobrepõe-se a esta última.

Na medida em que um país assume crescentes responsabilidades no exterior, torna-se essencial para o seu govêrno definir *objetivos nacionais* de política a longo prazo, em função dos quais se poderão conciliar as múltiplas iniciativas de centros de decisão mais ou menos autônomos, tomadas a curto e a médio prazos. É êste um princípio elementar de lógica da ação que os governos de alguns países com pretensões imperialistas aprenderam a duras penas no correr dos dois últimos decênios. Êsse princípio aplica-se, no caso, porque existe uma hierarquia de centros de decisão. No plano interior de um país, fora da hipótese de um Estado totalitário, êsse tipo de esquematização não prevalece. Numa sociedade pluralista, os distintos centros de decisão não só não estão hierarquizados como muitas vêzes se emulam e estimulam mùtuamente. É na medida que muitos dêsses centros encontram condições para um trabalho criador e imaginativo que a sociedade se vitaliza. Assim, a solução do problema dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, não decorrerá da fixação de um *objetivo nacional* pelo Govêrno dêsse país, e sim da aptidão que indubitàvelmente tem demonstrado possuir a sociedade norte-americana para autotransformar-se, mediante a interação de suas múltiplas fôrças internas.

A doutrina dos *objetivos nacionais* penetrou entre os militares brasileiros numa variante de cunho essencialmente totalitário. Nessa variante, ao lado dos chamados objetivos perma-

nentes, estatuídos òbviamente na Constituição de um país, enumera-se uma série de objetivos *atuais,* de tipo político, econômico, psico-social e militar. Uma *Intelligentsia* autodesignada, constituída de militares e seus auxiliares civis, pretende definir êsses *objetivos,* aos quais deveria subordinar-se tôda a política nacional, privando-se a Nação da faculdade de autodirigir-se através de seus órgãos representativos. Trata-se, em última instância, da instituição de normas supraconstitucionais, cuja preservação cabe às Fôrças Armadas, que por essa forma se situam permanentemente acima de qualquer poder constitucional. Como essas normas "supraconstitucionais" estão orientadas para a defesa do *status-quo* social, o que se pretende, implìcitamente, é obstruir o processo de modernização das estruturas sociais.

Se a *Intelligentsia* que se atribui a função de definir os *objetivos nacionais,* na forma ampliada que referimos, é constituída por pessoas de formação militar, não será para surpreender que se tenda a superestimar a coação como meio para consecução dos referidos objetivos. Explica-se, assim, a voga da doutrina do *Poder Nacional* entre os militares brasileiros e seus discípulos civis. A Nação e o Estado passam a ser concebidos como simples projeções de uma suposta realidade básica, que é o Poder, cuja definição se amplia suficientemente para tudo incluir, desde o estado de espírito da população até às estatísticas de produção de feijão, passando naturalmente pelos estoques de armas de guerra.

A doutrina do Poder Nacional em seu esfôrço de "realismo" leva sutilmente a repensar os fins em função dos meios. Ora, os autênticos objetivos de um povo, que estão ligados à preservação de sua identidade nacional, são uma realidade existencial surgida da história. Isso é particularmente verdade no caso do Brasil. Com respeito a êsse País cabe o paralelo que Galbraith fêz entre a economia capitalista e um besouro: não tem explicação, existe. Segundo leis da aerodinâmica, o besouro não deveria voar, mas voa. Estrito senso, seria difícil explicar como o Brasil, com seu imenso e rico território desprotegido, atravessou incólume a era do imperialismo vitoriano. Mais ainda, que haja conseguido forçar a França a renunciar a suas pretensões, não sem algum fundamento histórico, à margem norte do rio Amazonas; haja enfrentado o bloqueio inglês e levado

a Inglaterra a aceitar arbitragem em disputa de territórios na Amazônia; haja resistido a pressões americanas e de outras origens para a internacionalização da Amazônia. O segrêdo dêsse voar sem asas estava em não aceitar o protetorado de nenhuma grande potência.

Em razão do seu esquematismo, a doutrina do Poder Nacional é levada inexoràvelmente a exagerar a inviabilidade do Brasil como projeto nacional e a deslizar para a concepção da "segurança ampliada" que, no caso, encobre a ideologia do satelitismo. O Brasil passa a ser considerado como *dado* de um problema mais amplo: o da estruturação do poder em escala mundial. Sòmente um esquema assim ampliado permitiria "explicar" a realidade brasileira e definir os limites de sua viabilidade como projeto nacional. Como a segurança ampliada transcende o quadro dessa mesma realidade, é perfeitamente claro que já não será possível definir objetivos nacionais brasileiros sem subordiná-los *a priori* aos requisitos daquele esquema de segurança. A segurança já não é um meio para preservar a nacionalidade, mas um fim ao qual esta se subordina. A Nação como realidade existencial passa a segundo plano. Com efeito: a segurança ampliada, num esquema em que sòmente um dos sócios tem objetivos que exigem o exercício do poder em escala mundial, sòmente tem sentido se houver uma hierarquia de centros de decisão nacionais. E sendo assim, a racionalidade das decisões de determinado centro nacional se define em função dos objetivos fixados pelo centro superior.

Sendo os objetivos nacionais supeditados pelos interêsses da segurança ampliada, a política nacional tenderá a assumir a forma de uma "Política de Segurança". Desta forma a "estabilidade interna" do país deverá prevalecer sôbre quaisquer outras considerações. Os interêsses do desenvolvimento passam, implìcitamente, a segundo plano. Com efeito, do ponto de vista da "segurança ampliada" o desenvolvimento de um satélite é bem menos importante do que a estabilidade com que êsse satélite se desloca em sua órbita. Desenvolvimento significa modificações estruturais e estas podem acarretar tensões sociais e pôr em risco a estabilidade do sistema de poder. Assim, o desenvolvimento será um objetivo "qualificado", a ser submetido a estrita *surveillance*.

Existe interdependência íntima entre a doutrina da segurança ampliada — imposta pelos ideólogos da guerra a países inte-

lectualmente despreparados para alcançar uma consciência crítica de sua realidade histórica — a aceitação do satelitismo como ordem natural de coisas, a adoção de políticas internas em que tudo se subordina a critérios de "segurança", qualificando-se de "subversivo" todo esfôrço visando a modernizar as estruturas sociais, e a aceitação da estagnação econômica como mal menor ou inevitável. Mas não basta aceitar essa doutrina para esvaziar o Brasil de suas crescentes tensões sociais. Que possibilidade existe de alcançar êsse esvaziamento, preservando o *status quo* social, ainda que ao preço de um desenvolvimento mais ou menos lento da estagnação?

Estabilidade Social Pela "Pastorização"

O modêlo de "pastorização" como solução para uma nação-problema, foi concebido nos Estados Unidos para aplicação na Alemanha, uma vez terminada a última grande guerra. No caso, uma tal política era evidentemente inviável, pela simples razão de que a disponibilidade de terras da Alemanha era incompatível com sua densidade de população no quadro de uma economia pastoril. Um País com 200 habitantes por quilômetro quadrado não pode ser essencialmente agrícola, a menos que sua população aceite o nível de vida da população da Índia. Entretanto, êsse projeto é teòricamente viável com respeito a um País com abudância de terras ainda não utilizadas, como é o caso do Brasil.

Em sua versão brasileira, o modêlo de pastorização se delineia da forma seguinte:

1. A população atualmente subempregada nas zonas urbanas e o incremento populacional são orientados para as terras ainda não ocupadas, particularmente no Brasil central. Os excedentes agrícolas produzidos nessas novas terras deverão ser absorvidos pelas cidades.

2. Os latifúndios, mais próximos dos centros de consumo e servidos de infra-estrutura, são preservados mediante modificação de seu esquema de produção. A produção agrícola deverá ser reduzida e limitada às terras da melhor qualidade, o que lhes permite concorrer nas cidades com a produção vinda

das novas terras. A pecuária deverá expandir-se nos latifúndios, ocupando as terras antes dedicadas à agricultura. O valor total da produção das zonas latifundiárias poderá baixar, mas não necessàriamente a rentabilidade dos latifúndios.

3. A utilização de terras mais distantes dos centros urbanos para produção agrícola acarreta uma elevação dos preços dos produtos agrícolas nas zonas de consumo. Contudo, os investimentos de infra-estrutura, particularmente no sistema de transporte, poderão atuar de forma compensatória.

4. A redução dos investimentos urbanos, particularmente no setor industrial, freiará o deslocamento de população para as cidades. O mercado urbano de alimentos tenderá portanto a desenvolver-se mais lentamente. Os latifúndios poderão adaptar-se, na forma já indicada. As novas zonas agrícolas, em face do crescimento mais lento da demanda urbana, tenderão a reduzir o seu setor monetário. Uma política de "assistência técnica" que fomente as atividades artesanais nas zonas rurais poderá ter efeito compensatório.

Dessa forma, a população tenderá a ser absorvida nos campos, ainda que de forma a reduzir a produtividade média do setor agrícola. Essa redução de produtividade decorre da expansão relativa da produção de subsistência. O crescimento puramente extensivo nos campos e a contração relativa dos investimentos industriais, terão como conseqüência reduzir as transformações nas formas de produção. Contudo, como a tecnologia mais avançada continuaria a penetrar nos setores industriais e nos serviços básicos, o dualismo da estrutura econômica continuaria a acentuar-se, se bem que o excedente de mão-de-obra permaneceria retido nas zonas rurais. Uma retomada das exportações de excedentes agrícolas poderia conciliar a grande diversificação do consumo dos grupos de altas rendas com a estreitez do mercado, mediante maior volume de importações.

Em síntese, o modêlo consiste no seguinte: afastada a atração que exercem atualmente as cidades, com a redução dos investimentos públicos e privados nessas áreas, e fomentada a migração para as grandes áreas do interior, a economia tenderia a expandir-se horizontalmente, isto é, a extender-se com modificações mínimas nas formas de produção. Em face do debilitamento do mercado urbano, a renda monetária do setor rural aumentaria lentamente. Nas zonas urbanas, o crescimento da

massa assalariada se faria ainda mais lentamente, pois a simples reposição dos equipamentos industriais elevaria o coeficiente de automação. O lento crescimento do mercado rural e urbano de produtos manufaturados fecharia o caminho às economias de escala, no setor industrial.

Efetivado o esquema de pastorização, as tensões sociais teriam sido reduzidas ao mínimo. Em seu esfôrço de preservação das estruturas sociais, o Brasil ter-se-ia excluído da revolução tecnológica, cujo rítmo se acelera dia a dia em escala mundial. Os enormes recursos naturais do País, particularmente as suas terras abundantes, teriam sido usados contra o seu próprio desenvolvimento. Se a paralisação dos investimentos industriais, efetivada a partir de 1964, fôr mantida até fins do presente decênio, não haverá dúvida de que o projeto de pastorização ter-se-á consolidado o suficiente para modificar o curso do processo brasileiro por uma ou duas gerações, certamente muito mais tempo do que será necessário para que a doutrina da segurança ampliada seja enterrada pelos seus mentores imperialistas.

O Estado Militar

A evolução dos acontecimentos, a partir do golpe de abril de 1964, descobriu alguns aspectos do processo brasileiro cuja percepção não era fácil na fase anterior. O golpe foi concretizado — aproveitando circunstâncias favoráveis criadas pelo próprio Govêrno Goulart — por uma aliança dos grupos oligárquicos com as classes médias urbanas e as Fôrças Armadas, tudo com proteção e assistência técnica dos agentes imperialistas. O compromisso se fêz em tôrno de um ideário liberal na substância e autoritário na forma. Pretendia-se "desestatizar" a economia, voltar aos estímulos indiretos, controlar a inflação com instrumentos monetários, restabelecer um "clima atrativo" para o capital estrangeiro, impor uma disciplina rígida à classe assalariada, enfim tudo que era costume apresentar como normas de bom comportamento para um país latino-americano antes de 1929. Estava implícito na velha doutrina liberal assim revivida, que as tensões sociais que haviam marcado o processo político brasileiro no período anterior ao golpe, eram simples

reflexo do "clima de subversão" permitido por dirigentes ocasionais que do mesmo tiravam partido.

A experiência vivida nos últimos três anos pôs em evidência gritante a natureza estrutural dos problemas a serem enfrentados, encerrando a fase das ilusões liberais. Assim, tornou-se claro que, eliminar a inflação com medidas monetárias, teria exigido cortar possìvelmente em 20 ou 25 por cento o produto nacional, com efeitos concentrados no setor industrial. Tendo em conta a concentração industrial numas poucas cidades, o desemprêgo teria que assumir proporções de catástrofe nacional. Por outro lado, a absorção de uma fôrça de trabalho que aumenta de cêrca de 800 mil pessoas por ano, mesmo no quadro de um projeto de semipastorização do País, exige um volume de investimentos consideràvelmente maior do que se está realizando atualmente. Para aumentar os investimentos será necessário cortar, seja no consumo privado suntuário, seja no consumo público ostentatório representado pelos gastos militares. Na medida em que a realidade se foi impondo, a doutrina liberal foi sendo arquivada. Prevaleceram então as soluções oportunistas e o resultado teria que ser caótico. A inflação manteve pràticamente o seu vigor, ao mesmo tempo que se comprimia o nível da atividade econômica e se reduziam a zero os investimentos industriais. Provocou-se maior concentração da renda e facilitou-se pelo crédito o consumo dos grupos de altas rendas, quando se tem amplamente reconhecido que o maior obstáculo ao desenvolvimento do País está na já excessiva concentração da renda. Acumularam-se reservas externas, que podem contribuir para desafogar a situação da balança de pagamentos dos Estados Unidos, mas que são duplamente maléficas num País que enfrenta ao mesmo tempo uma inflação e uma baixa de atividade econômica.

Os conflitos que, no seio da aliança que apoiou o golpe, teria que provocar a inexistência de uma política econômica que atendesse às expectativas mínimas dos vários grupos, favoreceria os militares. De instrumento dos grupos médios urbanos, uma geração antes, êles já apresentaram-se no momento do golpe de 64 como portadores de programa próprio, como autêntico partido político. Na medida em que os conflitos den-

tro da aliança se agudizaram, êles se foram definindo como elemento monopolizador do sistema de poder. Sendo os militares parte integrante do aparelho do Estado, ascendem êles à atividade política autônoma com aquela solidez a que se referiu Max Weber quando descreveu o poder burocrático. Trata-se, portanto, de mudança fundamental no processo político brasileiro, cujo alcance ainda não pode ser percebido em sua plenitude. Contudo, pode-se admitir como assente que a instituição do Estado militar representa o encerramento do ciclo de lutas pela instauração da democracia formal e pelo ideário liberal.

Nada indica, entretanto, que se hajam criado condições para que se estruture um sistema de poder capaz de enfrentar, com possibilidades de êxito, os problemas complexos que se apresentam ao País. Tais problemas dificilmente poderão ser diagnosticados com realismo e autenticidade se a atividade política se confunde com a burocrática, isto é, se continuam cortados todos os canais de comunicação com o povo. Mais difícil ainda será encaminhar soluções para a multiplicidade de problemas que interessam ao desenvolvimento se a população afetada não acredita que essas sejam autênticas soluções. Em face da escassez dos recursos disponíveis e da multiplicidade dos problemas, na maioria dos casos, é necessário contar não apenas com a compreensão mas com a participação efetiva e o entusiasmo dos mais distintos grupos. Por último, e como aspecto fundamental, coloca-se o problema da diretriz ideológica do grupo militar autopromovido a elemento tutelar do sistema de poder. Na medida em que êsse grupo se alienou ideològicamente e está incapacitado para captar a realidade histórica brasileira a partir dela mesma, também estará incapacitado para promover as transformações estruturais requeridas pelo desenvolvimento do País. O processo político nos próximos anos e as opções válidas que se apresentarão às fôrças que pretendem intervir nesse processo, serão certamente condicionados pelo comportamento do grupo militar que controla atualmente o aparelho do Estado. Para penetrar no comportamento dêsse grupo, seguramente nenhum teste é tão importante como o de suas reações em face do assédio das fôrças imperialistas visando a desacreditar a idéia de um projeto nacional brasileiro.

Numa sociedade em rápida mudança, tôda estrutura de poder de conteúdo essencialmente burocrático tende a desagregar-se. A via corrente para essa desagregação é a anulação de uma parcela crescente da capacidade de decisão do grupo no poder pela fricção entre frações dêsse grupo. Uma vez estabelecido o facciosismo interno, abre-se o diálogo com grupos externos potencialmente mobilizáveis, e o poder burocrático começa a desgastar-se. Ao iniciar-se a fase das alianças "táticas", as fôrças políticas antes excluídas do sistema de poder voltam a infiltrar-se neste, o que agudiza as lutas entre as facções do grupo dominante.

A consolidação da tutela militar provocou inicialmente reação significativa apenas entre os grupos de classe média, que haviam marchado para o golpe de 64 sob a bandeira do liberalismo. Contudo, ao manifestar-se o facciosismo dentro do grupo tutelar, os agentes do imperialismo e a oligarquia tradicional encontraram-se muitas vêzes alinhados atrás de facções diversas, o que contribuiria para agudizar as contradições no sistema de poder. Essas contradições, conjuntamente com o sentimento de exclusão que predomina nos grupos de classe média, atuam no sentido de deslocar o processo político do canal que lhe traçou o poder burocrático-militar.

A fisionomia do Brasil pós-militar será provàvelmente moldada por movimentos, todos êles originados nas classes médias urbanas, e que na fase presente apenas se esboçam. Êsses movimentos tendem a cristalizar-se em três correntes principais.

A primeira dessas correntes constitui um esfôrço de retomada da luta pela democracia formal. Como o ideário liberal possui ampla aceitação entre as camadas médias urbanas, inclusive entre importantes setores militares, e se confunde com a retórica local do imperialismo, existe receptividade a todo esfôrço visando a reliberalizar o processo político. Êsse movimento, iniciado por líderes da classe média, encontra apoio entre líderes prestigiosos da oligarquia, particularmente aquêles que, em passado recente, também se haviam afirmado como líderes populistas. Essa aliança tende a consolidar-se com a desmistificação do "perigo comunista".

Entretanto, o projeto de simples volta ao passado não logra captar a imaginação das camadas jovens da classe média. Êsses elementos jovens se inclinam a pensar que, caso a classe média volte a participar do sistema de poder ao lado da oligarquia, esta última procurará reter a tutela militar, utilizando-se do liberalismo apenas aquilo, ou de preferência aquilo que serve de sustentáculo ao *status quo* social. Tais elementos tendem naturalmente a voltar às origens das lutas políticas das classes médias, quando estas se infiltravam nas Fôrças Armadas e pregavam a violência como única forma de luta contra um poder que se autoperpetua. Na situação presente, pensam os líderes dessa corrente que o potencial revolucionário que existe na sociedade está constituído principalmente pelas classes destituídas, em particular pelas massas rurais. Se se desenvolvem técnicas adequadas para mobilizar essas massas, ter-se-ia reaberto o processo de desafio ao sistema de poder.

Finalmente, uma terceira corrente, igualmente originária das classes médias, se inclina a pensar que a abertura do processo político decorrerá das contradições que já se manifestaram no grupo militar que ocupa o poder e da emergência de um movimento que una as classes médias e as massas urbanas já semi-organizadas em tôrno de um programa de desenvolvimento autênticamente nacional. Os militares, pressionados pelas lutas internas e cada vez mais conscientes da esterilidade de todo poder de conteúdo estritamente burocrático, serão arrastados a dialogar com o povo e êsse diálogo engendrará modificações na própria natureza do regime político.

O confinamento a que o poder burocrático-militar submeteu o processo político, asfixia de forma imediata a classe média, o que explica que dela se irradiem todos os movimentos orientados para a reconstrução política. Por outro lado, a asfixia da classe média angustia particularmente os seus elementos jovens, naturalmente mais sensíveis com respeito às incertezas do futuro e mais dispostos a atos de generosidade. Se se prolonga essa asfixia, é de esperar que ganhe profundidade entre os jovens a ideologia da guerra revolucionária, que para êles tem o significado que os seus pais e avós atribuíram ao "tenentismo". O progresso dessa posição ideológica entre os jovens terá repercussões nas duas outras correntes. A primeira deslizará para a direita e poderá transformar-se em simples manobra visando

a salvar a face aos militares no momento em que se tenham de retirar do primeiro plano da cena. A terceira tenderá a radicalizar o seu programa, para conservar o diálogo com as massas urbanas, o que poderá reduzir a eficácia de seus meios de comunicação em outras direções. No que respeita ao futuro imediato, a evolução política será principalmente determinada pelo comportamento dos militares, que se enfrentam aos problemas mais e mais difíceis de um sistema de poder sem legitimidade, pela ação dos políticos ligados às classes médias e à oligarquia, cuja união poderá criar condições favoráveis a uma transição controlada e pelo comportamento da nova geração. No espírito desta, a imagem do Brasil de amanhã se forma atualmente de maneira quase exclusivamente emocional, como resposta àqueles que pretendem privá-la do direito de participar da construção de um futuro que lhe pertence. A prazo mais longo, outras forças sociais, em particular as classes destituídas, farão sentir sua presença, o que reduzirá as possibilidades de uma transição controlada para um sistema mais estável.

Brasil: Estabilidade Social pelo Colonial-Fascismo?

HÉLIO JAGUARIBE

I. As Opções

PARA UMA TEORIA DOS MODÊLOS

O presente estudo é uma tentativa de análise do processo político brasileiro no decênio dos anos 60. Fundamenta-se numa concepção do processo de desenvolvimento que tive a oportunidade de discutir em outro trabalho[1] e que se vem incorporando ao pensamento político contemporâneo.[2] No fundamental, essa concepção baseia-se nas seguintes proposições: (1) o desen-

1 *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1962. Existe uma versão atualizada e revista dêsse livro, em inglês, elaborada para Harvard University Press, em 1967.

volvimento é um processo social global; (2) nas condições do nosso tempo êsse processo pressupõe: a) um quadro nacional, b) um propósito deliberado e coerente, segundo determinados "modelos básicos"; (3) os "modelos básicos", independentemente de preferências que possamos ter no plano pessoal, são mais ou menos adequados, dependendo das condições estruturais de cada sociedade, num momento dado; (4) nas condições da América Latina, e da maioria dos países do Terceiro Mundo, presentemente, três modelos básicos são, em princípio viáveis: (a) o *Nacional-Capitalismo,* (b) o *Capitalismo de Estado* e (c) o *Socialismo Desenvolvimentista*. Êsses modelos comportam duas situações intermédias, decorrentes de combinação, em graus variáveis, do tipo (a) com o (b) e do (b) com o (c).

A primeira proposição (o desenvolvimento é um processo social global) é simples e clara. Assinalando o caráter global do fato social (Gurvitch) ela acentua a circunstância de que só para fins metodológicos e como abstração, embora legítima, se pode falar de um processo de desenvolvimento como econômico ou político ou cultural. Na verdade, os processos de desenvolvimento consistem, sempre, num incremento das possibilidades de racionalidade contidas em qualquer sociedade e importam, por isso, no seu incremento nos quatro planos estruturais da vida social: o econômico (geração e distribuição de utilidades), o cultural (geração e distribuição de símbolos), o social *estrictu sensu* (geração e distribuição de atôres e papéis) e o político (geração e distribuição de poder).

A segunda proposição (o desenvolvimento pressupõe um quadro nacional) explicita o que tem sido o processo histórico do nosso tempo, o qual tem suas causas longínquas na revolução comercial do fim da Idade Média e no Renascimento (Pirenne, von Martin). Sòmente como sociedades nacionais, i.e. autônomas e endógenas, as sociedades se desenvolvem econômica, social, cultural e polìticamente. As sociedades não-nacionais não logram constituir-se em sujeito e objeto de suas pró-

[2] Cf., particularmente, David Apter, *The Politics of Modernization,* University of Chicago Press, Chicago, 1965; Edward Shils, *Political Development in the New States,* Mouton & Co., s'Gravenhage, 1962; John Kautsky, *Political Change in Underdeveloped Countries,* John Wiley and Sons, New York, 1962 e Louis I. Horowitz, *Three Worlds of Development,* Oxford University Press, New York, 1966.

prias decisões e não conseguem gerar os próprios fatôres de seu crescimento, tornando-se, assim objeto da apropriação colonial de outras sociedades. O fato se deve, particularmente, à circunstância de que a forma nacional de sociedade se caracteriza pela conjugação de interêsses objetivos comuns (embora desigualmente repartidos) e uma motivação subjetiva (o nacionalismo e o projeto coletivo nêle fundado) que se impõe aos membros da nação como um imperativo moral de solidariedade e lealdade. Esta peculiar combinação de fato e norma (também encontrável na família) faz da forma nacional tanto um escudo protetor de uma sociedade, relativamente a fôrças externas, como um mecanismo interno de coesão, compensador das fôrças centrífugas geradas pelos conflitos de classe e de grupos de interêsse.

A proposição 2 (b) (o desenvolvimento como um projeto deliberado) se baseia na análise dos casos empíricos de desenvolvimento e conduz à verificação de que, salvo, até certo ponto, o caso da Inglaterra e de algumas de suas ex-colônias, os demais processos de desenvolvimento nacional foram deliberadamente suscitados ou empreendidos mediante o emprêgo do aparelho do Estado: Bismarck e Napoleão III, na Alemanha e na França, completados pelo "neobismarckismo" de De Gaule e de Adenauer; revolução Meiji, no Japão; Lênin, Stálin e os planos qüinqüenais, na URSS; Mao, na China etc. etc. Na própria Inglaterra, a revolução puritana e Cromwell constituíram précondições políticas fundamentais.

A terceira proposição, segundo a qual modelos básicos não são discricionáveis segundo preferências ideológicas (nenhum modêlo, em si, é melhor ou pior do que o outro) e sim mediante critérios de adequação maior ou menor às condições estruturais de uma sociedade dada, num momento dado, decorre, em parte, da observação empírica (como se deu, realmente, o desenvolvimento de cada país) e em parte de considerações de ordem teórica. A otimização da racionalidade possível numa estrutura social dada depende das condições estruturais preexistentes, seja qual fôr nosso "modêlo ideal" de sociedade.

A quarta e última proposição anteriormente referida, relativa aos possíveis tipos básicos de modêlo e combinações entre êles, resulta de uma análise das condições empíricas efetivamente existentes nas nações Latino Americanas, em particular

e, em geral nas nações do Terceiro Mundo. Tal análise revela que os países subdesenvolvidos, na maioria dos casos, se situam em três categorias típicas (no sentido de Max Weber), conforme: (a) tenham gerado uma burguesia nacional empresarial que, por conta própria, haja conseguido um grau apreciável de desenvolvimento, apoiada por setores técnicos e administrativos da classe média; (b) mantenham uma elite oligárquica e tradicional mas tenham formado um setor moderno e técnico da classe média, em geral tripulando os órgãos mais estratégicos do Estado, o Exército e os poucos empreendimentos mais modernos da economia; (c) continuem divididos entre um patriciado de proprietários rurais e uma massa camponesa sem qualquer instrução, consciência de classe e organização ou, em alguns casos, entre uma *societas sceleris* de alta classe e de setores estratégicos da classe média, inclusive do proletariado, explorando as massas desorganizadas (Cuba, no tempo de Batista). Êsses três tipos de estrutura fazem que, para cada caso, os modelos de desenvolvimento mais adequados sejam respectivamente, o Nacional-Capitalismo (México, Venezuela, Chile), o Capitalismo de Estado (Bolívia com MNR) e o Socialismo Desenvolvimentista (Cuba com Castro).

Escapa, evidentemente, aos propósitos dêste estudo, qualquer tentativa de discussão teórica dêsses modelos. Limito-me, assim, a título meramente introdutório, à sucinta apresentação, feita acima dos pressupostos em que se funda a concepção do processo de desenvolvimento que será, em seguida, utilizada na apreciação e análise do processo político brasileiro, nos últimos anos.

NACIONAL-CAPITALISMO

Nas condições do Brasil, a partir de 1930, tornou-se progressivamente mais óbvio que o nacional-capitalismo seria o modêlo mais adequado para a promoção de seu desenvolvimento nacional. Mais do que isto, a análise do que foi realmente feito no País, do segundo Govêrno de Vargas até meados de 1963, revela que o modêlo de nacional-capitalismo, conquanto de forma imperfeita e em antecipação à sua colaboração

teórica pelos cientistas sociais, foi prática e contìnuamente adotado pelos governos brasileiros.

Fundamentalmente, o que era essencial nas políticas adotadas por Vargas, Kubitschek, Quadros e (até meados de 1963) por Goulart, corresponde ao que tinham em comum: um esfôrço para empreender o desenvolvimento sócio-econômico autônomo e endógeno do País, preservando o sistema de iniciativa privada sob a direção dos empreendedores nacionais e usando o Estado como um órgão para o planejamento, a coordenação e a suplementação de tal esfôrço.

A experiência dos anos '50 e início da década de '60, entretanto, embora confirmasse, de um modo geral, a adequação dêsse modêlo e produzisse os resultados mais apreciáveis — que levaram o País à fronteira mesma da decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado — evidenciou também o fato de que algumas contradições fundamentais não haviam sido remediadas pelo modêlo e se haviam por fim tornado um obstáculo irremediável à sua aplicação corrente. Estas contradições correspondem às distorções estruturais de caráter social, econômico e político, que marcaram o processo brasileiro de desenvolvimento, como tem sido amplamente assinalado pelos estudiosos da matéria.[3]

[3] Típicos exemplos das distorções estruturais são: (a) enorme concentração da riqueza e da propriedade, particularmente da terra: 11% dos estabelecimentos rurais possuem 79,8% da terra agricultur̂avel, enquanto 45% do total dos estabelecimentos têm apenas 13,3% da terra; (b) correlata marginalização econômica, política e cultural das massas: 50% da população é composta de camponeses analfabetos, que participam apenas em 15% da renda nacional; dos 50% restantes da população outros 50% percebem salário mínimo, que apenas permite a compra de alimentos básicos; apenas 39,6% das crianças em idade escolar logram matricular-se, o que situa o quadro educacional brasileiro, na América Latina, entre os mais baixos da região, no nível da Bolívia e abaixo do Paraguai; (c) o desequilíbrio entre o desenvolvimento urbano industrial e a estagnação rural-agrícola, com a permanência, no campo, de um regime semifeudal de propriedade e produção, em conseqüência do qual a oferta rural de alimentos cresce apenas à taxa de 5% ao ano, enquanto a demanda urbana cresce à taxa de 12% ao ano, causando uma inflação estrutural incorrigível por métodos monetaristas; (d) o setor público, cujas crescentes responsabilidades econômicas e sociais elevaram suas despesas de 12,4% do PIB em 1960 a 18,5% em 1963 foi conduzido a *deficits* superiores ao próprio montante da receita, que permaneceu estagnada à razão de 9% do PIB, gerando uma inflação galopante; (e) o desequilí-

Fugiria ao escopo dêste estudo analisar como e porque a aplicação do modêlo de nacional-capitalismo ao Brasil causou as referidas distorções. O que se pode afirmar, muito sumàriamente, é que a experiência brasileira demonstrou que a aplicação pura e simples do modêlo nacional-capitalismo requer, por um lado, uma sociedade menos heterogênea e, por outro, uma consciência mais generalizada, de parte da burguesia nacional, de seu próprio interêsse de classe e da sua função social. As enormes diferenças que separam o mundo rural-agrícola do urbano-industrial e que favorecem a região Centro-Sul em detrimento de outras, demonstraram ser excessivas para sua superação pela burguesia nacional. A despeito do estímulo e da ajuda do Estado — que, por motivos políticos, não têm sido tão poderosos como deveriam — os empreendedores nacionais têm estado naturalmente propensos a intensificar o desenvolvimento do setor e da região já mais desenvolvidos, agravando destarte a defasagem ao invés de reduzí-la. A insuficiente consciência de classe e de função por parte da burguesia nacional, por outro lado, jamais permitiu a acumulação de fôrça política suficiente para robustecer o Estado e assim reforçar a própria burguesia nacional.

Cumpre também acrescentar que, nas condições internacionais que se formaram desde os anos '50, assinaladas por um progressivo isolamento da União Soviética, concentrando tôdas as suas energias em tentar alcançar e ultrapassar o nível do desenvolvimento norte-americano, os Estados Unidos aumentaram paralelamente o âmbito e o grau de sua interferência nos países fora do bloco soviético. Como resultado do aumento desmesurado da preocupação dos Estados Unidos de interferir — em nome de seus próprios interêsses e segurança — no desenvolvimento interno de outros países, particularmente da América Latina, verificou-se uma importante mudança numa das variáveis dos modelos para o desenvolvimento nacional: a situação sócio-política externa.

Insuficientemente compenetrada quer de seus interêsses de classe quer do seu papel sócio-político, a burguesia nacional

brio, conseqüente dos precedentes, entre as regiões mais e menos industrializadas, que faz que o Norte, o Nordeste e o Centro Oeste, tendo cêrca de 30% da população do País participem em menos de 15% da renda nacional.

brasileira foi influenciada do exterior no sentido de enfatizar as suas características *burguesas* em detrimento de seus traços *nacionais*; foi levada a fazer, absurdamente, causa comum com os velhos setores tradicionalistas avessos à intervenção estatal no domínio econômico. Foi, portanto, levada a olvidar que, nas condições brasileiras, o Estado era um agente da burguesia nacional, sem cuja interferência essa classe não poderia nem superar internamente a resistência das fôrças tradicionais contrárias ao desenvolvimento sócio-econômico, nem tampouco ser protegida externamente das esmagadoras pressões exercidas pelos grandes países desenvolvidos, notadamente os Estados Unidos.

NACIONAL-TRABALHISMO

Em têrmos teóricos a experiência de aplicação, ao Brasil, do modêlo nacional-capitalista e as distorções daí resultantes indicavam a necessidade de um reajustamento daquele modêlo pela incorporação de algumas características do capitalismo do Estado.

A despeito de tôdas as contradições e do impasse final aos quais chegou o modêlo do nacional-capitalismo, não se pode afirmar, consideradas as condições brasileiras do início da década de '60, que seriam melhor correspondidos pela mudança pura e simples do nacional-capitalismo para o modêlo do capitalismo-estatal. Uma tentativa dessa ordem certamente seria polìticamente impossível e sócio-econômicamente desastrosa. O setor técnico e gerencial, que constitui a nova classe média brasileira, nem aspirava a assumir revolucionàriamente o contrôle do Estado contra uma aliança entre os proprietários rurais e a burguesia, nem tinha objetivamente condições para tal. Muito ao contrário, essa classe havia-se incorporado à nova estrutura dominante, compartilhando da maioria dos valôres da burguesia.

A nova classe média, porém, estava subjetiva e objetivamente preparada para desempenhar um papel mais ativo nos acontecimentos, desde que tal papel se coadunasse com seus valôres então mais conservadores, e assim, ao invés de opor-se à estrutura estabelecida, como um todo, manteria sua associação com a burguesia nacional e preservaria seu sentimento de pertencer às camadas mais elevadas da sociedade, e não às inferiores.

O tipo de reajustamento requerido pelo modêlo nacional-capitalista consistia, assim, entre outros requisitos em torná-lo compatível com as disposições e tendências da nova classe média tal como se manifestavam em princípios da década de 1960, assim como com as expectativas e os meios de ação da burguesia nacional, para não falar do proletariado. Bàsicamente, o modêlo readaptado seria um nacional-trabalhismo. O reajustamento a ser introduzido consistiria, em primeiro lugar, em reforçar a função do Estado — tanto no planejamento como no investimento e na direção de empreendimentos — como fator principal do desenvolvimento sócio-econômico — e não mais simplesmente como protagonista catalítico subsidiário da ação dos empreendedores nacionais. Em segundo lugar, consistiria numa drástica intervenção na esfera rural-agrícola, intervenção essa orientada para a extinção de seu caráter semifeudal e das fôrças semifeudais remanescentes nela ainda arraigadas. O campo, portanto, seria aberto à sua exploração racional, de acôrdo com diretrizes sociais razoáveis, pela conversão das propriedades tradicionais em modernas fazendas capitalistas, em propriedades familiares médias, em fazendas cooperativas médias e em grandes fazendas estatais, em função das condições locais e dos requerimentos operacionais da natureza das culturas. Teriam outrossim de ser aplicados programas complementares para a redução das desigualdades regionais, notadamente as ligadas ao desequilíbrio rural-urbano.

Em terceiro lugar, o modêlo de nacional-trabalhismo reaproximaria os interêsses da burguesia nacional e os do proletariado, pela elevação do nível tecnológico e da ampliação da escala industrial, aumentando assim o número de empregos, os salários, e a capacidade de consumo dos trabalhadores, como também a produtividade e a dimensão dos negócios para os empreendedores. Tal política exigiria uma ampliação substancial da capacidade de investimento do Estado e uma política mais coerente de preservação e consolidação da autonomia nacional. Para isto se faria mister, por um lado, demarcarem-se clara e sistemàticamente as responsabilidades empresariais distribuídas entre o Estado e os empreendedores nacionais, mais ou menos de acôrdo com o princípio de concentrar o Estado nas indústrias infra-estruturais e nas grandes indústrias de produtos intermediários. Por outro lado, isto requereria também

uma delimitação não menos clara e sistemática de setores entre o capital nacional e o estrangeiro bem como uma política de determinação de tetos percentuais para a propriedade e o contrôle estrangeiros de emprêsas produtivas considerando-se a economia em seu conjunto e os casos específicos de determinados setores e emprêsas.

O MODÊLO PARA A ESTABILIDADE SOCIAL

Como forma alternativa de tratamento das distorções estruturais acima referidas, está a política de preservação da ordem social, a expensas das estruturas nacionais e da manutenção da individualidade nacional. O modêlo correspondente a essa política pode ser descrito, de modo a manter a simetria com o modêlo nacional-trabalhista em função de três requisitos principais.

Em primeiro lugar, requereria — à semelhança do modêlo nacional-trabalhista — um refôrço substancial do Estado, de maneira bastante oposta, sob êste aspecto, às expectativas dos adeptos do liberalismo. Tal fortalecimento do poder público, contudo, não se destinaria a propiciar a êste uma intervenção maior e mais eficaz na esfera econômica, mas sim a preservar a estabilidade desfrutando, para tal, de uma capacidade máxima de coerção.

Em segundo lugar, exigiria a mais estreita integração política e econômica do Brasil no sistema ocidental em vias de ser estruturado pelos Estados Unidos: a Comunidade Atlântica. A fim de consolidar a complementaridade dos subconjuntos nacionais, uma tal integração deveria ser acompanhada de uma divisão do trabalho que permitisse aos parceiros menos desenvolvidos ter acesso como exportadores de produtos industriais, aos mercados desenvolvidos ainda que a um nível tecnològicamente mais simples. Sòmente assim se poderia compensar a falta interna de dinamismo causada pela preservação do *status quo*. A ampliação dos mercados seria obtida com ênfase no Mercado Comum Latino-Americano, incorporando dessa forma a América Latina como um todo (sob a prevista liderança regional brasileira) à Comunidade Atlântica.

Em terceiro lugar, êsse modêlo restabeleceria, sob a supervisão estatal (para as correções supletivas que se fizessem necessárias) o livre mecanismo do mercado, assegurando às emprêsas privadas o contrôle e a direção integrais da economia.

A denominação mais apropriada para tal modêlo — mesmo sob o risco de parecer polêmica — é a de colonial-fascismo. O fascismo, na realidade, em última análise, nada mais é que um modêlo para a promoção do desenvolvimento econômico sem modificação da ordem social existente. Os exemplos históricos da Alemanha e da Itália, entretanto, caracterizaram-se pelo fato de que em cada um dêsses países havia (em relação à época) um importante complexo industrial, de propriedade de uma burguesia dinâmica e por ela dirigido. Na aliança da classe média com a burguesia, que é um requisito social essencial do fascismo, as burguesias alemã e italiana deixaram a classe média tomar a liderança política de seus respectivos países em troca da preservação de sua propriedade e do seu contrôle industrial. No caso brasileiro, porém, essa solução seria duplamente impossível. Internamente, em virtude da já analisada incompatibilidade entre um desenvolvimento nacionalmente deliberado e a manutenção da ordem social vigente; externamente, em virtude da dependência essencial, do modêlo em tela, para com o Ocidente em geral e os Estados Unidos em particular, dada a necessidade de ajuda estrangeira e, em particular, de acesso a mercados no exterior. A adaptação de um modêlo fascista e uma condição de dependência de um centro externo metropolitano o converte em colonial-fascismo. Daí ter sido adotada essa designação ao modêlo que tende a encarar as distorções estruturais brasileiras sob a perspectiva da preservação da ordem social existente.

II. O Rumo Dos Acontecimentos

O GOVÊRNO JÂNIO QUADROS

O Govêrno de Jânio Quadros, empossado em 31 de janeiro de 1961 e concluído abruptamente em 25 de agôsto do mesmo ano, pela renúncia do Presidente, tornou-se conhecido, não sem razão, por seu caráter imprevisível. Não tanto, po-

rém, pelo motivo comumente alegado: o caráter mercurial do Presidente Quadros, manifestado notadamente em sua inesperada renúncia. Além das esquisitices de sua personalidade e a despeito delas, o que emprestou ao Govêrno Quadros sua reconhecida imprevisibilidade foi a rapidez com que se sucederam os acontecimentos, após o Govêrno de Kubitschek, e a rapidez — se bem que nem sempre a adequação — com a qual o Presidente Quadros era levado a reagir com relação a êstes, não raro modificando suas posições anteriores.

A mudança mais inesperada do Presidente Quadros foi sem dúvida quanto ao sentido e à direção imprimidos ao seu Govêrno, alguns meses após subir ao poder. Por seu passado político ligava-se êle às fôrças conservadoras que haviam derrubado Vargas e se tinham oposto a Kubitschek. Os partidários de sua candidatura esperavam portanto, um govêrno bàsicamente conservador sob o disfarce de gestos populistas.

Quaisquer que tenham sido as suas prévias intenções, contudo, o Presidente Quadros, confrontado com os problemas muito agudos e urgentes criados pelas distorções estruturais referidas anteriormente, percebeu com igual rapidez que os remédios da farmacopéia conservadora resultariam totalmente inoperantes. Compreendeu a necessidade de iniciar sua política econômica com um esfôrço em pról da estabilidade financeira, a fim de impedir a inflação galopante, e neste sentido seguiu a terapêutica convencional. Mas entendeu igualmente o caráter estrutural da inflação brasileira e o fato de que sua correção eficaz, se se quisesse manter e reforçar o País como uma sociedade nacional, não poderia ser dissociado do problema global do desenvolvimento econômico e político. Assim sendo, foi levado a orientar seu Govêrno no rumo do desenvolvimento econômico nacional e da mudança sócio-política, em conformidade, portanto, se não de forma muito consciente, com o modêlo nacional-trabalhista.

O problema do Govêrno Jânio Quadros, porém, não foi tanto a falta de uma compreensão teórica integral do modêlo por êle adotado, mas sim o fato de que sua nova visão dos problemas reais do País não foi seguida por uma compreensão correspondente das condições e dos instrumentos necessários para a execução da política requerida. O surpreendente impacto de sua personalidade, que transmitia uma extraordinária im-

pressão de poder, aumentada pela relevância das decisões que tomava, fê-lo vítima da ilusão de poder que provocava. Desempenhou um papel bonapartista — como as circunstâncias tendiam a reclamar — sem, contudo, contar com os exércitos de Bonaparte. Nesse particular cometeu um êrro duplo e igualmente fatal. O primeiro consistiu em ignorar que a mera autoridade do Presidente — solapada por um Congresso inquieto — não seria suficiente para modificar a estrutura sócio-econômica do País, particularmente numa direção que antagonizaria os mais poderosos interêsses internacionais. Habituado a fazer política acima dos partidos e por intermédio de um apêlo pessoal carismático e imediato às massas, nunca se compenetrou da necessidade de organizá-las para prestar apoio à sua política, tendo em mira a necessidade de neutralizar a bem estruturada resistência dos interêsses conservadores domésticos e internacionais.

Seu segundo êrro consistiu em ignorar que a lealdade dos militares, aos quais havia confiado o comando das Fôrças Armadas — já por si predominantemente conservadores — fôra por êle obtida quando representava um papel bastante oposto. Seu significado político, como Presidente da República, tornou-se o inverso de seu significado ostensivo, quando Governador do Estado de São Paulo. Durante certo tempo os elos de tradição e relação pessoal, bem como a mágica da autoridade presidencial, adquirida daquela maneira especial através de sua personalidade magnética, mantiveram em seus lugares os chefes militares e as Fôrças Armadas em geral. Quando, porém, o perito-demolidor Carlos Lacerda, então comandando a máquina do Estado da Guanabara, sentiu que podia dirigir ostensivamente a oposição ao Presidente Quadros, mobilizando contra êle todos os interêsses internos e externos investidos da preservação do *status quo,* Quadros sùbitamente compreendeu que não tinha literalmente nenhum apoio em qualquer setor relevante da estrutura dominante. E não havendo preparado qualquer outra base para alicerçar sua política, perdeu o contrôle de si mesmo e se demitiu. Preferiu antecipar a crise que entendia inevitável do que esperar por ela. Preferiu, também, retirar-se a ser apeado do poder pela fôrça, e provàvelmente supôs que a comoção nacional que se seguiria à notícia de sua renúncia ainda poderia trazê-lo de volta na crista de um movimento de protesto das massas. O fato de que mesmo para essa

última jogada êle não contasse com qualquer grupo organizado dispersou os efeitos das manifestações espontâneas de "queremos-o-retôrno-de-Quadros". E o Exército do Marechal Dennys, demasiado satisfeito com aquêle golpe branco para deixar que se perdessem os seus frutos, imediatamente assumiu o contrôle integral do País, obstruindo qualquer possibilidade de retôrno do ex-Presidente Quadros e tentando prevenir sua sucessão pelo Vice-Presidente Goulart.

O GOVÊRNO JOÃO GOULART

O Govêrno Goulart, por outros meios, com implicações diferentes e sob o comando oficial de uma personalidade muito diferente, ensaiou duas novas tentativas para corrigir as distorções estruturais do País, numa linha que visava a conjugar o desenvolvimento nacional com a mudança sócio-política.

Seus primeiros passos foram muito difíceis. Precisou, inicialmente, contrarrestar o golpe do Marechal Dennys, que objetivava impedi-lo de suceder ao Presidente anterior. Posteriormente, teve de se empenhar em prolongada e arriscada luta para superar as limitações do parlamentarismo que estratègicamente aceitaria, como concessão para se sobrepor ao veto dos militares. Sòmente em janeiro de 1963, mais de um ano após ter sido empossado, foram-lhe devolvidos os seus podêres presidenciais integrais, por uma maciça maioria à razão de 4 votos a 1, resultante de plebiscito. Daí até março de 1964 o Govêrno Goulart tentou levar a efeito duas experiências políticas distintas, que se tornaram conhecidas respectivamente, segundo a definição do falecido Ministro San Tiago Dantas, como as experiências de "esquerda positiva" e de "esquerda negativa".[4]

A experiência de esquerda positiva, sob a direção de San Tiago, então Ministro da Fazenda, e a orientação técnica de Celso Furtado, então Ministro do Planejamento, representou a

[4] Cf. San Tiago Dantas, "A evolução da política brasileira" in *Digesto Econômico*, n.º 174, nov.-dez. 1963. Para uma apreciação geral dos estudos políticos, conferências e discursos de San Tiago Dantas, especialmente sôbre política externa, veja-se *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano VII, n.º 27, set. 1964. Rio.

tentativa mais consciente e deliberada de execução do nacional-trabalhismo, até então ensaiada no Brasil. Essa tentativa, contudo, foi pouco além da formulação básica de suas diretrizes — no Plano Trienal de Celso Furtado — e das providências iniciais para sua implementação, através das medidas adotadas e das negociações iniciadas por San Tiago Dantas.

Por um complexo conjunto de razões e motivações — variando desde ressentimentos pessoais ao mêdo de perder a liderança das massas para seu cunhado, companheiro político e rival, Deputado Leonel Brizola — o Presidente Goulart demitiu, menos de seis meses após sua designação, o gabinente San-Tiago-Furtado.

Tratando-se de uma experiência tão efêmera, torna-se impossível avaliar o modêlo de nacional-trabalhismo em sua realização prática, ou apreciar a forma pela qual sua implementação foi tentada.[5] Não obstante, deve-se salientar o fato, que se tornou muito aparente no processo dessa experiência, de que o modêlo de trabalhismo-nacionalista não é suscetível de mobilizar as fôrças sociais às quais se dirige se estas não estiverem preparadas, seja por experiência anterior seja por uma ativa organização, para compreender que tal modêlo representa, para seus interêsses peculiares de classe e grupo, não sua satisfação total, mas tão sòmente o máximo viável de satisfação compatível com sua harmonização recíproca. Foi precisamente porque a esquerda negativa, sob o aventureirismo irresponsável de Brizola, podia dirigir às massas as promessas e os apelos mais revolucionários, que a conciliação viável oferecida pela esquerda positiva assumiu um aspecto irrelevante, quando não aparência de ocultar uma traição social. Paralelamente, a atração ilusória, apresentada pelos conservadores de direita, de vantagens irrestritas para a burguesia, pode confundir os empreendedores nacionais e fazê-los crer que a conciliação viável oferecida pela esquerda positiva não valia o seu preço.

A segunda experiência do Govêrno Goulart, não pode ser pròpriamente considerada como uma nova versão, embora mais

[5] Para uma descrição compreensiva dos eventos e problemas sócio-políticos brasileiros nos últimos 30 anos, com realce particular na década '60 veja-se Thomas E. Skidmore, *Political Change in Brazil, 1930-64*, no prelo, a ser publicado por Harvard University Press em 1967.

radical, do modêlo nacional-trabalhismo.[6] Bàsicamente, em virtude da falta de coerência peculiar à esquerda negativa. Independentemente de sua natureza e do seu grau de refinamento, não obstante, essa segunda experiência orientou-se no rumo da mudança social revolucionária: redistribuição de terras e rendas, nacionalismo econômico, estatização de grandes setores de produção, mobilização política das massas urbanas e rurais, extinção do contrôle do Estado exercido pela atual classe dominante e neutralidade e desengajamento internacionais eram entre outros os objetivos preconizados.

Enquanto a primeira experiência do Govêrno Goulart, sob a direção de San Tiago, foi pelo próprio Presidente impedida de entrar efetivamente em execução, no tocante à sua segunda experiência política, foi o golpe militar de 1.º de abril de 1964 que lhe não permitiu levá-la a têrmo. No primeiro caso, uma alta sofisticação foi posta a serviço do desenvolvimento nacional e da reforma social sem lhe ter sido dada a oportunidade de real experimentação. No segundo, tentou-se uma revolução social do tôpo para baixo, sem a formação prévia dos quadros revolucionários e sem a participação efetiva das massas.

O GOVÊRNO MILITAR

O movimento militar que expulsou do poder o Presidente Goulart, em abril de 1964, foi, originalmente, a expressão de uma oposição muito generalizada a seu Govêrno, e que adquiriu feição militante contra-revolucionária a contar do término de 1963.[7] A facilidade inesperada com a qual as primeiras tropas rebeldes obtiveram a adesão do resto das Fôrças Armadas, mercê do que as Fôrças Armadas assumiram pleno contrôle do País, levou o golpe a uma rápida e cumulativa radicalização pela direita. Por outro lado, êsses mesmos fatos impeliram o Exército, na qualidade de núcleo das Fôrças Armadas, a concentrar todo o poder nas mãos dos militares, como corporação,

[6] Cf. Thomas Skidmore, *op. cit.* e Otávio Ianni, Paulo Singer, Gabriel Cohen e Francisco Weffort, *Política e Revolução Social no Brasil*, Rio de Janeiro, 1965.

[7] Cf. Alberto Dines et al. *Os Idos de Março e a Queda em Abril*, José Álvaro, Ed., Rio de Janeiro, 1964.

reduzindo a têrmos nominais ou secundários a participação dos políticos que haviam tomado parte na contra-revolução anti-Goulart — uma contra-revolução cônscia de seu significado e inconformada com êle, que sentiu a necessidade vicária de se autodenominar "revolução". Carlos Lacerda, na qualidade de veterano e mais hábil contra-revolucionário brasileiro, foi ràpidamente relegado a uma posição marginal, muito antes de se haver decidido a admiti-lo abertamente e de opor-se ao regime Castelo Branco em nome de sua pretensa autêntica mensagem "revolucionária". Mais tarde, em 1966, viria a mudar mais uma vez de posição, desta feita para assumir — em completa contradição com seu passado político — uma postura centro-esquerda nacional-trabalhista, ferozmente oposta ao regime Castelo Branco.

A mensagem do regime Castelo Branco, porém, embora originalmente reduzida aos têrmos simples e simplistas de um normalismo conservador de classe média e de anticomunismo, foi oportunamente reformulada, e de forma muito aperfeiçoada, pelo nôvo Ministro do Planejamento, Roberto Campos. Simètricamente oposto a Celso Furtado, Campos preparou para o regime Castelo Branco e conseguiu levar à execução o modêlo para a estabilidade social, com forte propensão para se tornar um Colonial-Fascismo.

O contrôle integral do Estado pelos militares e sua auto-legitimação pelos Atos Institucionais constituíram o mais formidável refôrço do poder público central jamais experimentado no Brasil, resultando em haver equipado o Govêrno com meios coercitivos dificilmente igualados nos regimes mais autoritários. Com a estabilidade social dessarte assegurada, as diretrizes de Campos foram orientadas no sentido da obtenção da estabilidade financeira. Em sua tentativa de controlar a inflação contava com a vantagem de não ser incomodado pelas dificuldades mais comuns. A severa ditadura militar eliminou a resistência da classe operária, permitindo a redução dos salários reais dos trabalhadores. A burguesia, embora alarmada pela recessão causada pela política antiinflacionária, estava ainda demasiado temerosa das últimas tendências do Govêrno Goulart, e muito preocupada com o risco iminente de hiperinflação, para deixar de aceitar o sacrifício de uma temporada de maus negócios. A classe média, embora satisfeita por ter recobrado sua influência, ao fim de

algum tempo tornou-se a menos paciente. Ao seu setor relevante, os militares, foi entretanto, conferido um razoável aumento de poder aquisitivo e compensado por numerosas outras vantagens resultantes de seu contrôle, agora completo e inconteste, do aparelho governamental.[8] Sob outro aspeto, no que se refere à questão da perda, pela economia, de sua autonomia e endogenia, com a sua gradual desnacionalização, não houve pròpriamente problemas do ponto de vista do nôvo modêlo, orientado, ao contrário, para a utilização máxima da participação de fatôres externos. Registraram-se, portanto, grandes avanços em direção à estabilidade financeira, com a taxa de inflação reduzida, em fins de 1965, a cêrca de 45% por ano, apenas metade do índice em 1964, embora essa tendência sensìvelmente tenha declinado em 1966.

O segundo requisito do modêlo, a saber o completo engajamento do Brasil com os Estados Unidos, foi não apenas constantemente proclamado como o principal objetivo externo do Govêrno, como também por todos os meios ativamente promovido. Logo foram proporcionadas novas facilidades para o investimento estrangeiro e o movimento de capital. A ajuda externa, que fôra pràticamente suspensa no Govêrno Goulart, foi novamente canalizada para o Brasil, e grandes somas lhe foram prometidas. E os aspectos políticos decorrentes da nova posição da política exterior brasileira cedo se tornaram também aparentes, com a participação do País na ocupação da República Dominicana.

A terceira característica básica do modêlo, ou seja, a ênfase atribuída ao capital privado e à livre emprêsa, foi igualmente posta em prática. Nesse particular, entretanto, em virtude da resistência dos nacionalistas militares, a alienação de emprêsas de propriedade estatal não pôde ser sèriamente contemplada. O Govêrno foi mesmo obrigado a reafirmar sua lealdade à Petrobrás e à política de monopólio estatal do petróleo.

A implementação tão bem sucedida do modêlo para a estabilidade social, entretanto, não foi capaz nem de impedir a

[8] A tendência preexistente no Brasil de nomeação de militares para a gestão das emprêsas estatais foi extremamente ampliada pelo regime Castelo Branco. Outra significativa forma de aumento da remuneração e da influência dos militares consistiu no estabelecimento de inúmeras comissões militares de inquérito, dotadas dos mais amplos podêres e não sujeitas à justiça civil.

formação de uma vigorosa oposição nacionalista de extrema-direita, em alguns setores militares, nem tampouco de superar as contradições intrínsecas daquele modêlo.

A oposição de direita nacionalista foi um resultado pràticamente inevitável do próprio treinamento e da ideologia profissional dos militares, não inteiramente infensa à prática habitual de sua designação para os postos de direção da maioria das companhias estatais. Como o nacionalismo era identificado com as tendências esquerdistas, antes do golpe militar, os nacionalistas de direita no Exército puderam ser induzidos a aceitar diretrizes antinacionalistas como um recurso necessário para liquidar os esquerdistas. Entretanto, uma vez instalado no poder um regime militar de direita, êsse tipo de justificativa não mais poderia prevalecer e os nacionalistas de direita começaram a se fazer ouvidos. Razões tácitas motivaram uma fusão de posições, na "linha dura", entre os ultradireitistas (que nem sempre são nacionalistas) e os nacionalistas de direita. Juntos tornaram-se ao mesmo tempo ultradireitistas e nacionalistas. E quase conseguiram realizar um golpe dentro do golpe, nas semanas que precederam o Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965.[9]

Os nacionalistas de direita, porém, nem são capazes de prevalecer de forma duradoura sôbre a tendência colonial-fascista nem tampouco a "linha dura' 'tem possibilidades de ser completamente liquidada enquanto o regime conservar seu caráter militar. O primeiro resultado não é plausível em razão do simples fato de que o nacionalismo de direita é espúrio e inviável nas atuais condições latino-americanas. Salientando a preservação da ordem social vigente na mesma medida que o Colonial-Fascismo, precisa contar com assistência externa compensadora em virtude tanto de razões econômicas como políticas, e portanto não pode ser nacionalista sem perder apoio e viabili-

[9] A chamada "linha dura" compõe-se, em última análise, de uma clique de coronéis, não abertamente definida, estratègicamente situados no sistema dos comandos militares, que se deixaram liderar e influenciar ideològicamente por Carlos Lacerda, antes dêste ter mudado de posição, no curso do Govêrno Castelo Branco e, particularmente, em 1966. Êsses coronéis têm ou tiveram até 1966, um pacto de assistência mútua com o Marechal Costa e Silva, atual presidente e antigo Ministro da Guerra de Castelo Branco.

dade, assim interna como internacionalmente. A despeito de sua inviabilidade, porém, a "linha dura" não tem probabilidade de ser liquidada pelos elementos moderados predominantes, enquanto os militares constituírem o poder, porque é a própria existência dos direitistas fanáticos que justifica a dos não-fanáticos, mais ou menos da mesma maneira que o leão é indispensável à função do domador.

O modêlo para a estabilidade social, quer em sua forma benigna do regime Castelo Branco quer em sua pura forma arquétipa de Colonial-Fascismo, mesmo conduzindo, em detrimento da individualidade nacional, à solução de alguns problemas, está condenado, a longo prazo, por suas irremediáveis contradições imanentes. Estas são de dois gêneros: uma afeta seu mecanismo interno, vítima dos resultados de superconcentração de renda e poder por êle gerada. A outra atinge a relação do regime com seu centro metropolitano externo. Em outras palavras, uma resulta de sua característica ou propensão "fascista" e a outra de sua característica "colonial".

A primeira contradição deriva da conhecida impossibilidade, clàssicamente formulada por Marx, de se manter por longo prazo um processo de concentração política e econômica. O fato de que as previsões de Marx não se concretizaram na Europa Ocidental em nada afeta a validade teórica de sua tese nesse particular. Apenas demonstra que as sociedades européias, na época oportuna, pelo efeito conjugado das pressões próprias da classe operária, através de sindicatos e partidos socialistas por um lado, e a posterior utilização mais esclarecida, pela burguesia, de enorme aumento de produtividade proporcionado pela tecnologia, por outro lado, propiciaram a redistribuição mínima de renda, educação, oportunidade social e poder, suficientemente para manter essas sociedades em progresso e desenvolvimento. No caso de um País como o Brasil, o modêlo fascista-colonial, após alguns anos, agravaria de tal modo o desequilíbrio entre o crescimento da população e a criação de novos empregos, em todos os níveis de ocupação, que a nova classe dominante cedo seria obrigada a adotar uma espécie de política de *apartheid* para impedir os camponeses de emigrar para as cidades e lá formar explosivas massas marginais. Mesmo tais diretrizes não impediriam a irreprimível explosão política do sistema, ao lado de sua crise econômica de supercapitalisa-

ção e subprodução. Na prática, evidentemente, os acontecimentos jamais seriam levados até seu limite teórico e o regime tenderia a ser modificado por imposição das circunstâncias muito antes do completo esgotamento de sua viabilidade.

No que se refere à contradição externa ou "colonial" do modêlo, o âmago da questão reside na falácia da "complementaridade" das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas e da presunção, dela derivada, de que o estímulo externo pode compensar a falta de dinâmica interna de crescimento causada pelo congelamento do *status quo*. A economia dominante precisa de matérias-primas da economia dependente e não pode dar a esta, em troca, qualquer assistência ou provocar qualquer efeito dinâmico de crescimento se a economia dependente, além do seu setor de exportação, não se desenvolve com um mercado doméstico, uma economia autocentrada. O modêlo colonial-fascista, entretanto, visa precisamente a impedir as mudanças sociais que seriam exigidas para o desenvolvimento de uma economia autônoma e endógena. Ao fazê-lo, bloqueia a expansão de sua própria economia, sejam quais forem os fatôres disponíveis no exterior. Se o centro metropolitano necessitasse de mão-de-obra o modêlo colonial-fascista poderia, ao menos, ter o seu equilíbrio prolongado pela exportação de seu excedente de população. Exportar tais excedentes, porém, seria completamente irrealizável para um País das dimensões do Brasli, mesmo na hipótese de ter o centro metropolitano uma tendência ilimitada à importação de mão-de-obra. O que não se aplica, além do mais, no que concerne a um país como os Estados Unidos, onde a revolução cibernética está dispensando mais mão-de-obra local do que pode convenientemente reorientar. Uma relação colonial-fascista Brasil-Estados Unidos, portanto, produziria um decréscimo de estímulo na economia brasileira, ao mesmo tempo que bloquearia o desenvolvimento autônomo e endógeno do País. A longo prazo, se revelaria menos vantajosa para os interêsses econômicos dos Estados Unidos do que uma relação crescentemente diferenciada e complexa, baseada num Brasil independente, desenvolvido e centrado em si mesmo.

Nessas condições, o resultado de uma relação colonial-fascista entre os dois países seria que as classes dominantes no Brasil — à exceção dos grupos minoritários participantes do

setor de exportação — não recuperariam, do exterior, o impulso dinâmico que tiveram de suprimir no País para impedir a mudança social. A acumulação do desemprêgo, mencionada anteriormente, levaria o sistema ao seu colapso político e econômico.

Cumpre mencionar, porém, em conclusão desta análise, que o regime militar brasileiro não tem probabilidades nem de manter o controle do País por tanto tempo quanto será necessário para chegar ao fundo dos impasses anteriormente indicados, nem de manter coerentemente sua atual orientação colonial-fascista.

A complexidade já atingida pelo setor industrial-urbano brasileiro não é compatível com um regime militar colonial-fascista de longa duração.[10] Uma vez diluídos com o curso do tempo (segundo um processo que dificilmente se poderia prolongar por mais alguns anos) os temores que impeliram os setores mais progressistas da burguesia brasileira e a classe média

10 O exemplo histórico mais próximo de uma sociedade mais complexa e desenvolvida submetida durante muito tempo a um domínio colonial-fascista é o da Espanha de Franco. Certamente não é de se desprezar êsse exemplo como inaplicável às condições brasileiras. Entre o caso espanhol e o brasileiro, todavia, existem pelo menos as seguintes diferenças fundamentais: (a) a Espanha é um país pequeno e estagnado, comparado ao Brasil, que tem uma superfície quase vinte vêzes maior e uma população mais de 2,5 vêzes maior, crescendo a uma taxa anual de (3,1%) quatro vêzes mais rápida; (b) o regime espanhol é mais fascista porém menos colonial que o do Brasil, estando assim efetivamente orientado para a preservação da individualidade nacional; (c) a cultura política dos dois países e a crise que conduziu ambos ao colonial-fascismo são de natureza mui diversa: a tradição aristocrática-absolutista da Espanha impeliu o país a uma verdadeira e trágica Guerra Civil (e não apenas, como o Brasil, ao seu distante e teórico risco) e nem antes nem depois do conflito apresentou qualquer possibilidade para o estabelecimento de um regime nacional-capitalista ou nacional-trabalhista, como no Brasil se deu antes e depois do golpe de 1964; (d) a Espanha como país europeu e herdeira de uma grande tradição cultural nacional está muito menos exposta ao contrôle estrangeiro; gravita para uma integração natural na Comunidade Européia e, além do mais, se beneficia de enorme e crescente afluxo de turistas, que lhe proporcionam mais divisas do que a exportação de café do Brasil, e ao contrário do que sucede com os efeitos adversos das grandes *plantations*, exerce uma função dinâmica de estímulo, amplamente distribuída por tôda a economia.

a se associarem às fôrças reacionárias, impor-se-á de nôvo, inevitàvelmente, à transformação, assim no plano político como no sócio-econômico. Nessas circunstâncias, ou os militares terão de restituir o poder aos partidos políticos — ainda que muitos dêles venham a se filiar aos mesmos — e às fôrças sociais por êles marginalizadas, ou terão êles próprios de modificar, de maneira essencial, o significado de seu regime.

A primeira hipótese, como as coisas podem ser vistas na ocasião em que são escritas estas linhas (janeiro de 1967) é a mais provável de ocorrer. A pressão do complexo industrial-urbano, necessitando refranquear o País ao crescimento econômico e dessa forma aceitando as mudanças sociais mínimas para tanto requeridas, induzirá ou forçará os militares a aceitarem também estas mudanças sociais mínimas.

A segunda hipótese, menos provável por várias razões, conduziria os militares, a fim de se manterem no poder mais longamente, a uma substancial mudança de ideologia e de diretrizes. O que condena o govêrno militar ao fracasso, na situação brasileira, é menos o fato de ser militar — embora tal caráter não possa permanecer indefinidamente — do que a sua propensão colonial-fascista. Uma conversão ao Nasserismo, conducente à reorientação do País no rumo de seu desenvolvimento sócio-econômico e da sua individualidade nacional, bem como a uma nova participação das massas no processo sócio-político, estenderia por um período muito maior as possibilidades de permanência no poder da clique ora dirigente e de seus sucessores imediatos. O modêlo do Capitalismo de Estado, todavia, não se ajusta às presentes condições brasileiras por duas principais razões.

A primeira é o fato de que tal modêlo implica, para sua bem sucedida aplicação, uma estrutura social muito mais simples do que a alcançada pelo Brasil, como foi o caso do Egito de Nasser. A segunda, conseqüência indireta da primeira, é o fato de que o modêlo requer uma subelite dinâmica (a classe média militar) cujos valôres e padrões de conduta se oponham aos da prévia elite dirigente e que esteja preparada para introduzir mudanças radicais, orientadas para a rápida expansão da participação econômica, cultural e política das massas. Tais

características e tendências são justamente as opostas às manifestadas pelo movimento de abril e pelos militares brasileiros nestes últimos anos e, em última análise (com exceção do radicalismo dos "tenentes" de 1930) desde a primeira intromissão do Exército na política, com o positivismo e a República.

O Populismo na Política Brasileira

FRANCISCO C. WEFFORT

O POPULISMO é produto da longa etapa de transformações por que passa a sociedade brasileira a partir de 1930. Como estilo de govêrno, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, o populismo só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do após-guerra (1945-64). Foi também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político

de um País tradicionalmente agrário e dependente, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional. E foi sobretudo a expressão mais completa de emergência das classes populares no bôjo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nestes decênios e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jôgo político.

Produto de um período de crise e solidário em sua própria formação com as peculiaridades dêstes período, o populismo foi um fenômeno político que assumiu diversas facêtas e estas foram freqüentemente contraditórias. Dêsse modo, é às vêzes difícil para quem tenha vivido, de um modo ou de outro, os problemas políticos dessa etapa histórica, fazer uma referência de conjunto ao movimento populista que englobe tôda a sua diversidade. Desde 1945 até 1964, são vários os líderes de ressonância nacional (três Presidentes e alguns Governadores de Estado) que buscam conquistar a adesão popular nos centros mais urbanizados do País. Cada um dêles tem um "estilo", sua política pessoal quase sempre pouco explícita e sua ideologia, ainda menos explícita e muitas vêzes confusa. Suas diferenças, em alguns casos suas contradições, são de uma tal ordem que se torna difícil perceber nêles alguma significação fundamental comum, além do interêsse que todos têm na conquista do voto popular e na manipulação das aspirações populares. Em determinados momentos, somos inclusive tentados a permanecer nessa percepção fragmentária e a conceber o populismo mais como um fenômeno de natureza pessoal que de qualidade social e política. Expliquemo-nos: as bruscas mudanças de orientação política de líderes como Vargas ou Jânio Quadros, por exemplo, poderiam dar a impressão de que o populismo nada mais seria do que uma espécie de "oportunismo essencial" de alguns líderes, uma desmedida ambição de poder associada a uma quase ilimitada capacidade de manipulação de massas.

Essa noção — que nos parece traduzir o essencial do ponto de vista de alguns liberais de classe média, perplexos diante dos rumos assumidos pelo processo político depois de 1945[1] terá

[1] Em 1947, Plínio Barreto, liberal surprêso com as derrotas de seu partido (UDN — partido liberal que se passou depois para a direita) e com a emergência política das massas, escreveu uma crônica que é um exemplo da perplexidade e do espírito elitista de alguns setores de

talvez seu grão de verdade. Muitos homens de esquerda — diga-se de passagem que também são homens de classe média — têm uma visão semelhante. Parece-nos contudo que embora a manipulação tenha sido uma das tônicas do populismo, seria demasiado sumário e abstrato caracterizar apenas como manipulação um estilo de liderança política — e, em certo sentido, um tipo de regime político — que, de qualquer modo, se confunde em muitos aspectos com a história do País nos últimos decênios. O populismo foi sem dúvida manipulação de massas mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fôsse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes.

Em realidade, o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais êsse domínio se encontrava potencialmente ameaçado. Êsse estilo de govêrno e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambigüidade pessoal dêsses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor às funções de govêrno. Mas o populismo tem raízes sociais mais profundas e a recuperação de sua unidade como fenômeno social e político é um problema proposto a quem estude a formação histórica do País nestes últimos decênios.

classe média. Decepcionado com a democracia, busca "aconselhar" a quem pretenda êxito em política e diz, entre outras coisas que as massas têm uma "irresistível tendência para o pulha"; "evite por todos os meios obrigar o povo a refletir. A reflexão é um trabalho penoso a que o povo não está habituado. Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo que êle pede e abrace-o quanto puder. O único talento que se permite ao candidato é o de "camelôt". (*Estado de São Paulo*, 26-1-1947.)

A Crise da Oligarquia e as Novas Classes

A revolução de 1930 é um ponto de clivagem entre duas épocas. Êsse movimento, liderado por homens de classe média e por alguns chefes oligarcas (entre os quais o próprio Getúlio Vargas), abre a crise do sistema oligárquico de poder estabelecido desde os primeiros anos da República (1889) e consagrado na Constituição liberal de 1891. Parece haver sido uma das peculiaridades do processo de transformação política que a insurreição de 1930 desencadeia, o fato de que as verdadeiras fôrças sociais e os motivos reais de seu comportamento não tenham aparecido sempre de maneira clara. Pode-se, contudo, reconhecer algumas de suas dimensões mais relevantes. Merece referência, em primeiro lugar, a decadência dos grupos oligárquicos como fator de poder. Êles se viram obrigados a deixar as funções de domínio político, que até 1930 mantiveram em forma ostensiva e quase exclusiva, para subsistir nas sombras (embora sempre presentes no nôvo regime, em nível regional ou municipal em muitas partes do País) até 1945, quando passam a ter representação privilegiada no Congresso.[2] Por outro lado, observa-se, a partir de 1930, uma tendência *à ampliação institucional das bases sociais do Estado*. Sôbre êsse aspeto, mais afim com o nosso tema, merece referir-se, inicialmente, à participação das classes médias e dos setores burgueses vinculados à industrialização no processo que conduz à crise do regime oligárquico. A participação política das classes populares, tem muito a ver com as condições em que se instala o nôvo regime e com a incapacidade manifestada pelas classes médias e pelos setores industriais em substituir a oligarquia nas funções do Estado.

Os setores industriais terão sido talvez os maiores beneficiários das mudanças políticas que se verificam depois de 1930. Não obstante, seria ilusório supor que teriam tido um papel importante nos acontecimentos que levam à crise da oligarquia. O movimento da Aliança Liberal contra o antigo regime foi antes de tudo o resultado de uma transação entre alguns grupos urbanos de classe média e alguns setores agrários que mantinham

[2] Sôbre a representação privilegiada das fôrças tradicionais no Congresso, veja-se o artigo de Celso Furtado: *Obstáculos Políticos ao Desenvolvimento Econômico do Brasil*, mimeog. Santiago, 1965.

uma posição divergente no interior do sistema oligárquico. A burguesia industrial, como fôrça política individualizada, estêve pràticamente ausente do processo revolucionário.

Em sua análise das condições iniciais da industrialização brasileira, observa Celso Furtado que não se apresentam nessa época de crise da economia agrária aquelas condições que teriam permitido a existência de um conflito aberto entre os interêsses agrícolas e os interêsses industriais em formação. É certo que a política econômica do govêrno revolucionário, que se estabelece sob os efeitos internos da grande crise de 1929, tem como um dos seus resultados um forte estímulo ao desenvolvimento industrial. Contudo, assinala Furtado, a reorientação da economia brasileira para a indústria dependerá menos de uma política industrialista consciente que de algumas circunstâncias intimamente associadas aos efeitos internos da crise externa. A crise da economia agrária aparece como simples reflexo da diminuição dos estímulos do mercado externo e a política governamental consistiu, no essencial, em transferir para o conjunto do País as perdas que a crise externa provocara na agricultura do café, nosso principal produto de exportação. Essa política permitiu defender o nível de emprêgo e, também, a procura interna, num momento em que se reduzia a capacidade para importar. E ademais, favorecida por essas circunstâncias, ela criou indiretamente condições favoráveis para as inversões vinculadas com o mercado interno, em particular as inversões industriais.[3]

Temos nesta análise a perspectiva adequada para compreender as condições básicas da ausência política dos grupos industriais no processo de abertura da crise oligárquica. E mais, temos aí algumas das condições que explicam o comportamento político dos setores industriais nos decênios posteriores. O desenvolvimento industrial jogará sempre um papel dependente, e até certo ponto complementar, em relação às atividades do setor externo da economia, e sua ausência na revolução de 1930 será reafirmada posteriormente por sua incapacidade para assumir as responsabilidades políticas no nôvo regime. Não obstante todo o crescimento do setor empresarial nestes decê-

[3] Furtado, Celso — *Dialética do Desenvolvimento*, Ed. Fundo de Cultura, Rio, 1964, 2.ª parte, cap. 2, I.

nios, diz-nos Fernando Henrique Cardoso, fundamentado em sua pesquisa realizada em 1962/1963, que os atuais empresários não se identificam subjetivamente com o Govêrno, consideram-se subjetivamente como Povo e, como tal, exigem proteção e benesses. Dêsse modo, acrescenta Cardoso, "o empresário tira o máximo de proveito de ser uma classe dominante economicamente, sem sê-lo totalmente do ponto de vista político".[4]

Encontramos nas classes médias uma das fôrças mais importantes dentre aquelas que procuram exercer pressão no sentido da derrubada do regime oligárquico. Dêsses setores, constituídos em sua maior parte por funcionários públicos, militares e profissionais liberais, saem os líderes mais radicais das insurreições antioligárquicas da década de 1920. Constituem também a parte mais influente da opinião pública que buscam dirigir no sentido da efetivação dos princípios liberais consagrados na Constituição de 1891 mas defraudados de modo sistemático pelas oligarquias no poder. Dêsse ponto de vista, a revolução apareceria como o ponto culminante da pressão das classes médias que se orientavam a conseguir garantias para o sufrágio, até então manipulado fraudulentamente, e a moralizar os costumes políticos. Contudo, as classes médias não demonstraram possuir aquela "vocação para o poder" que lhes teria permitido transformar o movimento de 1930 no ponto de partida de um nôvo regime coerente com suas aspirações liberal-democráticas.

Vem de longe o inconformismo das classes médias e êle se manifestou de maneiras diversas, desde as campanhas de opinião que aproveitam as oportunidades eleitorais até às insurreições militares de 1922, 24 e 26 que foram sem dúvida suas expressões mais radicais e conquistaram simpatias gerais na opinião pública urbana. Não obstante, o que parece certo é que o protesto das classes médias jamais teve condições de real eficácia fora de algum tipo de aliança com algum grupo situado dentro da própria oligarquia. Obrigados por uma situação de dependência social dentro de uma estrutura onde a grande proprie-

[4] Cardoso, Fernando Henrique – *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico,* Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1964, pág. 168.

dade é o padrão econômico e social dominante,[5] êsses grupos não conseguiram formular uma ideologia própria, isto é, um programa de transformação social que expressasse um ponto de vista original contra o sistema vigente. Suas reivindicações básicas, "representação e justiça", formulavam-se dentro dos princípios liberais que já se encontravam consagrados na Constituição de 1891 e constituíam parte dos horizontes ideológicos da oligarquia.

A desconfiança em relação aos "políticos" foi sempre uma das características do "tenentismo" — designação comumente aplicada aos movimentos dirigidos por jovens militares que se constituíram nos líderes mais expressivos das classes médias.[6] Não obstante, durante seu longo período de relativo isolamento político, os "tenentes" não se mostraram capazes ou interessados em construir alianças efetivas com as massas populares urbanas ou rurais e suas ações tendiam mais para um radicalismo romântico que para uma política revolucionária eficaz. Seu estilo de ação está manifesto no heróico e trágico episódio de 1922 quando pouco mais de uma dezena de jovens militares enfrenta as fôrças do regime numa luta absolutamente desigual dentro da Capital do País. E está também presente em tôda a sua grandeza na marcha da Coluna Prestes que, depois de percorrer em luta mais de 20.000 quilômetros por todo o interior do Brasil, foi obrigada finalmente a recorrer ao exílio. É a

5 Diferentemente da antiga classe média americana, as classes médias brasileiras não tinham sua principal atividade social e econômica na pequena propriedade independente mas em setores subsidiários (administração pública e serviços) de uma estrutura cuja pauta é dada pela grande propriedade da terra.

6 Diz Werneck Sodré que os "movimentos mais sérios, que encontravam larga ressonância na opinião e amplo apoio na imprensa eram de ordem militar: sucediam-se os levantamentos de jovens oficiais, inconformados com o estado de coisas reinante. Não havia, ao tempo, outra válvula, e daí a predominância dos militares nesses pronunciamentos". E acrescenta a seguir que o "tenentismo" "só em sua etapa final se compõe com fôrças partidárias tradicionais, cindidas do grosso daquelas que figuravam no plano político". Werneck Sodré, Nélson — *História da Burguesia Brasileira,* Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1964, pág. 281. Sôbre o "tenentismo" ver também Santa Rosa, Virgínio — *O Sentido do Tenentismo,* Schmidt Editor, Rio, 1932 (?), e a obra de Hélio Silva sôbre *O Ciclo de Vargas,* Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1965/1966.

rebeldia que não encontrou ainda possibilidades para um caminho político autônomo. Na revolução de 1930, os líderes mais importantes do "tenentismo", com exceção de Luís Carlos Prestes que era o chefe do movimento e que ingressa no Partido Comunista, associam-se a alguns de seus antigos inimigos para promover a queda do poder oligárquico. Assinalarão os primeiros anos de govêrno revolucionário com sua posição de luta contra as instituições oligárquicas remanescentes, mas não encontrarão condições para chegar ao contrôle do poder.

Esta divisa — "façamos a revolução antes que o povo a faça" — de um dos chefes oligarcas que participa da Aliança Liberal, é muito expressiva da atitude dêsse movimento em relação às massas populares. O movimento revolucionário que, como já o disse José Honório Rodrigues, nascia da cisão da minoria dominante e tinha objetivos limitados quase exclusivamente a "representação e justiça", conseguiu conquistar a simpatia das massas populares urbanas mas não chegou a interessar-se por sua participação ativa. Em verdade a Aliança Liberal só visava a atender em mínima parte às aspirações populares e, no fundamental, buscava antecipar-se a um possível movimento popular.[7] Por outro lado, as classes populares pareciam não ter ainda condições para pressionarem, por si próprias, no sentido de obter uma participação autônoma no processo político.[8]

A incorporação das classes populares ao jôgo político dependerá do curso posterior dos acontecimentos e, em particular da característica instabilidade do nôvo equilíbrio de poder que se estabelece a partir da crise oligárquica. Não só o movimento de 1930 foi bàsicamente uma alteração da estrutura de poder operada "de cima" e, dêsse modo, capaz de antecipar-se às massas populares, como a própria participação destas últimas no jôgo político se fará também "de cima para baixo". E está aí uma das condições históricas do "regime" e da "política" populistas vigentes nos decênios seguintes e um dos problemas a ser discutido nas partes seguintes dêste artigo.

7 Rodrigues, José Honório — *Conciliação e Reforma,* Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1965, pág. 91.
8 Rodrigues, Leôncio Martins — *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil,* Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966, págs. 115 ss.

Não obstante, seria conveniente, antes disso, examinar mais de perto a ausência das classes populares no processo revolucionário. É sabido que essa "ausência" não significou de nenhum modo uma posição de indiferença em relação aos acontecimentos. A Aliança Liberal, do mesmo modo que o "tenentismo" nos anos anteriores, conquistou amplamente a simpatia popular. Por outro lado, as classes populares, já em 1930 e mesmo antes, são *percebidas* como problema pelos grupos dominantes e estarão presentes nos seus cálculos políticos antes da insurreição e depois dela. Nesse sentido, a descrição que um dos melhores intérpretes da época nos faz da Aliança Liberal em sua etapa eleitoral (pré-insurrecional) é bastante clara: "A Aliança Liberal apresentava-se como um remanso acolhedor para todos os descontentamentos e tôdas as esperanças. O pobre, o milionário, o operário, o funcionário, o comunista, a feminista, todos podiam confiar na serenidade de ação do candidato por ela indicado".[9] E, por certo, não há motivos para supor que as massas populares deixassem de ver com simpatia um movimento que se apresenta, em última instância, como a própria representação da Nação contra um regime político cuja atitude em relação às reivindicações populares era fundamentalmente repressiva. Segundo a opinião do último Presidente oligarca, que governou no período 1926-30, "a agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que à ordem social".[10]

A atitude da Aliança Liberal, tal como se encontra expressa em sua plataforma eleitoral, tinha uma orientação radicalmente distinta e buscava transferir os conflitos sociais da esfera policial para a do direito social. Dizia Getúlio Vargas, já em 1930, definindo uma política de incorporação das massas populares, que será depois uma das tônicas de seu govêrno, que "se nosso protecionismo (refere-se ao protecionismo por parte do Estado) favorece aos industriais em favor da fortuna particular impõe-se também o dever de ajudar ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo confôrto e estabilidade e o amparem na enfermidade como na velhice"; "o pouco que temos em matéria de legislação social não é aplicado ou só é

[9] Santa Rosa, Virgínio — *op. cit.*, pág. 62.
[10] Cf. Rodrigues, J. H., *op. cit.*, pág. 83.

aplicado em mínima parte e de modo esporádico".[11] Para as massas populares a legislação do trabalho significará a primeira forma através da qual elas verão definida sua cidadania, seus direitos de participação nos assuntos do Estado, e será também um dos elementos centrais para entendermos o tipo de aliança que passarão a estabelecer com os grupos dominantes através dos líderes populistas.

Dêsse modo, já no processo de abertura da crise da oligarquia seria necessário dar atenção ao fato de que a ausência das massas na insurreição não pode ser entendida como indicadora de uma passividade global de seu comportamento. Elas se encontram ausentes da ação mas se encontram presentes, para qualquer das duas facções em conflito, como uma pressão permanente sôbre o *status quo* oligárquico. Suas lutas, que se estendem por tôdas as primeiras décadas do século, embora não tenham conduzido a claras projeções de transformações políticas, parecem ter sido suficientes para apresentar-se às minorias dominantes como um problema real e, até certo ponto, como uma ameaça.

Estado e Classes Populares

A exclusão das classes populares no processo político foi uma das características marcantes do regime derrubado em 1930. A participação popular no processo eleitoral teria sido mínima, se é que efetivamente existiu em alguma medida pois não chegou de nenhum modo a caracterizar os processos "democráticos" vigentes na época.[12] Nas eleições pós-revolucionárias de 1933, a proporção de eleitores inscritos sôbre o total da população atingia apenas a cêrca de 3,5%, e não há motivos para crer que o nível de participação tenha sido maior no período anterior. Nas eleições de 1934, as últimas do regime revolucionário, esta mesma proporção sobe a cêrca de 6,5% para atingir no segundo pleito realizado na etapa democrática (1950) a perto de 22,0%, e 22,2% nas eleições de 1960. Não obstante o nível de participação eleitoral atingido em 1950 ou 1960

[11] Vargas, Getúlio — *A Nova Política do Brasil*, José Olympio Editôra, Rio, 1938, pág. 27.
[12] Santa Rosa, Virgínio — *op. cit.*, pág. 28.

seja bastante inferior às proporções existentes de adultos, pois a exclusão dos analfabetos significa de fato a não-participação da maioria da população rural,[13] — cabe ressaltar o crescimento havido e as enormes transformações que êsse crescimento vem acarretar no processo eleitoral. Se a pressão popular sôbre as estruturas do Estado pôde ser apenas sentida pelas minorias dominantes na etapa anterior a 1930, na etapa posterior, ela se tornará ràpidamente um dos elementos centrais do processo político, pelo menos no sentido de que as formas de aquisição ou de preservação do poder estarão cada vez mais impregnadas da presença popular. Mas cabe observar que se no período oligárquico as massas se encontram distanciadas de qualquer possibilidade de participação real, no período posterior — seja durante a ditadura Vargas, seja durante a etapa democrática (1945-1964) — sua participação ocorrerá sempre sob tutela de representantes de alguns dentre os grupos dominantes. Com a exceção de algumas situações especiais, em particular nos últimos anos do Govêrno Goulart, seria difícil dizer que as massas populares, ou algum dos seus setores, tenham conseguido participar do processo político com um mínimo de autonomia.

Dêsse modo, quando se fala de emergência política das massas no período posterior a 1930, é preciso ter sempre presente que essa emergência se encontrou desde o início condicionada. Isso, porém, não basta para compreendermos as condições históricas em que se gera o populismo. A promoção da participação popular não se fará nunca pelos grupos dominantes considerados em bloco, os quais, muito pelo contrário, sempre viram com maus olhos a ascensão política popular. A promoção das massas dependerá das novas condições especìficamente políticas criadas com a crise oligárquica e fundamentalmente da incapacidade manifestada por tôdas as fôrças sociais que compunham a Aliança Liberal de estabelecer de maneira sólida as bases de uma nova estrutura de Estado.

O nôvo Govêrno, formado à base de uma aliança tácita entre grupos de classe média, sem horizontes políticos próprios,

[13] A proporção de eleitores inscritos sôbre o total da população com 20 anos de idade ou mais atingia em 1950 sòmente 46,5%. Essas proporções são baseadas nas informações censais.

e alguns setores oligárquicos que ocupavam no "antigo regime" uma posição secundária, deverá passar por um longo período de instabilidade que se prolonga até 1937, quando se estabelece a ditadura. São várias as crises decorrentes das lutas entre os "tenentes" e os chefes oligarcas, lutas em que já agora se opõem não só os inimigos de ontem como também os amigos. As maiores dificuldades surgem ao sul, principalmente no Estado de São Paulo — o Estado de agricultura de exportação mais desenvolvida e apoio fundamental do antigo sistema de poder — que em 1932 se levanta numa insurreição contra o nôvo regime. Contudo, os problemas não surgem apenas das oposições com a oligarquia deslocada das funções de domínio. Setores de classe média radical se agrupam, sob a liderança de Prestes, na Aliança Nacional Libertadora, e os setores de direita encontram expressão no "integralismo", movimento de estilo fascista que busca conquistar as simpatias de Vargas. A estabilidade do nôvo regime só será alcançada com a derrota dêsses dois movimentos. A insurreição da A.N.L., em 1935, dará a Vargas a possibilidade de fortalecer-se pessoalmente como chefe do Govêrno, amparado nas fôrças interessadas em combater a "ameaça comunista". Estabelecida em 1937 a ditadura, no ano seguinte Vargas liquida o movimento "integralista" que, já desiludido de obter participação no Govêrno, realiza a tentativa de um *putsch*.

Convém chamar a atenção para um dado de base econômica que nos parece fundamental no processo de estruturação do regime que surgirá depois da fase de instabilidade. A derrota política das oligarquias em 1930 não afetou de maneira decisiva o contrôle que elas mantinham sôbre os setores básicos da economia. Para particularizar o argumento: as derrotas sofridas pela oligarquia de São Paulo, em 1930 e em 1932, puderam comover as raízes do regime político do qual ela era o principal apoio, mas não puderam negar o fato de que a exportação do café fôra e continuaria a ser o elemento central da situação econômica. Os grupos oligárquicos que ocupam as novas posições de comando são relativamente marginais à economia de exportação[14] e seus interêsses particulares não poderiam servir de orientação para uma reestruturação global do

[14] Cf. Furtado, Celso — *op. cit.*, 2.ª parte, cap. 2, I.

poder. Por outro lado, os "tenentes" perderão ràpidamente as posições de influência que conseguiram conquistar nas primeiras etapas do movimento revolucionário e que lhes haviam proporcionado um contrôle quase total das regiões Norte e Nordeste do País.

Nessas condições, o nôvo Govêrno terá que mover-se sempre dentro de uma complicada faixa de compromissos e conciliações entre interêsses diferentes e por vêzes contraditórios. De nenhum dos grupos participantes — as classes médias, os grupos menos vinculados à exportação e os setores vinculados à agricultura do café — se poderia dizer que exerce com exclusividade o poder. De nenhum dêles se poderia afirmar que teria assegurado para si as funções de hegemonia política. Por outro lado, nenhum dêsses grupos tem condições para oferecer as bases da legitimidade do nôvo Estado, para apresentar seus próprios interêsses particulares como expressão dos interêsses gerais da Nação: as classes médias porque socialmente dependentes; os interêsses do café porque foram deslocados das funções de domínio que exerciam antes de 1930 e porque se encontram profundamente afetados pelos efeitos internos da crise de 1929; os demais grupos agrários porque menos desenvolvidos econômicamente e menos vinculados com as atividades de exportação, fundamentais no conjunto da economia.

Êsse equilíbrio instável entre os grupos dominantes e, bàsicamente, essa incapacidade de qualquer dêles de assumir, como expressão do conjunto da classe dominante, o contrôle das funções políticas, constitui um dos traços marcantes da política brasileira nestes últimos decênios. Nessas condições de compromisso e de instabilidade têm sua gênese algumas das características mais notórias da política brasileira nessa etapa, entre as quais convém destacar, como componentes que virão a ser fundamentais no populismo, *a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mítica) da soberania do Estado sôbre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas*. Por um lado, essa situação de compromisso significa que as pessoas que exercem funções de govêrno já não representam de maneira direta os grupos que exercem hegemonia sôbre alguns dos setores fundamentais da economia e da sociedade. A nova estrutura política é, dêsse modo, substancialmente diferente da anterior pelo menos num aspecto: já não

constitui a expressão imediata da hierarquia social e econômica, já não é expressão imediata dos interêsses de uma única classe social como o fôra o regime oligárquico.[15] Nessa nova estrutura o chefe do Estado assume a posição de árbitro e está aí uma das raízes de sua fôrça pessoal. Por outro lado, nessa condição de árbitro sua pessoa tenderá a confundir-se com o próprio Estado como instituição, pois ambos tendem a distanciar-se da determinação dos interêsses imediatos que, em última instância, representam. Contudo, uma situação dêsse tipo não poderia ser durável e a manifesta instabilidade dos primeiros anos do nôvo regime denunciava claramente a precariedade dêsse equilíbrio entre interêsses diferentes e algumas vêzes contrários. A ditadura foi uma solução para a consolidação do poder pessoal de Vargas e para a instauração do Estado como soberano perante as fôrças sociais em presença. A alternativa à ditadura consistiria no ensaio de ampliação das bases sociais do poder.

Assim, condicionadas desde o início pela crise interna dos grupos dominantes, penetram as massas populares urbanas na política brasileira. Constituem a única fonte social possível de poder pessoal autônomo para o governante e, em certo sentido, se constituirão na única fonte de legitimidade possível para o próprio Estado. O chefe do Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formada pelos interêsses dominantes, deverá contar agora com um nôvo parceiro — as massas populares urbanas — e a representação das massas nesse jôgo estará controlada pelo próprio chefe do Estado. Nas funções de árbitro, êle passa a decidir em nome dos interêsses de todo o povo e isto significa dizer que êle tende, embora essa tendência não possa efetivar-se sempre, a optar por aquelas alternativas que despertam menor resistência ou maior apoio popular. Essa tendência não é, porém, meramente teórica e se efetivou em medida socialmente significativa com Vargas e com quase todos os demais chefes de Estado desde 1930 até 1964.[16]

[15] Sôbre as condições em que se dá a formação dêsse Estado de compromisso, veja-se também Brandão Lopes, Juarez Rubens — *Desenvolvimento e Mudança Social*, mimeog., Brasil, 1966, págs. 93 ss.

[16] O exemplo mais notável dessa tendência é sem dúvida o da própria carreira política de Vargas. Chefe de uma oligarquia regional até 1930, Vargas governa até 1945 segundo um esquema de fôrças em que os grupos oligárquicos aparecem como aliados mas não como fatôres

Aparece assim na história brasileira o fantasma popular que será manipulado por Vargas durante quase dois decênios. Através dos mecanismos de manipulação que as funções de govêrno lhe possibilitam nas condições de uma crise interna entre os grupos dominantes, Vargas encontrará a maneira de responder a todo o tipo de pressões sem subordinar-se, de maneira exclusiva e duradoura, aos interêsses imediatos de qualquer delas. Dêsse modo, o nôvo regime já não é oligárquico, não obstante as oligarquias não tenham sido fundamentalmente afetadas em suas funções de hegemonia social e política aos níveis local e regional e se encontrem, de algum modo, representadas no Estado. Trata-se sem dúvida de um Estado burguês mas não nos pareceria adequado falar de uma democracia burguesa tal como esta é concebida na tradição européia. Se fôsse necessário designar de algum modo a essa forma particular de estrutura política, diríamos que se trata de um Estado de Compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de Massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular.[17]

Dêsse modo, uma das raízes da capacidade de manipulação dos grupos dominantes sôbre as massas está na sua própria

determinantes da orientação governamental. Nessa etapa êle constrói seu prestígio pessoal junto às massas urbanas. Em seu segundo Govêrno (1950-54) tenta realizar uma política de desenvolvimento capitalista nacional mas é derrotado frente às pressões externas e internas. Recusando renunciar a suas funções suicida-se e sua carta-testamento é um dos documentos mais notáveis do populismo e do nacionalismo brasileiros. O exemplo de Vargas é o mais claro pois cobre todo um período histórico, mas não é o único. Em ponto menor seria possível observar tendências mais ou menos semelhantes em Jânio Quadros e João Goulart. Nesse sentido, a única exceção clara é a do Govêrno Dutra (1945-1950), que embora eleito à base do prestígio de Vargas estabeleceu, uma vez no poder, uma forte aliança conservadora.

17 Ruy Mauro Marini, em interessante artigo sôbre as "Contradicciones y Conflictos en el Brasil Contemporaneo" (Revista *Arauco*, outubro de 1966, Chile), prefere designar como "bonapartista" o nôvo regime. Dentro da experiência histórica européia o "bonapartismo" seria talvez a situação política mais próxima dessa que procuramos descrever para o Brasil. De todos modos pareceu-nos conveniente evitar o uso dessa expressão que nos teria obrigado a comparações, que fogem do âmbito dêste artigo, entre países de diferente formação capitalista.

debilidade como classe, na sua divisão interna e na sua incapacidade de assumir, em seu próprio nome, as responsabilidades do Estado. Incapazes de legitimar por si próprias a dominação que exercem necessitarão recorrer a intermediários — primeiro Vargas e depois os líderes populistas da etapa democrática — que estabeleçam alianças com os setores urbanos das classes dominadas. E está aí, por outro lado, uma das limitações decisivas do populismo. Primeiro: a eficácia do líder populista nas funções de Govêrno dependerá da margem de compromisso que ocasionalmente exista entre os grupos dominantes, e de sua habilidade pessoal para superar, como árbitro, os enfrentamentos e para encarnar a imagem da soberania do Estado, em face das fôrças sociais em conflito. Em segundo lugar: do lado das massas populares a manipulação populista estará sempre limitada pela pressão que espontâneamente estas podem realizar e pelo nível crescente de suas reivindicações.

Pressão Popular e Cidadania

O condicionamento da emergência política das classes populares pelo Estado também sofre a interação de fatôres ligados ao próprio comportamento popular. Seria ingênuo supor que, sòmente para atender às necessidades de seu jôgo interno, o Estado tivesse "inventado" uma nova fôrça social. Uma noção como esta não tem nenhum apoio histórico, não obstante possa parecer real quando a análise da emergência popular se realiza apenas do ponto de vista dos grupos dominantes e de sua crise interna.

Convém retomar, portanto, e agora de maneira mais precisa, a idéia, já mencionada, de uma passividade das classes populares no regime populista. Se, baseados na tradição européia de luta de classes, entendemos como participação política ativa sòmente aquela que implica numa consciência comum dos interêsses de classe e na capacidade de auto-representação política, caberia concluir que tôdas as classes sociais brasileiras foram polìticamente passivas nos decênios posteriores à revolução de 1930. Foi exatamente a incapacidade de auto-representação dos grupos dominantes e sua divisão interna que possi-

bilitou a instauração de um regime político centrado no poder pessoal do Presidente.

É duvidoso que se possa, sem maior exame, aplicar às relações entre as classes no Brasil — como de resto em qualquer outro país dependente e periférico da América Latina — os esquemas interpretativos vindos da tradição européia do Século XIX. Com respeito ao Brasil, dificilmente se poderia analisar a participação política das classes sociais sem ter em conta a grande heterogeneidade interna de cada uma delas. E esta heterogeneidade não é um atributo exclusivo das classes dominantes. Ela é particularmente notória quando nos referimos àquelas classes que teòricamente deveríamos designar como proletárias, "em vias de proletarização" ou "assimiláveis ao proletariado": operários industriais, operários agrícolas, operários urbanos não-industriais, trabalhadores urbanos por conta própria, trabalhadores rurais não-assalariados, pequenos assalariados do comércio e dos serviços etc. Entre êsses diferentes setores — e no interior de cada um dêles — são notáveis as diferenças com relação a condições de vida, relações de trabalho, "situação ecológica" (diferenças regionais, campo-cidade, capital-interior), etc. Demais, é duvidoso que se possa tomar qualquer dêsses setores — com a possível exceção dos operários industriais no que se refere ao comportamento sindical — como um grupo polìticamente homogêneo. Pode-se, sem dúvida, falar de *classes populares* ou de *massas populares,* expressões imprecisas mas de qualquer modo úteis para captar a homogeneidade possível a êsse grande conjunto de pessoas que ocupam os escalões sociais e econômicos inferiores nas diversas áreas do sistema capitalista vigente no Brasil. Como especificação dentro dêsse amplo conjunto é possível reconhecer, de maneira mais coerente, o setor urbano das massas populares, cujas particularidades são sua vinculação à economia urbana e sua presença política.

Não obstante, seria ilusório tentar diretamente interpretar em têrmos de comportamento de classe, segundo a tradição européia, o comportamento político dos setores urbanos e, inclusive, o dos operários industriais. As relações políticas que as classes populares urbanas mantiveram com o Estado e com as demais classes nos últimos decênios da história brasileira foram relações predominantemente individuais e nelas o conteúdo de classe não se manifesta de maneira direta. Foram *relações indi-*

viduais de classe mas o específico dessas relações é o mascaramento de seu conteúdo de classe de tal modo que a possível significação classista aí presente não pode ser entendida sem que se passe primeiro por suas expressões individuais. É, portanto, a êsse nível de relações individuais que convém estudar o populismo se se quer entender sua significação como manipulação e como política de classe. Isto é, é a partir dessa perspectiva que convém discutir o problema de saber até que ponto os interêsses reais das classes populares foram efetivamente atendidos pelos líderes e até que ponto elas serviram passivamente de "massa de manobra" para os grupos dominantes.

Nesse sentido, parece-nos relevante discutir que significação pode ser atribuída às iniciativas do Estado referentes à legislação trabalhista. Vargas, apoiado no contrôle das funções políticas, "doa" às massas urbanas uma legislação trabalhista que começa a formular-se desde os primeiros anos do Govêrno Provisório e que se consolida no ano de 1943. A limitação da legislação aos setores urbanos não deve passar desapercebida. São os setores que possuem maior capacidade de pressão sôbre o Estado e aquêles que, desde antes de 1930, possuíam alguma tradição de luta; são também os setores disponíveis, para a manipulação política, pois apesar de as regras de jôgo eleitoral estivessem suspensas desde 1937 elas foram uma das primeiras conquistas da revolução de 1930 e continuavam a ter uma existência virtual. Por outro lado, a restrição da legislação trabalhista às cidades atende às massas urbanas sem interferir com os interêsses dos grandes proprietários de terra.

O conteúdo social da manipulação exercida sôbre a legislação trabalhista vai além do mero jôgo pessoal do chefe do Estado, não obstante êste se apresente às massas como um "doador" e um "protetor". Evidentemente, foi sôbre atos dessa natureza que Vargas construiu seu prestígio como líder populista e obteve a necessária confiança para falar em nome das massas populares, inclusive sôbre aquêles temas — tais como a política econômica — com respeito aos quais elas até então haviam permanecido alheias. Estabelecida a legislação trabalhista, sua regulamentação passa a constituir permanente função do Estado. Tranfere-se, assim, para êste, em certa medida, o prestígio que as massas haviam conferido a Vargas. Essa transferência de prestígio contém um dos elementos importantes da

relação política populista em geral, tanto no período ditatorial quanto na etapa democrática: o líder será sempre alguém que já se encontra no contrôle de alguma função pública — um Presidente, um governador, um deputado, etc, — isto é, alguém que, por sua posição no sistema institucional de poder, tem a possibilidade de "doar", seja uma lei favorável às massas, seja um aumento de salário ou, mesmo, uma esperança de dias melhores.

Mas, por outro lado, estabelecida a legislação do trabalho como direito, quando um assalariado reivindica o cumprimento de determinado requisito legal, aquela relação originária de "doação" (e portanto de dependência) desaparece. O que passa a contar agora é o cidadão que reivindica o cumprimento da lei, que reivindica os "seus direitos" de homem livre na relação de trabalho. E nós podemos então perceber que na relação política, a "doação", e a dependência que ela implica, é apenas um dos lados do problema. De fato, o que essa relação paternalista entre líder e massas contém de essencial do ponto de vista político é, apesar da típica assimetria de todo paternalismo, o reconhecimento da cidadania das massas, o reconhecimento de sua igualdade fundamental dentro do sistema institucional. E a melhor prova dessa igualdade é a relação de identidade que as massas estabelecem com o líder, cidadão de outra classe social que se encontra nas funções do Estado.

Dêsse modo, a manipulação populista é uma relação ambígua, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político. Do ponto de vista político é, por um lado, uma relação de identidade entre indivíduos, entre o líder que "doa" e os indivíduos que compoem a grande massa de assalariados; e, por outro, é uma relação entre o Estado como instituição e determinadas classes sociais. Do ponto de vista social, a legislação trabalhista aparece, por um lado, como mecanismo regulador das relações entre cidadãos: entre empregadores e assalariados; e, por outro, como um mecanismo regulador das relações entre as classes sociais. No populismo, o característico dessas relações está em que as relações entre os indivíduos de classes sociais distintas têm maior relevância que as relações entre estas mesmas classes concebidas como conjuntos social e polìticamente homogêneos. Isto significa dizer que no populismo as relações entre as classes sociais se manifestam de prefe-

rência como relações entre indivíduos. Daí que o político populista tenha tido sempre pouco interêsse em oferecer às classes populares que lidera a oportunidade de organizar-se, a menos que esta organização implicasse um contrôle estrito do comportamento popular, como se deu durante o período ditatorial com o movimento sindical estruturado num estilo semicorporativo. A introdução da organização, mesmo para fins sòmente reivindicativos haveria introduzido, como de fato se observou nos últimos anos do Govêrno Goulart, a possibilidade de uma ruptura na relação de identidade entre líder e massas.

A reivindicação da própria cidadania, ou seja, a reivindicação de participação política em condições de igualdade, é um dos aspectos centrais da pressão popular realizada sôbre o Estado nos últimos decênios. Não nos referimos apenas à significação jurídico-política da cidadania. A emergência das classes populares no plano político encontra-se ìntimamente associada à sua emergência nos planos sociais e econômicos. Com efeito, já na ditadura, a concessão da cidadania através dos direitos sociais se vê complementada, em seus efeitos políticos, pela intensidade que ganham nessa época os processos de urbanização e de industrialização. Entre 1920 e 1940, o proletariado industrial cresce de 275.512 a 781.185, para atingir em 1950 a 1.256.807. Nesses mesmos anos, a população da cidade de São Paulo, a primeira base do populismo varguista, ascende de 587.072 (1940) a 2.227.512 (1950). Além de São Paulo, outras grandes cidades crescem a um rítmo bem mais acentuado que o de seus Estados ou regiões.[18]

As massas de imigrantes rurais que conquistam a grande cidade, e que atingem os novos empregos criados pelo desenvolvimento urbano-industrial, dão o primeiro passo para a conquista de sua cidadania social e política. O ingresso do migrante na vida urbana é o primeiro passo para sua conversão em cidadão social e polìticamente ativo e para a dissolução dos vínculos tradicionais de lealdade e de submissão aos potentados rurais ou aos chefes políticos dos pequenos municípios. Essas novas massas que migram em busca de novas oportunidades de

[18] Dados Censais. Azis Simão em seu livro *Sindicato e Estado* (Dominus Editôra, Brasil, 1966) realiza uma ampla análise empírica do crescimento do proletariado industrial.

trabalho são, evidentemente, massas que pressionam no sentido de sua própria ascensão social. Tem-se dito, no Brasil, que o homem que consegue transferir-se do campo para a cidade faz sua "revolução individual". A expressão talvez seja um pouco exagerada mas cobre uma boa parte da verdade. No simples movimento do indivíduo de uma situação ecológica para outra está a possibilidade da ampliação de seu consumo, através da conquista de um emprêgo urbano, e a possibilidade da conquista de sua cidadania social e política.

Não obstante, convém de nôvo advertir o leitor contra a possibilidade de uma interpretação dêsse processo "à maneira européia".[19] Essa incorporação das massas populares à vida urbana não tem os mesmos resultados disto que se poderia talvez chamar de "massificação", isto é, a atomização das classes operárias, o enfraquecimento de seus antigos vínculos de solidariedade, por efeito da elevação de suas possibilidades de consumo e da difusão das técnicas de manipulação ideológica. Se na Europa se pode falar de uma relativa despolitização das classes operárias, num País como o Brasil, o processo de massificação tem resultado muito diferente. Por um lado, significa ascenso às possibilidades de participação política, participação que, não obstante a manipulação populista, significa muito, simplesmente porque sua condição anterior era de não-participação. Por outro lado, se a passagem do campo à cidade significa ascenso em têrmos de consumo, êste ascenso deve ser apreciado em função das condições anteriores de vida. A participação das massas urbanas no consumo é, sem dúvida, maior, particularmente nas grandes cidades, mas isto não deve fazer supor nenhuma situação de abundância.

Temos aí esboçados três dos elementos básicos para compreendermos o sentido do comportamento político popular durante o regime populista: a pressão para ter acesso aos empregos urbanos, que exercem as massas de migrantes, a pressão no

[19] Entendamo-nos bem: nós nos referimos apenas à transposição mais ou menos mecânica de esquemas traduzidos da formação das classes operárias européias. Por outro lado, dá-se o caso de que um dos estudos mais sugestivos que conhecemos sôbre as condições especìficamente brasileiras de formação de consciência social da classe operária é de um europeu (Touraine, A. — "Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo", *Sociologie du Travail*, 3 ème année, n.º 4).

sentido de ampliação das possibilidades de consumo (realizada pelas novas massas urbanas e também pelas antigas) e a pressão que se orienta no sentido da participação política dentro dos quadros institucionais. Trata-se, sempre, de formas individuais de pressão, as quais se apresentavam aos populistas como um problema a resolver. E aí nos defrontamos com um outro limite fundamental da manipulação, que não teria sido possível se os interêsses reais das classes populares não tivessem sido atendidos em alguma medida sem o que não teria persistido o apoio que prestavam a líderes originários de outras classes sociais. Com efeito, a manipulação das massas entrou em crise, isto é, abriu a porta a uma verdadeira mobilização política popular, exatamente quando a economia urbano-industrial começava a esgotar sua capacidade de absorção de novos migrantes e quando se restringiam as margens do redistributivismo econômico. É nessa fase que a temática das reformas de estrutura começa a fazer-se popular.

A noção de manipulação, tanto quanto a de passividade popular, tem que ser relativizada, concretizada històricamente, para que possamos entender a significação real do populismo. A imagem, se não o conceito, mais adequado para entendermos as relações populistas entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma *aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais*. Aliança na qual evidentemente a hegemonia se encontra sempre com os interêsses vinculados às classes dominantes, mas impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais caberia mencionar a reivindicação do emprêgo, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado.

Aspirações mínimas, por certo, mas decisivas na política de massas num País como o Brasil.

O Estado em Crise

A presença popular é sem dúvida o fato político nôvo da etapa democrática que se inicia em 1945. A persistência do mesmo esquema de poder vigente durante a ditadura e a descoberta político-eleitoral da presença das massas populares sig-

nificou a frustração definitiva dos representantes liberais da classe média que desde antes de 1930, sonhavam com o estabelecimento de uma democracia pluralista de estilo clássico. A jovem democracia brasileira terá como apoio o mesmo compromisso social vigente antes de 1945. O fundamento de sua legitimidade são as massas urbanas e seus chefes os líderes populistas. A amarga perplexidade de alguns grupos de classe média (em geral agrupados na UDN — União Democrática Nacional) é muito expressiva. Em 1950, uma revista liberal descreve nos seguintes têrmos a campanha eleitoral em que Vargas se elege Presidente: "No dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalcados e justamente ressentidos, indivíduos tornados pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da demagogia berrada das janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes restava: naquele que se proclamava pai dos pobres, o messias-charlatão...".[20]

Pela primeira vez na história brasileira as massas urbanas aparecem livremente no cenário político. Liberdade relativa, por certo, e só possível dentro dos limites de uma estrutura de poder cuja composição de fôrças permanece, nos seus aspectos fundamentais, a mesma do poderio anterior. De todos modos, terminada a ditadura, termina também o monopólio exercido por Vargas sôbre a manipulação da opinião popular, não obstante êle continui, até sua morte em 1954, sendo o grande chefe do populismo ao qual todos os demais líderes estarão de algum modo vinculados, com única exceção de Jânio Quadros. Nos primeiros anos de vida democrática reaparece a figura de Prestes, já agora líder do Partido Comunista e com todo o prestígio que lhe confere seu passado de "tenentista" revolucionário. Mas o PC, que chegou a ser nesses anos um dos grandes partidos nacionais, foi pôsto na ilegalidade já em 1947, com evidente perda de influência sôbre as massas.[21]

[20] Revista *Anhembi*, n.º 1, vol. I, dez. 1950.

[21] Em seus dois anos de vida legal o Partido Comunista aparecia como a única fôrça política capaz de disputar a influência populista sôbre as massas populares, particularmente nas eleições para funções legislativas. Não obstante, sua capacidade de liderança pareceria não

A persistência do mesmo esquema de poder se expressa, por exemplo, no fato de que o sistema de partidos — os quais de resto têm muito pouca autonomia em relação ao Executivo — se baseia em duas agrupações criadas pelo próprio Vargas ao término do regime ditatorial, as quais nada mais serão que a tradução nos têrmos da nova linguagem política do compromisso social em que a ditadura se apoiara. O PSD (Partido Social Democrático) deveria dar expressão aos setores conservadores vinculados com a atividade agrária e, com efeito, consegue manter por muitos anos um contrôle "clientelístico" de várias áreas rurais do País; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi muito menos efetivo em relação a suas próprias finalidades de mobilização popular, tendo funcionado sobretudo como máquina pessoal de seu fundador. O terceiro grande partido — a UDN (União Democrática Nacional) — formara-se durante a campanha pela derrubada da ditadura, apoiando-se, principalmente, embora não exclusivamente, em grupos urbanos de classe média. Êste último partido manteve durante quase todo o período democrático uma linha política de oposição ao sistema PSD-PTB e ao populismo em geral (se bem que na fase final participaria da campanha de Quadros à Presidência) e se caracterizaria, ràpidamente, como um partido de direita.

Não obstante, as similitudes com o período anterior, essa é a etapa em que se faz mais claro o enfrentamento das fôrças sociais dentro do grande compromisso que serve de sustentação ao Estado, e é também a etapa em que êsse compromisso entra em crise. Os golpes de Estado se apresentam desde os primeiros anos de democracia como um recurso ao qual a direita ameaça recorrer para reparar sua perda de importância eleitoral e para neutralizar os mecanismos institucionais que abrem passo à pressão popular. A oposição da direita à posse de Vargas em 1950, a crise de 1954 que termina com seu suicídio, as dificuldades opostas à posse de Juscelino Kubitschek em 1955, a renúncia de Quadros em 1961, a oposição civil-militar à posse de Goulart como sucessor de Quadros — são alguns dos episódios característicos de uma instabilidade política que

ter sido a mesma nas eleições executivas federais de que participou em 1945. O candidato comunista obteve apenas 9,7% dos votos enquanto o candidato apoiado por Vargas alcançou 55,4%.

pareceria indicar o esgotamento do quadro político surgido em 1930.

Nos últimos anos dêsse período democrático, em particular depois da renúncia de Jânio Quadros, fêz-se cada vez mais intensa a pressão popular sôbre a estrutura institucional. Sem embargo das importantes mudanças havidas a partir de 1930 (em particular na década de 1950) as características gerais das estruturas sociais e econômicas permaneciam fundamentalmente as mesmas. Por um lado, o processo de industrialização, embora se tenha intensificado desde 1950, não pôde superar as limitações impostas por um setor exportador de produtos primários e tendeu a debilitar-se.[22] Por outro lado, o desenvolvimento industrial passou a depender cada vez mais de capitais estrangeiros, sem que se formasse um grupo empresarial capaz de formular uma política independente desses interêsses.[23]

Mais importante ainda: começam a surgir formas de ação popular que vão, em alguns casos, muito além dos esquemas tradicionais. As freqüentes greves de trabalhadores, a crescente importância dos grupos nacionalistas, a mobilização da opinião pública em tôrno da temática das reformas de estrutura (em particular a reforma agrária), a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo, a mobilização dos camponeses para a organização sindical ou para as "ligas camponesas" de Francisco Julião — são alguns dos fatos que estavam a anunciar a emergência de um *movimento popular* de nôvo tipo. Êste, embora tivesse seu nascimento dentro dos quadros institucionais e mantivesse relações de dependência com a política populista de Goulart, colocava problemas cujas soluções implicavam alterações de base na composição de fôrças sociais em que se apoiava o regime. Em realidade, o desbordamento dos limites urbanos da manipulação de massas — com o início da mobilização das massas rurais — significava que se começara a deslocar um dos elementos básicos da estrutura de poder — a grande propriedade — o que jamais ousara fazer o populismo em qualquer dos seus momentos anteriores.

É necessriáo ter em conta que, mesmo nessa fase final do período democrático, o quadro político geral continuava a ser

[22] Furtado, Celso — *op. cit.*, 2.ª parte, cap. 2, III.
[23] Cardoso, F. H. — *op. cit.*, págs. 84-85.

o do populismo. Do ponto de vista de uma política de desenvolvimento industrial nacional, como do ponto de vista do processo de democratização social e política, as reformas de estrutura apresentavam-se como essenciais. Contudo, nenhum dos grupos dominantes se mostrava capaz de oferecer os suportes indispensáveis a uma política de reformas, ainda quando se possa admitir que alguns dêles pudessem retirar proveito dela. Todos se voltavam para o Estado e, mais uma vez, as massas populares se perfilavam como a grande fôrça social capaz de proporcionar bases a essa política e ao próprio Estado. A nova situação colocara, entretanto, problemas difíceis. Enquanto nos decênios anteriores a ação dos governantes não foi nunca além de optar, através do jôgo dos interêsses dominantes, pela linha de menor resistência popular, na nova situação cabia ao Estado a responsabilidade de superar os interêsses em jôgo. Enquanto que no período anterior, o processo político criou, através do populismo combinado com a relativa impotência dos grupos dominantes, a imagem de um Estado soberano — agora se impunha ao Estado provar a realidade de sua soberania, em face dêsses grupos dominantes.

Se se tem em conta a natureza da participação política popular que existia no País, percebem-se as graves limitações que se apresentavam à política de reformas que constituía uma das orientações básicas do Govêrno Goulart. Com efeito, a importância política das massas dependera sempre da existência de uma transação entre os grupos dominantes, e esta transação agora se encontrava em crise. Se as massas serviram como fonte de legitimidade para o Estado, isto só foi possível enquanto estiveram contidas dentro de um esquema de aliança policlassista, que as privava de autonomia.

Desta forma, ao pretender entrar pelo caminho das reformas de estrutura, Goulart provocou a crise do "regime populista". Apesar de Goulart, como chefe do Estado, condicionar, por ação ou omissão, o conjunto do movimento popular que começava a formar-se, longe estava êle de ter o contrôle do processo político. Crescia em importância uma mobilização popular que, embora muitas vêzes dependesse da iniciativa do Estado, tendia a superar os limites institucionais vigentes.

O grande compromisso social em que se apoiava o regime se viu, assim, condenado por tôdas as fôrças que o compunham.

Condenado pela direita e pelas classes médias que se aterrorizavam ante a pressão popular crescente; pelos grandes proprietários assustados com o debate sôbre a reforma agrária e com a mobilização de massas rurais; pela burguesia industrial temerosa também da pressão popular e já vinculada, por alguns de seus setores mais importantes aos interêsses estrangeiros. E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de tôdas essas fôrças como também de exercer um contrôle efetivo do processo de ascensão das massas.

Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

DENTRE os múltiplos caminhos políticos que nas últimas décadas se apresentaram aos países chamados, em certos casos não sem ironia, "em vias de desenvolvimento", aquêle que poderia ser qualificado, com bastante superficialidade, de "modêlo latino-americano", implicou num jôgo de relações de oposição, conflitos e acomodações entre um número limitado de "agentes sociais": as massas urbanas, o Estado, os setores exportadores-mercantis (agrários e mineiros), as "classes médias" urbanas, os setores financeiros e os grupos industriais. A peculiaridade dêste jôgo — tomando-se a América Latina como se ela fôsse uma unidade — foi percebida comumente em têrmos da existência de uma polarização dicotômica entre, por um lado, os setores exportadores-mercantis e por outro as massas urbanas e os grupos industrializantes, cabendo ao Estado, às "classes médias" e, inclusive, aos setores financeiros uma posição intermediária. Essa posição intermediária era concebida como impor-

tante na transição do predomínio de cada um dos dois pólos, porém, até certo ponto, seria reflexa: seu sentido se redefiniria à medida em que a hegemonia política de cada um dos parceiros polares mais importantes como agentes históricos fôsse sendo afirmada. Em linguagem sociológica vulgar se chamava aos grupos exportadores-mercantis de *setor tradicional* da sociedade — dada sua base agromineradora considera latifundista ou de estilo enclave e sua atividade exportadora-importadora orientada pelos antros hegemônios mundiais que lhe carregavam de côres colonialistas ou imperialistas. Aos grupos urbanos, tanto às massas como aos setores industriais, atribuía-se a qualidade de constituírem os *setores modernos*.

A partir desta visão simplificada e deformada — por certo aqui a apresentamos ainda mais esquemàticamente do que na forma habitual, pela qual foi proposta — não é difícil conceber que a política nacional no período de "transição" da situação de subdesenvolvimento para a situação de desenvolvimento, estaria constituída medularmente pelo enfrentamento dos interêsses e das visões distintas do processo histórico dêstes dois pólos. O pensamento político e econômico latino-americano, na verdade, elaborou mais a análise das condições de êxito, dos objetivos e da ideologia de um dos pólos: o setor moderno. Por exclusão e por oposição se "deduzia" a posição oposta. Bàsicametne às "massas" se atribuía a função de dinamizar e pôr em xeque a ordem tradicional, no seu aspecto institucional, na sua dimensão social e inclusive nos seus fundamentos econômicos. Às aspirações, à política e às formas de mobilização correspondentes a essas massas se passou a designar como movimento nacional-popular ou "populismo". Correspondentemente, aos objetivos e à política econômica dos setores produtivos urbano-industriais se qualificou genèricamente de nacional-desenvolvimentismo. Do encontro entre as políticas populistas, que implicam necessàriamente em aumento de participação social e política e em algum grau de redistribuição da renda em favor das massas urbanas, com o nacionalismo econômico, cuja base social está dada pela existência de grupos interessados no aumento da poupança e na reorientação das inversões para os setores produtivos industriais voltados para o mercado interno, resultaria o desenvolvimento nacional.

Mesmo nesta visão esquemática da situação e sem que se considere a validade histórica dos supostos da análise, resulta claro que o modêlo latino-americano de desenvolvimento passa pelo fio da navalha: as classes supostas em coalizão — que em sentido técnico teriam sido concebidas neste modêlo mais como "setores" ou "grupos" no que respeita às classes produtoras e mais como "massa" do que classe operária no que respeita às classes populares — tinham frente ao resto da sociedade um interêsse comum, a ser consubstanciado através de políticas tendentes ao fortalecimento da economia urbana industrial, mas se opunham entre si imediatamente pela orientação que cada uma delas tratava de impor ao processo de formação e distribuição da renda: mais salários ou mais acumulação. Por certo esta oposição pode ser mais latente que efetiva enquanto existe a possibilidade de transferir o ônus da acumulação para os outros grupos sociais, seja pela exclusão da massa rural na participação do incremento da renda interna, seja pela taxação e transferência da renda dos demais grupos econômicos em benefício do setor urbano industrial. Essas seriam as condições sociais de validez da chamada "aliança desenvolvimentista".

Em base a essas suposições, se dava por assentada uma possibilidade efetiva de que a "aliança desenvolvimentista" lograria êxito num duplo sentido: criação de uma economia urbano-industrial e simultâneamente ampliação da margem da autonomia nacional do sistema de decisões econômicas e conseqüentemente políticas. Essa última expectativa, tinha suposto dois processos mediadores: 1) que a "aliança desenvolvimentista" tinha assistência suficiente para impor sua hegemonia política aos demais grupos sociais, podendo em conseqüência controlar o Estado, e 2) que o setor urbano-industrial, ao qual se ligaria o setor financeiro à medida em que se desvinculasse do esquema importador-exportador, estaria controlado por uma "burguesia nacional". Essa não só também estaria desvinculada, em medida significativa, da burguesia rural — que se considerava oligárquica e pré-capitalista — como aceitaria a participação crescente do Estado na atividade produtiva. Êste último ponto era a condição necessária para lograr acelerar a capitalização nos setores de infra-estrutura e para dar uma base real de participação econômica e política às "classes médias" e a certos setores ope-

rários da massa urbana, que se beneficiariam da existência de um forte setor estatal na economia.

Neste artigo não discutiremos a superficialidade que um esquema dêste tipo implica, necessàriamente, quando pensado como modêlo para o conjunto da América Latina, onde existem países que se inseriram no mercado mundial e se organizaram econômica, social e polìticamente em condições muito diversas. Restringiremos o alcance explicativo do esquema proposto sòmente para o caso do Brasil. Nem tampouco faremos referência à imprecisão dos chamados "agentes sociais", do tipo "classes médias", setor agro-exportador, etc..., cuja imprecisão não resiste sequer a análise de sentido comum quando se tem presente que o significado das "classes médias" burocráticas nos países onde o Estado se constitui como arrecadador de impostos das grandes companhias estrangeiras, produtoras diretas de mercadorias agrícolas ou minerais, tem pouco que ver com as "classes médias" constituídas pelos setores tecnocráticos e *white-collars* gerados pela industrialização; e o mesmo poder-se-ia dizer quanto aos chamados setores agrários, sob cujo rótulo podem esconder-se desde produtores capitalistas — uma burguesia rural — até latifundistas que exploram as terras em condições de muito baixa produtividade, inclusive, como em certas regiões da América Latina, mais em função de sua qualidade de senhores políticos que cobram rendas do que de empresários.

Limitar-nos-emos a considerar um dos componentes da "aliança desenvolvimentista" num país determinado — a burguesia industrial brasileira — para mostrar, dêste ângulo, as inconsistências do esquema explicativo geral e sugerir, quando possível, formas alternativas de análise por embrionárias que sejam. Limitaremos ainda mais a problemática para discutir apenas os dois supostos básicos para que a burguesia industrial possa desempenhar sua parte na trama nacional-desenvolvimentista: as bases político-sociais de sua "vocação de domínio" — como classe social ascendente — e sua autonomia econômica — no plano interno e no plano externo — como fundamento objetivo de uma política própria.

Noutras palavras, será discutida a possibilidade político-econômica do desenvolvimento nacional com base nos setores industriais dinâmicos da burguesia nacional.

I. As Bases Políticas do Projeto "Burguês" de Desenvolvimento Nacional

Boa parte da literatura política brasileira relacionada com o problema do desenvolvimento se dedicou a discutir a viabilidade do "projeto nacional de desenvolvimento", tendo como suposto que o começo de um parque industrial levaria à formação de um setor empresarial dinâmico capaz de impor ao conjunto do processo político-econômico nacional, com base na já referida "aliança desenvolvimentista", um sistema de poder e uma orientação político-econômica — com os reajustes das peculiaridades histórico-estruturais necessárias — que corresponderiam à assumpção, na prática, de um papel equivalente àquele que se atribui às burguesias nacionais dos países europeus do Século XIX ou à burguesia industrial-financeira norte-americana na fase de acumulação e expansão inicial da economia dos EUA. Dessa forma, à parte a questão das *condições* e da *orientação inicial* do processo de industrialização — na qual, òbviamente, se aceitava que grupos sociais distintos do setor empresarial privado deveriam desempenhar um papel importante — o processo de rotinização, vamos dizer assim, da sociedade industrial, incitaria as camadas empresariais urbano-industriais não só a se politizarem, como a anteverem sua "missão histórica" de compartir com os outros grupos urbanos em ascensão a condução de uma política capaz de permitir sua auto-defesa, isto é, criar as condições para a expansão do mercado interno e opor barreiras ao concorrentes externos. Noutros têrmos: atribuir-se-ia como "tarefa histórica" à burguesia nacional (urbano-industrial) a definição de uma política que permitisse, simultânea ou alternativamente, provocar uma "revolução agrária" e opor-se à "penetração imperialista". A "lógica da situação" levaria os segmentos mais conscientes da burguesia nacional a fortalecer a "aliança desenvolvimentista" como recurso tático para impor um nôvo sistema de dominação que pudesse ser favorável ao fortalecimento da burguesia urbano-industrial.

Com efeito, quando se analisa a política econômica e o jôgo interno de poder a partir do govêrno Dutra e principalmente do segundo govêrno de Vargas, culminando com a política do govêrno Goulart, há bons elementos de juízo para sustentar, *in abstrato,* essa formulação. Entretanto, no fundamen-

tal, as situações políticas mais críticas nas quais se decidiu o curso do desenvolvimento econômico levam o observador menos desavisado a opor reservas a essa interpretação. Assim, por um lado, no período Kubitschek a política econômica teve franco apoio da "aliança desenvolvimentista" — com restrições circunscritas por parte de setores minoritários na medida em que algumas determinações de política creditícia e cambiária favoreciam exclusivamente a grupos internacionais — implicou numa abertura crescente de mercados aos capitais estrangeiros. Por outra parte, no que se refere à política agrária, o rechaço dos grupos empresários às tentativas (tímidas, vigorosas ou demagógicas, pouco importa) de reforma agrária, se se expressou apenas nos momentos críticos, estêve latente permanentemente.

Diante dessas evidências políticas, muitas explicações são possíveis. Dicotômicamente, pode-se supor que: 1.º) ou bem o projeto de desenvolvimento nacional com base em uma burguesia empresarial não passa de uma visão ideológica de outros grupos sociais que atribuem à "burguesia nacional" uma situação de interêsses irreal com possibilidades de determinar uma consciência política que não lhe é própria; 2.º) ou então é concebível supor que existem obstáculos reais — estruturais, conjunturais ou culturais, em sentido genérico — para que se cristalize um ponto de vista na burguesia nacional capaz de dar-lhe consciência de seus "interêsses verdadeiros", definidos como coincidentes com aquêles que se expressam no ideário da política de "aliança desenvolvimentista".

Dentre as interpretações correntes, mesmo quando se trata de autores mais inclinados por aceitar a primeira hipótese, essa última alternativa encontra uma série de argumentos razoàvelmente ponderáveis. Examinemo-los, antes de passar a considerar alternativas distintas.

1. ORIGENS SOCIAIS DA BURGUESIA INDUSTRIAL BRASILEIRA, SUAS CONSEQÜÊNCIAS POLÍTICAS

Durante muito tempo, mais por inferência lógica, baseada no senso comum, do que por análise sistemática, se sustentou que a burguesia industrial brasileira era originária de dois setores sociais distintos: os agricultores capitalistas, principalmen-

te os produtos de café, e os imigrantes que se estabeleceram nas cidades, no setor artesanal, no setor comercial e que, lentamente, prosperaram e transformaram-se em "industriais" quando as condições de mercado favoreceram tal progresso. Com efeito, pareceria lógico que se superpusessem dois níveis distintos de análise: o da formação de capitais — no plano econômico — e o do surgimento de um grupo social empresário — no plano social. Ora, como a acumulação nos países subdesenvolvidos de base agrária se faz — òbviamente — no setor agro-exportador, a suposição de que diante das posições favoráveis de mercado para a criação de um setor interno levaria à transformação de alguns setores da burguesia agrária em empresários industriais, tinha boas perspectivas de plausibilidade. Tanto mais quando se sabe que em certos setores agro-exportadores não só a economia já era efetivamente capitalista (em oposição aos setores oligárquico-latifundistas) como também era conhecido o processo pelo qual certos insumos agrários passaram a ser produzidos internamente.

Por outra parte, a história da evolução de muitas emprêsas industriais demonstra a importância dos imigrantes na constituição do parque industrial brasileiro: o crescimento paulatino do *atelier* levou à formação de fábricas modernas e à emergência, como tipo social, do "capitão de indústria", que seguiu o curso "histórico-ideal" do *self-made-man*.[1]

Justamente em função das origens sociais da burguesia industrial brasileira concebida nestes têrmos, muito autores, inclusive o autor dêste artigo, insistiram na inconsistência da "burguesia industrial nacional" como mola para uma política nacional de desenvolvimento. Os reflexos de suas origens far-se-iam sentir em sua atuação política, em sua visão do processo histórico, e, em conseqüência, a levariam a uma situação de ambigüidade para definir seus interêsses peculiares de classe diante dos interêsses do conjunto das "classes proprietárias". A origem "agrária" recente ou as marcas "plebéias" evidentes da burguesia industrial não permitiriam que ela purgasse o pe-

[1] Ver Cardoso, F. H. — *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1964; e também "Tradition et innovation: La mentalité des entrepreneurs de São Paulo", *Sociologie du Travail*, ano V, n.º 3, Paris, julho-setembro, 1963, págs. 209-224.

cado original de sua criação, transformando-se em classe reitora do processo histórico. Diante das opções concretas para o favorecimento de uma política desenvolvimentista — que implicariam, como se assinalou, no fortalecimento do Estado e na aliança com as classes populares — a burguesia industrial vacilaria e optaria por uma política de retraimento. Temeria frente à maré montante do populismo a perda de contrôle da sitúação política que, no conjunto, favorecia aos setores mais ligados à burguesia agrária tradicional, apesar e talvez em conseqüência mesmo, dos traços patrimoniais que o capitalismo agrário e o burocratismo estatal tradicional asseguravam ao País. E por outro lado, frente à necessidade de impor ao País uma orientação político econômica industrialista e independente que atendesse aos interêsses do "conjunto da sociedade", os setores industriais oriundos dos grupos imigrantes, como segmentos marginais no sistema nacional de dominação política, sentir-se-iam e objetivamente seriam incapazes de propor e conduzir uma política que os levasse a obter seus fins — à expansão da emprêsa e do sistema industrial. Vacilariam uma vez mais e desenvolveriam situações de acomodação com parte dos setores tradicionais polìticamente dominantes, preferindo perder a chance histórica de controlar a orientação global do processo de desenvolvimento, para manter realística e tìmidamente uma participação limitada no jôgo político vigente. No conjunto a burguesia industrial cederia, no que diz respeito à intocabilidade da estrutura agrária, por exemplo, para contar com o apoio do "setor tradicional" do qual faziam parte alguns de seus segmentos e sem o qual o setor urbano-industrial seria incapaz de se opor eficazmente às pressões de massa. Ao mesmo tempo, ameaçaria, em situações particulares, o *establishment* tradicional, aceitando, dentro de condições restritivas — em última análise, por sua própria incapacidade de acumulação de capitais — que o Estado, pressionado pelos setores massiços da população, se lançasse à constituição de uma infra-estrutura industrial, com base em emprêsas públicas.

Ora os resultados, embora preliminares, de investigações sistemáticas sôbre as origens sociais do empresariado industrial brasileiro obrigam a uma ampliação das idéias acima expostas. O diagnóstico relativo às condições em que o empresariado industrial definiu sua estratégia e sua política parece ser verdadei-

ro. A análise da situação política brasileira nos anos de 1963, 1964, 1965 é esclarecedora neste sentido, evidenciando alguns dos supostos da interpretação proposta: a política populista durante o govêrno Goulart se tornou insustentável quando ultrapassou os limites tácitos da "aliança desenvolvimentista" ao tratar de mobilizar setores populares rurais (sindicalização de campesinos, ligas camponesas, etc...) e de favorecer, no setor urbano, a tendência a uma política salarial expansionista, num momento de baixas inversões externas. Desfez-se ràpidamente a "frente desenvolvimentista" em benefício do fortalecimento do partido da "ordem-propriedade-prosperidade" ao qual se juntou célere a burguesia industrial e, alguns de seus setores, como se verá adiante, se propuseram mesmo um papel hegemônico dentro do nôvo sistema de alianças.

Entretanto as marcas de origem do empresariado brasileiro e sua história social não são suficientes para explicar as possibilidades objetivas e as perspectivas de atuação da burguesia industrial. Os primeiros resultados de análises sistemáticas sôbre o tema levam a uma correção dos supostos concretos da interpretação e sugerem novas pistas de explicação.

De fato, quando se toma em consideração os dados pertinentes de estudos recentes[2] chama a atenção o fato de que o recrutamento empresarial brasileiro se caracteriza pela importância insuspeitada de empresários oriundos de *atividades urbanas* não industriais e pela alta taxa de mobilidade não só entre os vários setores econômicos como quando se considera os *ingressos* e as *saídas* no conjunto da atividade empresarial. Assim, com base em análises relativas a dois períodos distintos, respectivamente 1914-1938 (tomados em conta 1.259 empresários dos dois principais estados do País — São Paulo e Guanabara) e 1938-1962, quando se tomaram 2.814 empresários, encontrou-se que apenas 8% dos empresários conseguiram manter essa qualidade no fim do primeiro período e 22% ao cabo do segundo período, o que levou o autor da investigação citada a demonstrar que se trata "de um empresariado que passa por um processo de substituição interna de grandes proporções num

[2] Luciano Martins, "Formação do Empresariado Industrial no Brasil", ed. mimeografada do Instinto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio, 1966.

período aproximado de apenas duas gerações"[3] e a reafimar as possíveis conseqüências dêste processo sôbre o comportamento político da camada empresarial, dada a escassa sedimentação no tempo de uma "consciência de classe".

Êste resultado pareceria, pois, confirmar em parte a interpretação de que faltam condições de sedimentação histórica para que as camadas empresariais (industriais ou não) se dêem conta de sua "tarefa histórica" nos países subdesenvolvidos. Poder-se-ia agregar, em abono dessa hipótese, outras conclusões da mesma investigação que ressaltam a versatilidade dos empresários brasileiros que passam do setor "serviços", do setor financeiro, do setor imobiliário ao setor industrial e vice-versa. Entretanto, essa mobilidade intersetorial, já por si significativa para o tema em discussão, assume no contexto maior importância ainda, pois a pesquisa em tela sublinha, ademais, que no recrutamento dos grupos empresariais setores de atividades *especìficamente urbanas* jogaram um papel mais importante do que se lhes poderia atribuir com base na inferência de que històricamente o deslocamento de empresários do setor agro-exportador para o industrial e a grande parcela de empresários industriais de origem imigrante seriam os parâmetros condicionantes do comportamento atual do empresariado nacional. Além disso, como lùcidamente indica Martins, seria enganoso buscar a explicação da alta taxa de mobilidade intersetorial do empresariado nacional, em têrmo de puro "comportamento inadequado", ou incapacidade realizadora sistemática. Antes seria conveniente propor esquemas explicativos teòricamente mais consistentes e empìricamente mais sólidos que fôssem capazes de "dar conta" das causas dessa versatilidade. A explicação da versatilidade empresarial e da complementaridade de atividades de um mesmo empresário em setores distintos de atividade econômica (industriais, financeiras, de serviços, imobiliárias, agrárias, etc...), não se encontra em têrmos da existência de uma *décalage* entre o padrão universal do comportamento racional dos empresários e os desvios concretos do empresário brasileiro, vítima de obstáculos institucionais e culturais que o tornam "tradicional" — como suporia a explicação vulgar. Ao contrário, essa explicação deve ser procurada

[3] Martins, *opus cit.*, pág. 18.

pela análise da estrutura histórica que ilumina a peculiaridade das formas de comportamento empresário. É a compreensão desta estrutura que permite circunscrever os condicionantes tanto de atuação empresária como da "consciência burguesa" no processo histórico dos países subdesenvolvidos.[4] A explicação proposta por Martins para o processo de rápida eliminação de empresários se apóia na idéia de que dadas as condições peculiares da industrialização dos países subdesenvolvidos e dependentes existe, paralelamente com o processo que os economistas chamam de "substituição de importações", uma substituição tanto de empreendedores como de setores de atividade econômica, pois a incorporação de novas industrias substitutivas, de mais alta produtividade média, leva à marginalização constante de setores produtivos. Assim, é como se a cada etapa mais importante do processo de substituição de importações pudesse corresponder um efeito que atuasse no sentido da rarefação (por eliminação ou incorporação) das camadas empresariais voltadas para a indústria, dotando sua composição de um grau de heterogeneidade e transitoriedade extremamente significativo.[5]

2. SITUAÇÕES OBJETIVAS E CONSCIÊNCIA BURGUESA

Aparentemente, ter-se-ia chegado a uma conclusão que reforça as interpretações anteriores, de que a burguesia nacional encontra obstáculos para sedimentar um comportamento político que expresse seus "verdadeiros interêsses". Entretanto, as implicações dessa interpretação ultrapassam a colocação anterior do problema, que insistia na falta de sedimentação de uma situação de classe. E a ultrapassam em sentido preciso: sem desfazer o que de verídico existe nas afirmações anteriores. De fato, dêste prisma, a "consciência da situação" (dos interêsses de classe) que pode alcançar a burguesia empresarial

[4] Sôbre êste assunto ver trabalhos anteriores nos quais procuramos desenvolver êste ponto de vista a partir de análises concretas de situações, como o livro já citado *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, e também *Las Elites Empresariales en America Latina*, mimeografado, ILPES, Santiago, 1966.

[5] Martins, *op. cit.*, pág. 31.

nacional, não é um problema que se solucione apenas em função da variável tempo, mas é também o reflexo de uma situação estrutural particular.

Nesta, agregue-se, a "transitoriedade" passa a ser um dado da situação em conseqüência de limitações "estrutral-conjunturais", e a versatilidade do comportamento empresário passa a ser uma resposta adaptativa a essa situação. Além disso, *objetivamente,* a diferenciação interna das organizações produtivas nacionais levaria à formação de grupos econômicos que incluem setores industriais, setores de serviços, setores financeiros e setores agrários, como um recurso adaptativo normal para o desenvolvimento capitalista num País que sofre os impactos de um processo de rápida "substituição de importações". Empìricamente há bons argumentos para sustentar a hipótese, como se verá adiante.

Evidentemente, na medida em que essa interpretação fôr válida, às possíveis distorções impostas à consciência empresarial por suas origens rurais e plebéias do corte recente somam-se outras que deixam de ser "transitórias" para inserir-se num quadro mais complexo em que os interêsses da burguesia urbano-empresarial se interrelacionam funcionalmente, sem substituí-los, com os interêsses da burguesia agrária e da burguesia mercantil e financeira. Não existiria pròpriamente uma sucessão de camadas sociais distintas que representariam diversas *etapas* do desenvolvimento capitalista, mas uma simbiose não só de base histórica, mas também funcional.[6]

Ora, a rigor, a partir desta perspectiva seria incorreto apelar para a falsa consciência da situação de classe da burguesia urbano-industrial quando ela desenvolve uma "política de acomodação", nos momentos críticos em que aumenta a pressão popular e diminuem suas chances teóricas de acumulação. Essa acomodação — com os chamados setores tradicionais — refletiria apenas os limites objetivos estreitos que têm os grupos urbano-industriais no jôgo político-econômico nacional. Em sua perna esquerda o calcanhar-de-aquiles se torna visível

[6] Para fundamento dessas conclusões, ver Martins, *op. cit.,* pág. 26, e Cardoso, *Las Elites Empresariales en America Latina.* Neste último trabalho se mostra as coincidências de interêsse entre os setores agro-financeiro-exportadores e os setores vinculados ao mercado interno, no período inicial do processo da industrialização.

para a burguesia urbano-industrial no momento em que o ataque dos setores populares endereçados contra os setores chamados oligárquico-latifundistas, começa a cortá-la na própria carne. Pouco importa que o pêso maior da pressão se faça nominalmente contra os chamados grupos oligárquico-latifundistas na esperança de que êstes se distingam da burguesia urbano-industrial como o Sol da Lua num espaço teòricamente sem sombras. Polìticamente, nos momentos de crise, são justamente as "zonas de sombra" as mais importantes, pois delas advém a ambivalência do comportamento empresarial, não como um processo subjetivo da falsa consciência burguesa, mas, ao contrário, como um modo objetivo de expressar o relacionamento específico entre distintos setores capitalistas que têm na política de ziguezagues uma possibilidade mais segura de sobrevivência.

Em última instância essa perspectiva leva a duvidar das possibilidades objetivas da "vocação hegemônica" de condução autônoma do desenvolvimento nacional através do setor urbano-industrial, e mesmo através de uma aliança policlassista que una os setores industriais aos de massa visto o problema, por enquanto, do ângulo puramente interno, isto é, sem considerar os grupos estrangeiros e suas relações com a economia interna. Com efeito, a ser verdadeiro, como parece, o entrelaçamento não só genético, mas estrutural-funcional do setor urbano-industrial da economia brasileira com os chamados setores tradicionais, um dos supostos da "aliança desenvolvimentista" tem seu alcance limitado no jôgo de cartas marcadas da política de desenvolvimento a "burguesia nacional", assim concebida, não alça vôos do largo curso, em que pese a velocidade crítica que ao processo histórico possam imprimir os setores estatais populistas.

II. As Bases Econômicas da Política Nacional-Burguesa

1. Grupos econômicos nacionais e estrangeiros

Indiscutìvelmente, apesar dos ziguezagues políticos da tática de compromissos e dos liames estruturais que unem os setores burgueses modernizantes aos "setores tradicionais" (ês-

tes, no seu duplo aspecto de setores capitalistas agromercantil-financeiros e de setores pròpriamente oligárquico-latifundistas) ninguém discute mais a presença da burguesia industrial-financeira nacional na vida política e na vida econômica do País. As transformações do sistema produtivo, sempre repisadas, demonstram que o Brasil chegou a um grau considerável de integração industrial[7] que por si só transforma o setor empresarial num agente político importante. O que se discute, naturalmente, é o sentido que esta presença política possa ter e os limites da participação da burguesia industrial na já referida política de aliança desenvolvimentista.

Para melhor aquilatar essa problemática, convém examinar agora a forma como se dá o desenvolvimento industrial em têrmos de duas dimensões: as características da estrutura produtiva dos grupos econômicos que operam no Brasil e as formas de contrôle — internas ou externas — nêles predominantes.

O mais completo estudo disponível sôbre os grupos econômicos no Brasil[8] fornece informações suficientes para caracterizar os traços gerais da estrutura das organizações econômicas quanto aos itens que interessem para os fins dêste artigo. Naquele estudo faz-se uma diferença entre dois tipos de "grupos econômicos", os chamados multibilionários — com capital e reserva de mais de quatro bilhões de cruzeiros em 1962 — e os bilio-

[7] Os estudos da CEPAL indicam que, cumpridos certos requisitos, no setor de equipamentos básicos a indústria brasileira poderá atender a 86% do equipamento elétrico necessário para o período 1961-1971; 90% da celulose e papel; 64% no ramo petrolífero e petroquímico; 77% no aço entre 1966-1970; 62% do cimento; e 70% de tôdas as máquinas-ferramentas necessárias para o ano de 1970.

[8] Referimo-nos à investigação dirigida por Maurício Vinhas de Queiroz sôbre os grandes grupos econômicos, cujos resultados preliminares foram publicados na *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, vol. II, n.º 1, Rio de Janeiro, 1965. Nesse número da revista encontram-se os seguintes trabalhos que analisam resultados dessa investigação:

a) Vinhas de Queiroz, Maurício, "Os Grupos Multibilionários" págs. 47-48;
b) Luciano Martins, "Os Grupos Bilionários Nacionais", págs. 79-116;
c) J. A. Pessoa de Queiroz, "Os Grupos Bilionários Estrangeiros", págs. 117-186.

Aproveitamos os resultados dessas investigações, que serão resumidas tendo em vista os propósitos específicos dêste artigo.

nários, que englobam conjuntos de emprêsas[9] com capitais e reservas oscilantes numa faixa de um a quatro bilhões de cruzeiros em 1962. Os primeiros, isto é, os mais poderosos grupos econômicos, ascendiam na época da investigação a um total de 55 conjuntos empresariais que controlavam parte substancial da produção da circulação de bens. Embora a investigação na forma preliminar em que foi publicada não permita avaliar a participação dêsses grupos em têrmos percentuais nos ramos respectivos da produção a que se dedicam, fornece elementos qualitativos de juízos para suportar a afirmação de que somados aos "grupos bilionários", os grupos multibilionários não só exercem uma indiscutível liderança nos setores econômicos em que atuam, como participam de mercados onde a tendência à monopolização ou ao oligopólio é indiscutível. Para confirmar esta tendência, os dados apresentados na análise dos grupos bilionários estrangeiros permitem concluir que "58,6% dos grupos (84,6% dos americanos e 37,5% dos não americanos) participam do *núcleo predominante* do mercado de seu principal produto. Dez grupos ocupam uma posição destacada de liderança (oito americanos e dois não americanos), sendo os maiores produtores nos mercados respectivos.[10]

Em outras palavras, se no período inicial da formação do mercado interno a emprêsa isolada pôde ter sido a unidade básica do sistema produtivo, hoje, a tendência à formação de "grupos econômicos" e a tendência a que êstes grupos atuem em mercados de concorrência imperfeita parecem condicionar o desenvolvimento da economia brasileira[11]. Torna-se decisivo, por-

[9] Por "grupos econômicos" os autores consideram "todo conjunto estável e relativamente poderoso de firmas interligadas pelo capital e o poder de decisão de dirigentes comuns", Vinhas de Queiroz, *op. cit.*, pág. 44.

[10] Pessoa de Queiroz, J. A., "Os Grupos Bilionários Estrangeiros", *op. cit.*, pág. 184. O estudo dos grupos bilionários estrangeiros foi feito com base em 29 grupos estrangeiros extraídos da amostra dos grupos bilionários. Esta englobou 83 grupos escolhidos aleatòriamente de um universo de 227 unidades.

[11] Sôbre êste problema, ver Theotônio dos Santos, *Gran Empresa y Capital Estrangeiro*, ed. mimeografada, Univ. de Chile, Facultad de Ciencias Economicas, Centro de Estudos Sócio-Econômicos, Santiago, 1966.

tanto, analisar a estrutura produtiva destas grandes unidades e determinar os mecanismos políticos e sociais pelos quais são controlados. Ressalta da análise que há alguns pontos de clivage importantes para compreender o funcionamento da economia brasileira e, posteriormente, o das camadas sociais que a controlam. Em primeiro lugar, no universo composto pelos 55 grupos multibilionários, 29 são estrangeiros (havendo 24 nacionais e dois mistos), enquanto entre os 83 que formaram a amostra dos bilionários, 29 são estrangeiros contra 54 (ou seja, 65%) nacionais.

Em têrmos globais pareceria ser possível afirmar, portanto, que apesar da predominância de contrôle estrangeiro[12] entre os grandes grupos econômicos, existe realmente no Brasil um importante setor da produção controlado nacionalmente. O alcance dessa afirmação, entretanto, se restringe quando se toma em consideração elementos adicionais de juízo. Com efeito, existem diferenças significativas para os propósitos dêste artigo entre os grupos estrangeiros e os nacionais quando se analisam as preferências pelos distintos ramos de atividade econômica e quando se nota a diversificação interna dos grupos econômicos. Verifica-se, dêste ângulo, ao observar a *atividade do principal* dos grupos econômicos multibilionários, que 78,1% dêles dedicam-se à indústria. Porém, a distribuição entre estrangeiros e nacionais é distinta:

Além da franca propensão à maior participação dos grupos estrangeiros em atividades industriais e principalmente na indústria pesada (mecânica pesada e indústria de base) e nas indústrias de consumo durável, a pesquisa em causa permite determinar diferenças expressivas entre os grupos nacionais e estrangeiros quando se considera as atividades *secundárias* dêles (embora não exista correlação entre as atividades secundárias e as principais). Assim, numa apreciação qualitativa, se vê numerosos casos entre os grupos multibilionários nacionais em que há relações entre atividades dos setores exportadores, importadores, bancários e comerciais, *com ausência de atividades industriais,* enquanto chama a atenção, no caso dos grupos multibilionários estrangeiros não só a maior concentração em

12 Por estrangeiro, os autores da pesquisa consideraram os grupos controlados por interêsses situados fora do País, ou seja, cujo centro de decisões se situa no exterior.

DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS MULTIBILIONÁRIOS POR SETOR DE ATIVIDADE E POR TIPO DE CONTRÔLE

Setores de Atividade		*Nacionais*		*Estrangeiros*		*Mistos*
não industriais	(exportação, importação, bancos, seguros, serviços industriais e investimentos	8	33,4%	6	21,8%	1
INDUSTRIAIS	a) consumo não durável	8	33,2	5	17,2	
	b) consumo durável	1	4,2	7	24,1	
	c) mecânica pesada	1	4,2	4	13,8	
	d) indústria de base	6	25,0	7	24,1	1
	Subtotal	16	66,6	23	79,1	1
Total		24	100%	29	100%	2

atividades industriais, como sua maior especialização. A tal ponto que Vinhas de Queiroz conclui que se estabelecesse "um *gradient* (...) dos estritamente especializados aos muito diversificados (...) naquele primeiro extremo só existiriam grupos estrangeiros enquanto neste último, só grupos nacionais".[13] Daí também que a média de emprêsas no caso dos grupos multibilionários nacionais atinja a 21 firmas, enquanto que no caso dos estrangeiros a cifra encontrada não ultrapasse 8, apesar de que em têrmos de capital investido êste grupo supere aquêle.

13 Vinhas de Queiroz, *op. cit.*, pág. 62. Por "especialização" o autor entende a existência de forte integração tecnológica ou funcional entre as várias emprêsas do grupo e no interior das mesmas.

Essas tendências apresentam-se reforçadas quando se considera a amostra dos grupos bilionários. Nesta a distribuição por setores de atividades é a seguinte:

DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS BILIONÁRIOS POR SETOR DE ATIVIDADE E POR TIPO DE CONTRÔLE

	Setores de Atividade	*Nacionais*		*Estrangeiros*	
não industriais	(exportação, importação, bancos, seguros, serviços industriais e investimentos)	19	35,2%	4	13,8%
INDUSTRIAIS	a) consumo não durável	20	37,0	9	31,0
	b) consumo durável	7	13,0	5	17,2
	c) mecânica pesada	3	5,5	5	17,2
	d) indústria de base	5	9,2	6	20,7
	Subtotal	35	64,8	25	86,2
Total		54	100%	29	100%

Acresce, ainda, que os grupos multibilionários nacionais são em geral anteriores a 1914, enquanto os estrangeiros são posteriores a 1919, sendo que o período posterior à crise de 1929 e o posterior a 1945 foram particularmente propícios aos grandes grupos estrangeiros. Noutros têrmos, enquanto o crescimento dos grandes grupos econômicos nacionais foi len-

to e progressivo, os grupos estrangeiros apresentam uma tendência a surgir através de fortes inversões iniciais de capitais. E dentre os grandes grupos nacionais dedicados à indústria existe maior proporção daqueles que são de origem não local (italiana, israelita, alemã, francesa e sueca), o que vem a confirmar as informações apresentadas sôbre a participação dos imigrantes no processo brasileiro de industrialização. Ademais o número médio de emprêsas por cada grupo econômico diminui à medida em que se trata de grupos mais recentes, que são justamente aquêles compostos por emprêsas dedicadas à indústria de consumo durável, mecânica pesada ou indústria de base. Como, por outra parte, há correlação entre essas e o contrôle estrangeiro, fica evidenciado um *padrão nôvo* de investimento de estilo monopólico controlado por grupos internacionais nos setores industriais dinâmicos.

Por fim, é de ressaltar quando se consideram as associações entre os grupos que na pesquisa em discussão foram considerados *nacionais* com grupos estrangeiros, que se estabelece uma nítida tendência à associação entre capitais, pois no caso dos multibilionários 62,8% dos grupos nacionais apresentam ligações (variáveis) com grupos ou emprêsas estrangeiras, enquanto no caso dos grupos bilionários 46% mantinham algum tipo de associação acionária com grupos ou emprêsas estrangeiras em alguma de suas emprêsas.[14]

2. OS SETORES ESTATAIS

Para complementar as informações pertinentes ao dimensionamento das bases econômicas do setor industrial privado nacional seria necessário apresentar elementos de avaliação

[14] Não apresentamos aqui, por não ser diretamente relevante para os fins dêste artigo, os dados contidos na pesquisa que nos serviu de fonte sôbre a origem do capital estrangeiro (entre os multibilionários estrangeiros mais da metade ou são americanos ou possuem larga participação do capital norte-americano, perfazendo 30% do total dos grupos multibilionários; de igual modo quase a metade dos grupos bilionários eram norte-americanos) e sôbre as preferências setoriais das emprêsas estrangeiras. Quanto a êste ponto, somando-se os grupos multibilionários verifica-se que os norte-americanos preferem os bens de consumo durável, os inglêses os de consumo não durável e os alemães a mecânica pesada.

quanto à participação do setor público na economia brasileira. A pesquisa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil (ICS) não teve por objeto analisar êste setor da economia e portanto não fornece os dados que completariam a análise anterior. Em têrmos de critérios semelhantes aos anteriormente utilizados, o que se poderia agregar são dados contidos em outro levantamento, publicado em 1961, pela revista *Desenvolvimento & Conjuntura*. É de assinalar, entretanto, que enquanto nessa revista se havia identificado para a época 66 grupos com capital superior a um bilhão de cruzeiros[15] incluindo as emprêsas estatais, na investigação posterior, do ICS, se identificaram 276 grupos. Como a diferença é expressiva e não pode ser atribuída, como assinalou Vinhas de Queiroz, apenas à inflação, é forçoso reconhecer que o grau de confiança que se pode atribuir aos resultados do levantamento do *Desenvolvimento & Conjuntura* é limitado.

Com esta reserva, ao incluir-se as informações pertinentes à participação do setor público no conjunto dos grupos econômicos, verifica-se que dos 66 grupos que se supunha constituírem o universo dos grupos bilionários de 1960, 19 eram estatais e dois dêles ocupavam os primeiros lugares. No total êsses 19 grupos de emprêsas reuniam 81% do capital do conjunto dos 34 grupos de emprêsas (os 19 estatais mais 15 privados) que eram controlados nacionalmente. Ao considerar-se o total dos 66 grupos obtidos pela adição aos 34 grupos nacionais dos 32 estrangeiros, as emprêsas estatais controlavam ainda 55% do total dos capitais dos grandes grupos. Esta percentagem equivalia a 25% do capital das 6.818 sociedades anônimas do País.[16]

[15] O estudo em questão se intitula "Concentração do Poder Econômico", *Desnevolvimento & Conjuntura*, ano V, n.º 5, maio de 1961, págs. 7-23.

Em 1960, ano tomado em conta por *Desenvolvimento & Conjuntura*, a taxa média oficial do dólar correspondia a 100 cruzeiros e a cotação no mercado livre alcançava 199,26 cruzeiros. No primeiro semestre de 1962, época em que se avaliou o capital dos grupos considerados na pesquisa do I.C.S., o dólar valia no mercado livre 475 cruzeiros.

[16] Cf. também Theotônio dos Santos, *op. cit.* Nesse estudo se salienta que nos sete primeiros lugares as emprêsas ou eram estatais ou grupos privados nacionais, com exceção de uma. Provàvelmente a classificação

Indiretamente, e com maior fidedignidade, é possível avaliar com propriedade, o papel do setor público na economia brasileira. Assim, através de informações sôbre a formação do capital fixo, se vê claramente a participação crescente do setor público e das "emprêsas mistas", isto é, sociedades anônimas cuja maioria (freqüentemente mais de 90%) é controlada pelo setor público federal, estadual ou municipal:

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NA FORMAÇÃO DE CAPITAL FIXO[17]

Ano	*Setor Público*	*Emprêsas Mistas*	*Setor Privado**	*Total*
1947	15,8%	—	84,2%	100,0%
1948	23,3	—	76,7	100,0
1949	29,4	—	70,6	100,0
1950	35,1	—	64,9	100,0
1951	25,0	—	75,0	100,0
1952	19,5	—	73,2	100,0
1953	29,4	—	70,6	100,0
1954	24,3	—	75,7	100,0
1955	24,0	—	76,0	100,0
1956	24,8	3,1%	72,1	100,0
1957	37,0	4,7	58,3	100,0
1958	40,8	5,5	53,7	100,0
1959	32,3	6,0	61,7	100,0
1960	38,2	8,0	53,6	100,0

* Até 1956 o setor privado inclui as emprêsas mistas.
Fonte: Fundação Getúlio Vargas, estimativas baseadas em dados da *Revista Brasileira de Economia,* março de 1962.

Em análise minuciosa das fontes de financiamento da industrialização brasileira, Werner Baer demonstra, por outro lado,

atual indicaria uma mudança porque as emprêsas alinhadas imediatamente abaixo eram estrangeiras e ligadas ao setor automotriz, que cresceu muito nos últimos anos.

[17] Quadro extraído de Werner Baer, *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil,* tradução de Paulo de Almeida Rodrigues, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1966.

que apesar da significação evidente dos dados contidos no quadro acima transcrito, nos últimos anos "o setor privado foi e continua a ser a principal fonte de fundos, e, ainda, que durante a maior parte do período, a parcela do govêrno tem superado a sua participação na poupança global. Isto significa que, de uma maneira ou de outra, as poupanças não governamentais têm desempenhado importante papel no financiamento da formação de capital fixo pelo govêrno".[18] As poupanças não go-

POUPANÇA E FORMAÇÃO DE CAPITAL NOS SETORES PÚBLICOS E PRIVADOS EM RELAÇÃO À RENDA INTERNA BRUTA (PERCENTAGEM)[19]

Ano	*Setor Privado*		*Setor Público*		*Deficit do Balanço de Pagamentos em C/C*
	Poupança	*Formação de Capital*	*Poupança*	*Formação de Capital*	
1947	12	14	4	3	2
1948	14	14	4	4	0
1949	10	10	4	5	1
1950	12	8	2	5	—1
1951	13	17	5	5	3
1952	16	17	4	6	4
1953	15	11	1	4	0
1954	19	19	4	5	1
1955	17	14	2	5	0
1956	17	13	1	4	0
1957	16	12	1	7	2
1958	12	10	5	9	2
1959	16	14	6	10	2
1960	14	12	5	10	3

Fonte: Calculado por I. Keraenetsky, com base nas contas nacionais levantadas pela Fundação Getúlio Vargas.

vernamentais invertidas pelo Govêrno e as parcelas da inversão privada que superam a poupança das emprêsas são de duas origens principais: recursos externos e transferência de recursos

18 Werner Baer, *op. cit.*, pág. 101.
19 Quadro extraído de Werner Baer, *op. cit.*, pág. 103.

"tomados dos consumidores", através da inflação. Entretanto, enquanto o setor público investiu mais do que poupou, com o setor privado ocorreu o contrário. É quando se analisa a composição da poupança do setor privado que se verifica que na realidade boa parte dela está constituída pela transferência de "recursos dos consumidores".[20]

Noutras palavras, o ritmo de investimentos, públicos e privados, foi intenso, embora mais acentuado no caso do setor público, e ambos setores, em medida desigual, beneficiaram-se da inflação, transferindo rendas dos setores consumidores para a formação de capital fixo. Êste, ademais, segundo, dados apresentados por Baer, pôde forma-se no setor privado, principalmente através de inversões realizados com recursos internos,[21] sendo que na década de 1950 os "lucros retidos" contribuíram com 55 a 60% da formação de capital, contra 40% no período imediatamente posterior à guerra, e a proporção correspondente para alcançar 100% foi obtida através da já referida transferên-

[20] Sôbre êste ponto, ver o quadro reproduzido por Baer, *op. cit.*, pág. 104, pelo qual se evidencia que os lucros retidos variaram entre um mínimo de 29% de poupança líquida em 1950 a um máximo de 60% em 1960. Evidentemente a expressão "transferência de recursos dos consumidores" é um eufemismo, pois o saldo estêve representado por "poupanças do público" — ao reter maior volume de papel-moeda — e por depósitos a prazo nos bancos comerciais e caixas econômicas, bem como pelas reservas das companhias de seguro e capitalização (pág. 106). Através de empréstimos e da inflação êste saldo foi apropriado pelos setores públicos privados.

[21] A afirmação de que a acumulação se deu através de recursos internos deve ser explicitada para alcançar sua delimitação adequada. Assim, "nos fins da década de 50 e nos primeiros anos da de 60, foi cada vez maior a influência da poupança externa no financiamento das inversões" (pág. 106). Por outro lado, apesar de que entre 1947 e 1960 apenas uma vez as poupanças de origem externa ultrapassaram 15% do total do capital formado anualmente, elas se dirigiram (como os dados qualitativos sôbre a composição dos grupos econômicos a que fizemos referência anteriormente indicam) para "áreas estratégicas" para o crescimento econômico. Por outro lado, a taxa relativamente pequena de capitais novos de origem externa, não significa que os grupos estrangeiros tenham deixado de acumular. Ao contrário, quando se analisa êstes dados com as informações anteriores sôbre a expansão dos grupos econômicos estrangeiros, se evidencia que êstes *canalizaram recursos internos*, através do supra-referido processo de transferência de renda, ou, em têrmos mais claros, processo de exploração interna de umas classes por outras.

cia de rendas de consumidores, através de empréstimos e do processo inflacionário.[22]

3. OS SETORES POPULARES ENQUANTO FÔRÇA DE TRABALHO

Os dados relativos ao incremento da formação de capital fixo pelos setores produtivos e as porcentagens relativamente elevadas de lucros retidos indicam que houve um processo acenduado de acumulação capitalista. Esta se fêz principalmente a expensas do setor assalariado na medida em que as fontes externas de formação de capital desempenharam uma função quantitativamente limitada, apesar da estratégia, e na medida em que as transferências de renda do setor produtivo agrícola para o industrial não foram de monta. Neste sentido, e embora as informações disponíveis sôbre a remuneração da fôrça de trabalho sejam de caráter muito geral, convém expô-las, pois elas ajudam a compreender o comportamento do outro condicionante da "aliança desenvolvimentista": os setores populares.

Algumas tendências parecem claras no processo de industrialização quanto à formação das classes populares. Em primeiro lugar, em têrmos globais a industrialização no Brasil se deu num contexto, como no resto da América Latina, em que se verifica diminuição relativa do setor primário da economia, considerando-se o conjunto da população econômicamente ativa, aumento acentuado do terciário e *estabilidade* do secundário, isto é, dos empregos pròpriamente industriais. Êstes totalizavam 12% da população econômicamente ativa em 1965, 13% em 1950 e a mesma proporção em 1960, enquanto o setor "serviços" crescia respectivamente 20%, 26% e 35%, em detrimento das ocupações agrícolas e extrativas.[23] Em outras palavras, as camadas diretamente urbano industriais das classes populares formam-se num contexto onde existem amplos setores de ocupações urbanas não industriais. Porém, como é sabido,

22 Ver Werner Baer, *op. cit.*, págs. 104-106.
23 Ver análises de Cardoso, F. H. e Reyna, J. L., *Industrializacion, Estrutura Ocupacional y estratificacion social en America Latina* — ILPES, Santiago, 1966.

nestes há uma proporção considerável, apesar de indeterminada, de subempregados, desempregados e desempregados disfarçados. Êste quadro leva a supor que as taxas salariais encontram obstáculos objetivos para aumentar — dado o excedente de mão-de-obra — salvo nos setores que requerem mão-de-obra especializada ou quando os setores popular-industriais pressionam fortemente. Essa situação daria base real, do ângulo empresarial, para uma possível aliança desenvolvimentista: a pura expansão do emprêgo industrial, necessário para o desenvolvimento — sem aumento acentuado de participação dos trabalhadores no incremento real do produto, satisfaria objetivamente a ambas as partes da "aliança". A condição teórica de persistência da coalizão estaria assegurada pela *manutenção* do nível de vida dos trabalhadores e pela *extensão* de seu número.

Efetivamente, parece ter sido esta a tendência, pois os dados sôbre a evolução do salário real mostram que mesmo que êles "tenham aumentado, seu crescimento foi freqüentemente menor do que o do produto real"[24] e, por outro lado, houve atraso no reajustamento dos salários mínimos na década 1950-1960, com relação à taxa de inflação. Com algumas informações adicionais resulta mais claro o quadro das tensões internas dentro da coalizão possível entre os setores empresariais e os setores massiços. Assim, se bem é certo que houve aumentos do número de trabalhadores industriais e, dentre êstes, dos trabalhadores das grandes indústrias[25] e se também é certo, como acentua Baer, que o salário real se manteve mas não acompanhou o incremento do produto real, é significativo que o salário real tenha crescido entre 1949 e 1960, "em razão direta do tamanho da emprêsa: do mesmo modo, o salário cresceu na razão direta do emprêgo da fôrça motriz.[26] Essa verificação levou Weffort a pôr ênfase em hipóteses anteriores suas de que "o setor operário industrial, reconhecidamente melhor organizado que os

[24] Werner Baer, *opus cit.*, pág. 121.
[25] Conforme Cardos y Reyba, *op. cit.*, págs. 20-21. Êste aumento, apesar da estabilidade proporcional do setor secundário, se explica pela diminuição das atividades artesanais, em benefício das industriais, pela expansão em têrmos absolutos da população econômicamente ativa.
[26] Weffort, Francisco — *Participacion Economica y Participacion Social (dados para un analises)*, ILPES, Santiago, 1967.

demais grupos populares na defesa de seu nível de consumo, conseguiu sòmente manter seu nível de salário real."[27]

Entretanto, no contexto da situação das classes populares brasileiras, parece que houve possibilidades estruturais para quantos setores melhor organizados das classes trabalhadoras aceitassem os têrmos da aliança desenvolvimentista, nos momentos em que conseguiram pelo menos manter o padrão de consumo. Essa possibilidade se revela pela existência de taxas diferenciais de salário entre as distintas categorias de trabalhadores, beneficiando os que se dedicam aos ramos de maior produtividade (de base tecnológica moderna) e que dispõem de maiores facilidades organizativas no nível sindical.[28] Êstes òbviamente agrupam-se nas grandes emprêsas, controladas, como se viu, pelos grupos econômicos estrangeiros e pelo setor estatal da economia. Porém, como êste setor de trabalhadores é numérica e proporcionalmente pequeno, mesmo ao considerar-se apenas as populações urbanas e como, por outra parte, a dinâmica política do desenvolvimentismo alcança, através do populismo, os setores populares urbanos no seu conjunto, existiam interminentes pressões redistributivistas que transcendem os limites estreitos e diretos dos setores populares inseridos no contexto da grande emprêsa moderna.

Essas pressões fizeram-se sentir como "explosões salariais", que se manifestaram através das correções dos salários mínimos — como repercussões em tôda a escala salarial — nos momentos imediatamente anteriores ou posteriores a algumas mudanças políticas significativas. Assim, se no conjunto do período posterior à 2.ª Grande Guerra não houve aumentos gradativos reais dos salários industriais, a recuperação parcial do terreno perdido se fêz por saltos.

Nestes momentos houve uma aproximação dos limites de viabilidade da aliança desenvolvimentista, pois quando a pressão populista aumenta e obtém vantagens políticas e salariais, soa para a burguesia o sinal da necessidade de uma correção na política salarial para permitir a continuidade da taxa de acumulação. Enquanto foi possível, pelo já referido mecanismo de transferências de rendas, lograr simultâneamente o crescimento

[27] Weffort, *ibidem*, pág. 24.
[28] O supra-referido estudo de Weffort comprova a afirmação em sua primeira parte. Ver pág. 25.

mínimo indispensável dos salários urbanos industriais sem afetar a acumulação das emprêsas públicas e privadas, a viabilidade do esquema populismo-desenvolvimentismo se manteve, com os tropeços normais. À medida em que a pressão popular tendeu a generalizar-se, atingindo as áreas assalariadas agrícolas e os setores urbanos não industriais, a burguesia passou a assumir posições claramente antipopulistas.

Por fim, sem que se possa aduzir maiores informações, os analistas são coincidentes em que a redistribuição de rendas não alterou substancialmente o nível de vida tradicionalmente baixo das populações rurais, apesar de que no processo de transferência de rendas a relação de troca do setor agrário com o setor industrial foi favorável à agricultura, isto é, aos produtores agrícolas e ao setor comercializador.

Em palavras mais diretas, a acumulação de capitais para a industrialização brasileira se deu em têrmos tais que o conjunto das classes proprietárias beneficiou-se de uma taxa acentuada de exploração do conjunto das classes populares. Nestes últimos setores vinculados à economia mais moderna apenas puderam manter seu padrão de consumo, sem beneficiar-se em proporção correspondente ao aumento do produto real, enquanto os demais setores apenas esporàdicamente — nos momentos de maior pressão popular — lograram algum avanço, para recuperar a perda relativa dos padrões de consumo, sendo de destacar que há "indícios de que a redistribuição se processou em detrimento do setor agrícola, especialmente dos trabalhadores do campo."[29]

III. Ideologia e Realidade: a Burguesia num País Diferente

Retomamos, por fim, as perguntas de âmbito geral que haviam sido expostas dicotômicamente no comêço dêste traba-

[29] Werner Baer, *op. cit.*, pág. 125. Convém tomar em consideração que as peculiaridades do sindicalismo brasileiro e do movimento operário no contexto político-social do País tornam viável o relacionamento *sui generis* de "participação" e "repulsão" na aliança desenvolvimentista. Neste sentido é esclarecedora a análise contida em Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil.* Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966, especialmente, págs. 175-202.

lho. Diante das informações apresentadas parece claro que os setores industriais nacionais se estão constituindo num contexto estrutural que baliza de forma relativamente acanhada as possibilidades de uma ação autônoma e de definição de objetivos que tenham como base a idéia de um desenvolvimento controlado pelo setor privado nacional. As pressões decorrentes da existência de capitais estrangeiros importantes em áreas industrialmente estratégicas somadas às pressões dos grupos sociais que direta ou indiretamente influenciam as decisões do setor estatal da economia (compreendidos entre êstes grupos não sòmente as classes médias e os setores populares, mas também o setor industrial estrangeiro e segmentos do próprio setor empresarial nacional), além das reações, nos momentos críticos, das classes populares, levam a "burguesia nacional" a depender e a participar de algum sistema de alianças para atingir os objetivos a que se proponham.

Entretanto, nada assegura de antemão, que êstes objetivos devam definir-se em função de uma ideologia nacional desenvolvimentista, nem em conseqüência que a política de frente popular-desenvolvimentista seja o caminho exclusivo que una a ação nacional-burguesa a seus "interêsses verdadeiros".

Teòricamente, um sistema de alianças ao estabelecer-se não implica a inexistência de tensões entre os grupos que o constituem, nem muito menos em estabilidade. Como em qualquer processo social, mormente nos que se relacionam com a esfera do poder, os grupos coligados se reagrupam permanentemente, segundo os objetivos e as fôrças disponíveis para alcançá-los. Além disso, a relação de aliança não implica em que os parceiros disponham de fôrça equivalente para a definição autônoma de objetivos táticos ou dos meios para obtê-los. Ao contrário, a seleção dos objetivos, o encadeamento das etapas e a seleção dos meios para atingí-los, depende da capacidade real de cada conjunto de fôrças dentro de um mesmo "campo de alianças" para impô-los na pugna interna. Por outra parte, a mudança de seleção de objetivos pode implicar normalmente uma redefinição do sistema de alianças, pela exclusão de alguns do seus componentes e inclusão de novos. Os limites para a reformulação dos alinhamentos estão dados pela estrutura da situação e pela gama de objetivos compatíveis estruturalmente com a posição dos diversos grupos que constituem a situação social con-

creta. Entretanto, só em situações-limite existe uma clara relação entre situações e objetivos. Com efeito, como a situação social em última análise se constituía por conjuntos sociais em aliança e em oposição e como as relações, que formam a trama das alianças não são claramente excludentes, não é possível minimizar na análise dos processos sociais a ambigüidade estruturalmente possível, dela decorre não só a vacilação política como expressão da falta de capacidade de imposição dos objetivos de uns conjuntos sociais sôbre outros, como a versatilidade na definição de objetivos. Essa pode significar, não uma capitulação ou o predomínio de uma "falsa consciência da situação", mas um realinhamento que expresse a presença de novos conjuntos sociais no campo de alianças, com ou sem a exclusão dos antigos. Em última instância, é o fluxo social assim concebido que, por sua vez, redefine os limites estruturais e cria novas possibilidades de ação.

Ora, a análise estrutural indica consistentemente que se a "aliança desenvolvimentista" implicou numa política de compromissos entre os setores industrial-finaceiros nacionais e os setores urbano-populares, não excluiu nem a vinculação do primeiro dêstes dois conjuntos de fôrças com o que muitas vêzes com impropriedade se chamou o "setor tradicional latifundista exportador", nem impediu a pressão urbano popular. Em geral, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, neste sistema de fôrças em aliança a relação assimétrica evidente entre os dois principais componentes implicou também na obtenção de vantagens desiguais. Em conjunto, porém, graças à exclusão da massa rural do sistema de fôrças e, em menor e menos conhecida medida graças também à exclusão das populações urbanas chamadas marginais,[30] foi possível manter o "campo de alianças" enquanto houve expansão do sistema produtivo. Para resguardar a continuidade desta expansão cada um dos parceiros principais cedeu, por sua vez, momentâneamente, "objetivos estratégicos"; os grupos empresariais privados aceitaram parte da política popular nacionalista que se expressou pela ampliação do setor estatal da economia, e setores populares aceitaram tàcitamente a ampliação da base industrial da economia através de

[30] Essas poderiam ser definidas, provisòriamente e por exclusão como a parte da população urbana que não encontra regularmente inserção no sistema urbano de ocupações estáveis.

fortes inversões estrangeiras. Neste sentido, a política da aliança PSD-PTB — grupos nacional populistas, do período de Kubitschek, apesar da oposição da "esquerda-nacionalista", logrou consolidar o primitivo campo de fôrças e expandí-lo pela inclusão de capitais externos. A partir dêsse momento a política da "frente desenvolvimentista", que anteriormente, sob Vargas, fôra conduzida com ênfase nacionalista e redistributivista, embora sem ênfase nas mudanças sociais no campo, passou a ser mais "desenvolvimentista", isto é, mais favorável a uma rápida acumulação de capitais sem redistributismo. Em conseqüência, a participação urbano-popular no produto nacional, como se viu, não foi além da manutenção do salário real, num momento de expansão acentuada da produtividade do sistema econômico. É certo, entretanto, que houve um crescimento em números absolutos na massa da população que passou a participar da economia urbano-industrial.

Essas novas condições de funcionamento da frente desenvolvimentista, entretanto, alteraram substancialmente os componentes da aliança. Seria difícil sustentar, pelo menos a partir do período de consolidação da economia industrial que conceitos como "burguesia nacional" ou setores "urbano-industriais" sejam realmente explicativos.

Com efeito, os dados apresentados, por parciais que sejam mostram claramente que a estrutura social de um País como o Brasil se conta em dois sentidos, por linhas horizontais e verticais. Não só o "setor empresarial" se diferencia econômicamente em têrmos dos tipos de contrôle a que está sujeito, como as classes populares se diferenciam e se tornam mais heterogêneas. Além da divisão horizontal do tipo burguesia — classes populares, há cortes verticais do tipo grande emprêsa monopólica moderna (estatal, privada, com contrôle externo ou interno) e "emprêsa tradicional", isto é, não monopólica nem integrada em grupos econômicos.[31] Êstes cortes verticais incidirão tanto sôbre o comportamento das classes empresariais como

[31] Òbviamente na linguagem "desenvolvimentista-entreguista" será chamada de "emprêsa tradicional", a miúde, a emprêsa não monopolítica controlada nacionalmente, pois os grupos empresariais nacionais são deslocados no processo de acumulação rápida, para os setores de mais baixa produtividade média, embora, tècnicamente nem sempre essas emprêsas possam ser consideradas "tradicionais".

das classes populares, distinguindo, neste último caso, não só o setor operário dos demais setores, como dentro do setor operário, os grupos vinculados com diversos tipos de emprêsas.

Tomando-se em consideração apenas as classes produtoras, torna-se claro que o campo de alianças da frente desenvolvimentista se fragmentou e que o problema da hegemonia dêste sistema de fôrças nas novas condições, assim como o de seus novos componentes, não encontra resposta adequada nos têrmos em que é normalmente colocada quando se pergunta pelas possibilidades políticas da "burguesia nacional" e por sua capacidade de definir os "próprios interêsses". Êstes se diversificaram dentro da "burguesia nacional" e os desdobramentos da política econômica indicam não só a presença ativa de novos "conjuntos de fôrças", como uma reorganização interna no "campo dos aliados".

Assim, com a constituição dos setores industriais de infra-estrutura e com a formação do setores industrialmente decisivos, como os de mecânica pesada, automotriz, etc., sob contrôle estatal e sob contrôle externo, a variável genérica "burguesia nacional" perdeu sentido explicativo. Parte do que pôde ter sido o conjunto real de fôrças que se expressava por êste conceito, se realinhou para enfrentar as novas condições estruturais, buscando apoiar-se em sistemas de alianças compostas por novos *partners*. Consolidada a aliança através da associação com os capitais externos, e da divisão do mercado interno, lançou-se o nôvo sistema à conquista do Estado — excluindo dêle as fôrças populares — e definiu objetivos que propugnam medidas que facilitam a concentração econômica, o desenvolvimento com base na tecnologia ultramoderna, etc...

Seria incorreto supor que a orientação imposta ao desenvolvimento a partir desta perspectiva não coincida com os interêsses da "burguesia nacional". Ao contrário, na reconstituição do sistema de alianças desde a derrubada do govêrno Goulart, viu-se claramente que importantes setores industrial financeiros articularam o golpe e se propuseram à busca de uma posição hegemônica. Atacaram tendo por objetivo uma política de desenvolvimento que permitisse inversões externas e marginasse os setores populares do sistema de decisões, como condição básica para acelerar a formação interna de capitais e assegurar seu contrôle através de grandes unidades produtivas monopólicas:

estrangeiras, nacionais e, eventualmente, estatais. Òbviamente, para êstes grupos o que perde sentido é o enfrentamento antagônico entre burguesia nacional e grupos estrangeiros. A idéia de grande emprêsa internacional, eventualmente quando não preferentemente, associada a grupos internos, substitui na ideologia desenvolvimentista-entreguista, a idéia do monopólio estatal como base de desenvolvimento, predominante na ideologia nacional-populista. Por outra parte, a idéia de "independência econômica" foi substituída pela de "interdependência", que expressa as novas relações interempresariais e dissimula o conteúdo político e econômicamente dependente dessas relações.

Os grupos nacionais que — por condições objetivas ou não, pouco importa para os fins presentes — não participem do nôvo sistema de alianças em têrmos hegemônicos, ou dêle não podem beneficiar-se, tratam de defender-se, ora apelando para as antigas ideologias de desenvolvimento nacional, ora buscando refazer parcialmente a aliança populismo-desenvolvimentismo. Mas não necessàriamente romperão a nova frente orientada pelo objetivo do "desenvolvimento interdependente".

Os rumos futuros de cada setor em que se fragmentou a "burguesia nacional" não podem, òbviamente, ser "deduzidos" da situação estrutural. Serão constituídos històricamente pelas opções concretas que façam e pela reação dos demais setores da sociedade. Os limites da versalidade de cada um dos principais conjuntos concretos constituem a nova situação e estarão dados, porém, por condições objetivas que não importa discutir aqui: o desenvolvimento industrial requer grandes unidades produtivas e acarreta, nos países que se desenvolvem na periferia do sistema capitalista, contradições acentuadas pela multiplicação dos já referidos setores marginais, pela dependência crescente da tecnologia externa e de capitais internacionais, etc... Seria apressado, entretanto, concluir a partir dessas considerações, em forma taxativa, que só uma frente populista desenvolvimentista permitiria o desenvolvimento capitalista, mesmo porque, a fragilidade desta aliança ficou evidenciada neste trabalho. Em conseqüência, é necessário admitir que a "política de entrega" do capitalismo nacional, na medida em que, como em tôda aliança, implica também uma pugna interna, não pode ser explicada como insensatez das burguesias nacionais dos países subdesenvolvidos, *visto o problema do ângulo do interêsse de classes,* que é a

única legítima na orientação prática do comportamento empresarial, e considerando-se objetivamente a situação de classe em um sistema nacional dependente. Mas seria igualmente equivocado generalizar essa posição para o conjunto da burguesia nacional. Êste, como tal, deixa de existir pràticamente, sem que com isso deixem de estar presentes setores principalmente os ligados à produção de bens de consumo imediato — que continuarão a reivindicar, em nome do "capitalismo nacional", um tratamento que não seja o do "cachorro morto".

É evidente entretanto, que são raras as chances estruturais de ação hegemônica do setor "nacionalista" dentro do nôvo sistema de alianças orientado pela idéia de desenvolvimento solidário com os monopólios externos. E, por outro lado, numa eventual reconstituição de um outro sistema de alianças, oposto no anterior, que busque a rearticulação do eixo estatismo-populismo-desenvolvimentismo, é difícil de presumir que o setor industrial nacional possa reivindicar qualquer posição hegemônica.

É forçoso concluir, portanto, que a política de desenvolvimento baseada no impulso dinâmico do setor industrial financeiro da burguesia nacional chegou a seu têrmo, sem que isso signifique necessàriamente que a burguesia industrial venha a estar excluída dos novos sistemas de aliança. Em qualquer hipótese, contudo, cumprirá um papel subordinado na condução do processo de desenvolvimento: como caudatária dos grandes grupos monopólicos, ou como dependente do setor público, no caso de uma eventual alternativa que leva a uma política econômica independente. No primeiro caso, talvez seja logrado o desenvolvimetno industrial, mas a hegemonia burguesa, em têrmos nacionais, terá passado para o museu das ideologias, e com ela a idéia de economia independente. No segundo caso, quiçá se alcance o desenvolvimento nacional, mas a burguesia como fôrça político-social, pertencerá à história do desenvolvimento social.

Relações de Raça no Brasil: Realidade e Mito

FLORESTAN FERNANDES

O Brasil vive, simultâneamente, em várias "idades histórico-sociais". Presente, passado e futuro entrecruzam-se e confundem-se de tal maneira, que se pode passar de um estágio histórico a outro pelo expediente mais simples: o deslocamento no espaço. Ora, a cada estágio histórico corresponde uma situação humana. O observador ingênuo pensa estar num mundo culturalmente homogêneo. E, de fato, certos polarizadores impregnam as situações mais contrastantes de um substrato psicossocial e sócio-cultural comum. Mas, na realidade, cada situação humana organiza-se estrutural e dinâmicamente, como um mundo material e moral com sua feição própria. Sem dúvida, as várias situações humanas possíveis põem à luz, no conjunto, os diferentes padrões de integração sócio-cultural da *sociedade brasileira,* ao longo de sua formação e de sua evolução no tempo e no espaço. Mas, cada uma delas, de *per si,* só pode ser compreendida e explicada através do seu próprio padrão de

integração sócio-cultural e pelo modo dêste vincular-se com as tendências atuantes de modernização daquela sociedade.

Projetadas contra êsse pano de fundo, as relações étnicas ou raciais e o significado da côr na vida humana apresentam-se sob diversas facêtas. Escolhemos o exemplo que nos parece ser o mais indicado para uma caracterização sucinta do que se poderia entender como o *dilema racial brasileiro*. Trata-se da situação do negro e do mulato na cidade de São Paulo. Esta cidade não se singulariza pela alta proporção de negros ou de mestiços de negros e brancos na população global. Ao contrário, sob êsse aspecto conta entre as comunidades urbanas brasileiras em que essa proporção é relativamente baixa. Ela é significativa por outros motivos. De um lado, porque se inclui na última região do Brasil em que a escravidão desempenhou funções construtivas, como alavanca e ponto de partida de um longo ciclo de prosperidade econômica, que se iniciou com a produção e a exportação de café. De outro lado, porque foi a primeira cidade brasileira que expôs o negro e o mulato às contingências típicas e inexoráveis de uma economia competitiva em expansão. Em conseqüência, ela permite analisar, com objetividade e em condições quase ideais, como e porque a velha ordem racial não desapareceu com o término legal do regime de castas, prolongando-se no presente e ramificando-se pelas estruturas sociais criadas graças à universalização do trabalho livre.

Desigualdade Racial e Estratificação Social

O dilema racial brasileiro, na forma em que se manifesta na cidade de São Paulo, lança suas raízes em fenômenos de estratificação social. Tendo-se em vista a estrutura social da comunidade como um todo, pode-se afirmar que, desde o último quartel do Século XIX até hoje, as grandes transformações histórico-sociais não produziram os mesmos proventos para todos os setores da população. De fato, o conjunto de transformações que deu origem à "revolução burguesa", fomentando a universalização, a consolidação e a expansão da ordem social competitiva, apenas beneficiou, coletivamente, os segmentos brancos da população. Tudo se passou, històricamente, como se existissem dois mundos humanos contíguos, mas estanques e com des-

tinos opostos. O *mundo dos brancos* foi profundamente alterado pelo surto econômico e pelo desenvolvimento social, ligados à produção e à exportação do café, no início, e à urbanização acelerada e à industrialização, em seguida. O *mundo dos negros* ficou pràticamente à margem dêsses processos sócio-econômicos, como se êles estivessem dentro dos muros da cidade mas não participassem coletivamente de sua vida econômica, social e política. Portanto, a desagregação e a extinção do regime servil não significou modificação das posições relativas dos estoques raciais em presença na estrutura social da comunidade. O sistema de castas foi abolido legalmente. Na prática, porém, a população negra e mulata continuou reduzida a uma condição social análoga à preexistente. Em vez de ser projetada, em massa, nas classes sociais em formação e em diferenciação, viu-se incorporada à "plebe", como se devesse converter-se numa camada social dependente e tivesse de compartilhar de uma "situação de casta" disfarçada. Daí resulta que a desigualdade racial manteve-se inalterável, nos têrmos da ordem racial inerente à organização social desaparecida legalmente, e que o padrão assimétrico de relação racial tradicionalista (que conferia ao "branco" supremacia quase total e compelia o "negro" à obediência e à submissão), encontrou condições materiais e morais para preservar-se em bloco.

Os fatôres principais dêsse processo de demora sócio-cultural já são bem conhecidos. Numa visão retrospectiva e sintética, os aludidos fatôres podem ser agrupados em quatro constelações histórico-sociais sucessivas (mas interdependentes): 1.º) as tendências assumidas pela transformação global da comunidade; 2.º) o caráter sociopático das motivações que orientam o ajustamento do "negro" à vida na cidade e natureza anônima das formas de associação que puderam desenvolver; 3.º) a inocuidade da reação direta do negro e do mulato contra "a marginalização da gente negra"; 4.º) o aparecimento tardio e débil de correções pròpriamente estruturais do padrão herdado de desigualdade racial.

Na primeira constelação, devemos considerar três grupos de fatôres histórico-sociais. Primeiro, a cidade de São Paulo não repete o padrão tradicional de desenvolvimento geográfico e sócio-econômico de outras cidades brasileiras, que se expandiram sob a égide da exploração do trabalho escravo. A inclusão

de São Paulo na órbita da economia colonial brasileira (baseada na exportação de produtos tropicais), ocorreu tardiamente. Só com a produção de café no "Oeste Paulista" e graças à intensificação progressiva da exportação dêsse produto ganhou a cidade condições para deixar de ser burgo rústico e para contar com fontes regulares de prosperidade econômica. Por isso, sòmente a partir do último quartel do Século XIX ela sofre modificações que a convertem pròpriamente em cidade, ao estilo de outros agregados urbanos da época. Êsse fator tem grande importância. Os centros urbanos provocavam certas necessidades especiais, que ampliavam a divisão do trabalho social. Nêles surgiam ocupações que alargavam a área de atividade construtiva do escravo e outras que abriam oportunidades aos libertos. Êstes desfrutavam, nas regiões urbanas, de oportunidades econômicas que lhe permitiam integrar-se na estrutura ocupacional das cidades e que forçavam os brancos a terem interêsse pelo seu adestramento e aproveitamento em tal área. Pode-se verificar como êsse mecanismo se manifestava em cidades como São Salvador, Recife ou Rio de Janeiro, nas quais as populações negra e, principalmente, mestiça logravam a aquisição de um nicho relativamente vantajoso na organização ecológica e econômica daquelas comunidades. A inclusão tardia da cidade de São Paulo no núcleo da economia colonial brasileira representou uma desvantagem para a população negra e mestiça da mesma, tanto escrava quanto liberta. Isso porque o início da expansão econômica coincide com a concentração crescente de imigrantes de origem européia e com a crise do próprio regime servil. Poucos negros e mulatos puderam aproveitar as oportunidades com que contariam em outras circunstâncias, e que lhes permitiriam converter-se em artesãos, pequenos comerciantes, etc. No momento da Abolição (1888), estavam distribuídos nas ocupações menos desejáveis e compensadoras, pois as oportunidades melhores haviam sido monopolizadas e absorvidas pelos imigrantes. Segundo, o movimento abolicionista e todo o processo de desagregação do regime servil assumiram, como teria de acontecer fatalmente, o caráter de uma insurreição dos próprios brancos contra a ordem escravista e senhorial. Esta embaraçava o desenvolvimento sócio-econômico das regiões prósperas do País e sufocava a expansão do capitalismo. Ainda que o abolicionismo adquirisse o teor de

um movimento humanitário, sua mola revolucionária residia nos interêsses e valôres sociais prejudicados por causa da vigência da escravidão. Doutro lado, os negros e os mulatos se inseriam nessa insurreição como "objeto" e mera "massa de manobra". Êles não puderam projetar nela os seus anseios ou necessidades mais diretas e, com raras exceções, ficaram relegados aos papéis secundários. Assim, o que se poderia chamar de uma "consiência abolicionista" era antes um patrimônio dos próprios brancos, que lideravam, organizavam e ao mesmo tempo continham a insurreição dentro de limites que convinham à "raça" dominante. Êsse quadro geral produziu dois efeitos negativos ou limitativos. Quanto aos brancos, favoreceu um processo paradoxal: na fase aguda das transformações, a liderança do processo passou para as mãos dos círculos mais conservadores, empenhados em atender aos interêsses sociais, econômicos e políticos dos grandes fazendeiros. Embora se negassem a conceder aos fazendeiros qualquer indenização pelas perdas financeiras, decorrentes da Abolição, ignoraram por completo a necessidade de pôr em prática medidas que assegurassem um mínimo de proteção ao escravo ou ao liberto e concentraram todo o esfôrço construtivo numa política que garantisse a rápida substituição da mão-de-obra escrava. Por essa razão, no fim do Império e no início da República, o principal traço da política governamental provinha do fomento da imigração por todos os meios viáveis. Quanto ao negro, com a Abolição perdeu os liames humanitários que o prendiam aos brancos radicais ou inconformistas e deixou de formar uma consciência social própria da situação. Como foi mais tutelado que agente do processo revolucionário, não tinha uma visão objetiva e autônoma dos seus interêsses e possibilidades. Converteu a liberdade num fim em si e para si, sofrendo com a destituição uma autêntica espoliação — a última pela qual a escravidão ainda seria responsável. A "explosão de alegria" logo iria ter um travo de fel; mas, a dignidade do "homem livre" parecia valer mais que qualquer outra coisa e, de imediato, o "negro" dedicou-se intensamente ao afã de usufruir um dom que, no passado, o excluíra da condição humana. Terceiro, a "revolução burguesa" pràticamente baniu o "negro" da cena histórica. Ela se desenvolveu em tôrno de duas figuras: o fazendeiro de café, que viu seus papéis sociais e econômicos se diferenciarem graças ao crescimento econômico

provocado pelos "negócios do café" e à expansão urbana; e o imigrante, que se apropriava tenazmente de tôdas as oportunidades novas, ao mesmo tempo em que eliminava o "negro" das poucas posições compensadores que êle alcançara no artesanato e em alguns ramos do pequeno comércio. Por isso, o "negro" não ficou apenas à margem dessa revolução. Foi selecionado negativamente, precisando contentar-se com aquilo que, daí por diante, seria conhecido como "serviço de negro": trabalhos incertos ou brutos, tão penosos quão mal remunerados. Em conseqüência, achou-se numa estranha situação. Enquanto a prosperidade bafejava tôdas as demais camadas da população, o "negro" sentiu-se em apuros até para manter ou conquistar as fontes estáveis de ganho mais humildes e relegadas.

Quanto à segunda constelação, devemos considerar cinco grupos de fatôres mais significativos.

1.º O negro não fôra adestrado prèviamente, como *escravo* ou *liberto,* para os papéis sócio-econômicos do trabalhador livre. Por isso, não possuía nem treino técnico, nem a mentalidade nem a autodisciplina do assalariado. Ao ver-se e sentir-se *Livre,* queria ser literalmente tratado como *Homem,* ou seja, como "alguém que é senhor do seu nariz". Tais disposições redundaram em desajustamentos fatais para o negro e o mulato. De um lado, os empregadores brancos se irritaram sobremaneira com as atitudes e os comportamentos dos ex-escravos. Êstes usaram predatòriamente a liberdade. Supunham que, se eram "livres", podiam trabalhar como, quando e onde preferissem. Tendiam a afastar-se dos encargos do trabalho quando dispunham de recursos suficientes para se manter em ociosidade temporária; e, em particular, mostravam-se muito ciosos diante de admoestações, advertências ou repriendas. Alegando que "eram livres" ou que "o tempo da escravidão já acabou" pretendiam uma autonomia que se chocava fundamentalmente com o regime de trabalho assalariado. Êsses desentendimentos seriam, naturalmente, transitórios. Mas, como havia relativa abundância de mão-de-obra, em virtude do volume atingido pela imigração, os empregadores agiram de forma intolerante, demonstrando notável incompreensão diante do negro e do mulato. Pareciam-lhes que êstes evidenciavam "falta de responsabilidade" e que os negros seriam "imprestáveis" ou "intratáveis" fora do "jugo

da escravidão". De outro lado, o próprio negro pôs a liberdade acima de tudo, como se ela fôsse um valor intocável e absoluto. Por falta de socialização prévia, não sabia avaliar corretamente a natureza e os limites das obrigações decorrentes do contrato de trabalho. Êste era visto como se perpetuasse a escravidão por outros meios e como se, ao vender sua fôrça de trabalho, o trabalhador vendesse, simultâneamente, a sua pessoa. Daí resultou um desajustamento verdadeiramente estrutural, agravado pelo fato de suas oportunidades de trabalho serem as piores e de existir dois níveis de retribuição, com o que se degradava o salário do trabalhador negro.

2.º A abundância de mão-de-obra com melhor qualificação, como produto da imigração intensiva, concorreu para modificar ràpidamente a mentalidade dos empregadores e suas propensões, mesmo a respeito da seleção dos trabalhadores agrícolas. Antes, o negro era representado como o único agente de trabalho possível, pelo menos com relação aos serviços degradados pela escravidão. Havia, por isso, relativa tolerância diante de suas deficiências e real preocupação em corrigí-las, como fôsse possível. Ao se evidenciar que êle podia ser substituído, inclusive com alguma facilidade nas regiões prósperas, e que seu substituto era "mais inteligente", "mais eficiente" e "mais laborioso" (ou "industrioso"), aquelas disposições desapareceram. Portanto, de uma hora para outra o negro viu-se condenado como agente de trabalho, passando da categoria de agente privilegiado para a de agente refugado, num momento em que êle próprio elevava suas exigências morais e se tornava intransigente. De maneira quase automática, foi confinado à periferia do sistema de produção, às ocupações indesejáveis, mal retribuídas e socialmente degradadas.

3.º A escravidão despojou o negro de quase tôda sua herança cultural e socializou-o tão sòmente para papéis sociais confinados, nos quais se realizava o desenvolvimento da personalidade do escravo e do liberto. Como conseqüência, a Abolição projetou-o na esfera dos "homens livres" sem que êle dispusesse de recursos psicossociais e institucionais para ajustar-se à nova posição na sociedade. Não conhecia nem podia pôr em prática nenhuma das formas sociais de vida organizada, de que desfrutavam, normalmente, os brancos, (inclusive a família e os tipos de cooperação ou de solidariedade que ela condicionava

socialmente). Para usufruir os direitos do *Homem Livre* precisava despojar-se de sua segunda natureza, constituída enquanto e como escravo ou liberto, e absorver as técnicas sociais que faziam parte do "mundo dos brancos". Fixando-se na cidade de São Paulo, onde a urbanização rápida e o crescimento industrial acelerado provocaram a expansão intensa da ordem social competitiva, essa lacuna de origem especìficamente sócio-cultural iria erigir-se numa barreira intransponível. A incapacidade de lidar eficazmente (ou de qualquer modo) com as referidas técnicas sociais impediu o ajustamento às condições de vida imperantes na cidade, colocando o negro à margem da história, como se lhe fôssem vedadas as oportunidades crescentes, sôfregamente aproveitadas pelos imigrantes e pelo trabalhador branco de extração nacional.

4.º Em seguida à Abolição, a população negra converteu-se numa população altamente móvel. Muitos componentes dessa população, mais ou menos ajustados à vida na cidade, deslocaram-se para o interior de São Paulo ou refluíram para outras regiões do País (o Nordeste e o Norte principalmente, de onde procediam). Ao mesmo tempo, levas sucessivas de negros e mulatos aninhavam-se como podiam nos porões e nos cortiços da Capital. No conjunto, as perdas foram amplamente compensadas pelos ganhos, mas com nítida concentração de pessoas rústicas num ambiente que exigia certas qualidades intelectuais e morais, requeridas pelo trabalho assalariado e pela competição econômica. De *per si* desajustada, essa população tinha de viver de expedientes, de salários insuficientes e apinhada em alojamentos (que outra coisa não eram os porões e os cortiços em que habitavam) que não comportavam os moradores. O único elemento dessa população que contava com emprêgo assalariado mais ou menos certo era a mulher, que podia dedicar-se aos serviços domésticos. De modo que se tornou, ràpidamente, o esteio dos agrupamentos domésticos, já que dela provinha o sustento parcial ou total da casa, a roupa e a comida do marido ou do amásio e até o dinheiro com que êstes enfrentavam as pequenas despesas. O ócio do homem, que de início era um produto da contingência e um protesto digno, transformou-se bem depressa, em proporções consideráveis, numa forma cavilosa e sociopática de exploração de um ser humano por outro. Além disso, três quartas partes da população negra e mestiça

da cidade submergiram numa dolorosa era de miséria coletiva, de degradação moral e de vida social desorganizada. O abandono do menor, do doente ou do velho, a "mãe solteira", o alcoolismo, a vadiagem, a prostituição, a criminalidade ocasional ou sistemática repontaram como dimensões normais de um drama humano sem precedentes na história social do Brasil. Nessas condições, o negro não tinha elementos para cultivar ilusões, sôbre o presente ou sôbre o futuro. E ainda acumulava pontos negativos, pois o branco percebia e explicava etnocêntricamente os aspectos dessa situação de que tomava conhecimento, através de cenas deprimentes ou do noticiário dos jornais, imputando ao próprio negro a "culpa" pelo que ocorria (como se o negro "não tivesse ambição", "não gostasse de trabalhar", "fôsse bêbedo inveterado", "tivesse propensão para o crime e a prostituição", e "não fôsse capaz de dirigir sua vida sem a direção e o jugo do branco"). Contudo, o drama em si mesmo não comoveu os brancos nem foi submetido a contrôle social direto ou indireto; só serviu para degradar ainda mais a sua vítima no consenso geral.

5.º O negro e o mulato não dispunham de técnicas sociais que lhes facultassem o contrôle eficiente de seus dilemas e a superação rápida dessa fase de vida social anônima. Por sua vez as demais camadas da comunidade não revelaram nenhuma espécie de piedade ou de solidariedade diante do drama material e moral do negro, enquanto a própria comunidade como um todo nada podia fazer, já que não dispunha de uma rêde de serviços sociais suficientemente complexos para resolver problemas humanos tão graves. A miséria associou-se à anomia social, formando uma cadeia de ferro que prendia o negro, coletivamente, a um destino inexorável. À degradação material correspondia a desmoralização moral: o negro entregava-se a êsse destino, sob profunda frustração e insuperável apatia. Logo se difundiu e implantou um estado de espírito derrotista, segundo o qual "o negro nasceu para sofrer", "vida de negro é assim mesmo", "não adianta fazer nada" etc... O único ponto em que o negro não cedia, relacionava-se com a teimosa permanência na cidade. Como se fôsse um pária da era moderna, aceitava passiva e conformadamente o pêso da desgraça e os dias incertos que o futuro lhe reservasse.

Na terceira constelação, devemos considerar as causas e os efeitos dos movimentos sociais, que se constituíram no meio negro de São Paulo. Nenhum agregado humano poderia suportar, de modo totalmente inerte, uma situação como a população negra e mulata enfrentou naquela cidade. Aos poucos, foram-se esboçando e criando fôrça algumas tímidas tentativas de crítica e autodefesa. Entre 1925 e 1930, essas tentativas tomaram corpo e produziram seus primeiros frutos maduros, expressos numa imprensa negra, empenhada em difundir formas de autoconsciência da situação racial brasileira e do "abandono do negro", e também em organizações dispostas a levar o "protesto da gente negra" ao terreno prático. Pela primeira vez na história social da cidade, negros e mulatos coligavam-se para defender os interêsses econômicos, sociais e culturais da "raça", buscando formas de solidariedade e de atuação social organizada que redundassem em benefício da reeducação do negro, na elevação progressiva de sua participação no nível da renda, no estilo de vida e nas atividades políticas da coletividade e, por conseguinte, de sua capacidade em converter-se em *cidadão,* segundo os modelos impostos pela sociedade inclusiva. No entanto, os movimentos sociais só conseguiram atrair pequenas parcelas da população negra e mulata da Capital. Malgrado seu alcance construtivo, o conformismo, a apatia e a dependência em relação aos brancos, os movimentos não serviram senão para criar um marco histórico e redefinir as atitudes ou os comportamentos de negros e mulatos. Desmascarando a ideologia racial dominante, êles elaboraram uma contra-ideologia racial que aumentou a área de percepção e de consciência da realidade racial brasileira por parte do negro. Doutro lado, acentuando certas tendências igualitárias fundamentais, levaram o negro a empunhar a bandeira da democracia racial, exigindo para si condições equitativas de participação do nível de renda, do estilo de vida e das prerrogativas sociais das outras camadas da comunidade. Como as reivindicações eclodiam de forma pacífica, não germinaram disposições de segregação racial e não alimentaram tensões ou conflitos de caráter racial. Nesse sentido, foram socialmente construtivas difundindo novas imagens do negro, recalibrando sua maneira de resolver seus problemas; e tentando absorver as técnicas sociais ou aproveitar as oportunidades econômicas de que desfrutavam os brancos. Responde-

ram literalmente as exigências da ordem social competitiva, afirmando-se como o único processo pelo qual a população negra da Capital tentou ajustar-se, coletivamente, às exigências histórico-sociais do presente. Não obstante, tais movimentos, com os objetivos que êles colimavam, não repercutiram construtivamente entre os brancos. Êstes se mantiveram indiferentes diante dêles, erguendo um muro de indiferença e de incompreensão, que anulou sua eficácia prática, impedindo que contribuíssem, de fato, para ajustar o sistema de relações raciais à ordem social competitiva. Além disso, os círculos mais influentes, imbuídos de atitudes e avaliações tradicionalistas, reinterpretaram os movimentos sociais surgidos no meio negro como um "perigo" e como uma "ameaça" (como se êles introduzissem o *problema racial* no País). Alguns defendiam o ponto de vista de que, se a "negralhada ficasse à vontade", depois "ninguém conseguiria conter essa gente". Por volta do Estado Nôvo (1937-45), os movimentos foram proscritos legalmente, sendo fechada a Frente Negra Brasileira, principal organização aparecida no referido período. Esboçaram-se, com a extinção do Estado Nôvo, entre 1945 e 1948, algumas tentativas de reorganização daqueles movimentos. Mas tôdas falharam redondamente, pois os negros e mulatos em ascensão social passaram a dar preferência a uma estratégia estreitamente egoísta e individualista de "solução do problema do negro". No fundo, a inexistência de mecanismo de solidariedade racial privou o meio negro da lealdade e da colaboração altruística das ralas elites que saíram de seus quadros humanos. Num plano mais geral, porém, isso significa que a contribuição que os movimentos sociais poderiam dar à modernização do sistema tradicional de relações raciais ficou comprometida e neutralizada. A adaptação daquele sistema à situação histórico-social imperante na Cidade depende, agora, se não surgirem alterações, dos efeitos lentos e indiretos da absorção gradual do negro e do mulato à ordem social vigente.

Na quarta constelação, devemos considerar como a expansão da ordem social competitiva repercutiu, a curto têrmo, na graduação das oportunidades econômicas conferidas aos negros e mulatos. No período imediatamente posterior à Abolição, as oportunidades foram monopolizadas pelos brancos das antigas camadas dominantes e pelos imigrantes. Um levantamento estatístico, realizado na cidade, em 1893, indica de modo bem

claro essa tendência. Assim sôbre 170 capitalistas, 137 eram nacionais (80,5%) e 33 estrangeiros (19,4%). Sôbre 740 proprietários, 509 eram nacionais (69%) e 231 estrangeiros (31%). Em certas profissões conspícuas, tradicionalmente controladas pelas altas elites locais, o estrangeiro só aparece esporàdicamente. Isso acontecia, por exemplo, com a magistratura e a advocacia. Mas, em outras profissões, mais ligadas ao progresso técnico, os estrangeiros repontam em proporções significativas. É o que se pode inferir, por exemplo, de profissões como a de engenheiros (127 nacionais para 105 estrangeiros), de arquitetos (23 nacionais para 34 estrangeiros), de agrimensores (10 nacionais para 11 estrangeiros), de profissões (274 nacionais para 129 estrangeiros), etc... Entre o chamado "pessoal das indústrias" o imigrante aparece pràticamente como o agente privilegiado. Excetuando-se as ocupações agrícolas, nas quais o elemento nacional predominava (pois entrava com 1.673, ou 68%, contra 783 estrangeiros, ou 32%), nas demais áreas, urbanização equivalia, de fato, a europeização. Eis os exemplos mais relevantes: serviços domésticos, 5.878 nacionais (41,6%) para 8.226 estrangeiros (58,3%); atividades manufatureiras, 774 nacionais (21%) para 2.893 estrangeiros (79%); trabalhos de artesãos e artífices, 1.481 nacionais (14,4%) para 8.760 estrangeiros (85,5%); atividades de transportes e conexos, 1.998 nacionais (28,3%) para 6.776 estrangeiros (71,6%). Tendo-se em vista tais atividades, em média 71,2% das ocupações estavam sob contrôle dos estrangeiros. Como, por outras informações esparsas, fica-se sabendo que era mínima a participação do negro nesse quadro ocupacional, especialmente nos trabalhos qualificados e semiqualificados, tem-se por aí uma pista indireta muito significativa. O desenvolvimento econômico posterior da cidade corrigiu essa situação, mas de maneira quase insignificante. De fato, só posteriormente a 1935, com a intensificação das migrações internas, a "fome de braços" aumentou acentuadamente as oportunidades ocupacionais da população negra e mulata. A modificação foi, entretanto, mais quantitativa que qualitativa. Um maior número de pessoas daquela população passou a ter alguma facilidade na obtenção de fontes estáveis de ganho, embora tal coisa continue a dar-se, predominantemente, na esfera dos serviços menos qualificados e mal pagos. Um levantamento que fizemos,

em 1951, revela que o negro está encontrando, em nossos dias, o ponto de partida que poderia desfrutar no período da desagregação do regime servil, se não esbarrasse na competição do imigrante. Na amostra estudada, escolhida ao acaso entre homens e mulheres, descobrimos que 29% dos negros e mulatos distribuíam-se por ocupações artesanais; e 21% empregavam-se em serviços domésticos. Quanto a outras atividades, as seguintes indicações podem dar uma clara idéia da situação: em serviços públicos, como bedéis, serventes e escriturários, predominantemente, 9%; na indústria, boa parte como encarregados de serviços brutos ou semiqualificados, 8%; em serviços de escritórios, poucos como datilógrafos, correspondentes ou contadores, 7%; no comércio, apenas alguns como balconistas ou chefes de seção, 4%; etc. Em suma, o quadro se alterou, mas muito pouco. O negro ainda se acha numa posição muito desvantajosa na pirâmide ocupacional e possui fracas possibilidades de corrigir essa situação no futuro próximo.

Não obstante o caráter pessimista das conclusões que tais dados possibilitam, em conjunto, as alterações decorrentes são de grande significação. A aquisição de fontes estáveis de ganho, não importa em que condição, ofereceu ao negro e ao mulato meios de integração na estrutura ocupacional e, em conseqüência, uma situação favorável à absorção gradativa das técnicas sociais anteriormente monopolizadas pelo branco. Doutro lado, conquistaram simultâneamente um patamar para a classificação ocupacional e a competição com o branco, que abre alguns canais de mobilidade social vertical à população negra e mestiça. Não só os negros e os mulatos podem "pertencer ao sistema"; também já podem "lutar para subir", ou seja, para "melhorar a posição no sistema". Por ralas e débeis que sejam, as "elites de côr" ou as "classes médias de côr" aparecem como uma realidade nova, e terão chances de aumentar contìnuamente, mantidas as atuais condições sócio-econômicas.

As quatro constelações de fatôres atuam na mesma direção e produzem efeitos sócio-dinâmicos da mesma natureza. Êles mantêm a desigualdade racial em níveis e segundo um padrão sócio-cultural estranho à ordem social competitiva e a uma sociedade multi-racial democrática. Como se o passado se reproduzisse contìnuamente no presente, a concentração racial

da renda, do prestígio social e do poder engendra um arcabouço social que nada (ou muito pouco) ostenta de competivo, de igualitário e de democrático em suas linhas raciais. Os brancos desfrutam de uma hegemonia completa e total, como se a ordem social vigente fôsse, literalmente, uma combinação híbrida do regime de castas e do regime de classes. No que diz respeito à integração do branco ao sistema de relações sociais, só o último regime possui vigência plena. Quando se trata do negro ou do mulato, porém, os dois regimes se combinam de formas variáveis, sempre fazendo com que influências arcaicas operem livremente, revitalizando de modo extenso e profundo uma ordem racial que já deveria ser uma relíquia histórica.

Preconceito e Discriminação nas Relações Raciais

Êsse pano de fundo pode passar por um "fenômeno natural". Ocorre, porém, que êle favorece a perpetuação e sob certos aspectos, a revitalização do padrão tradicionalista e assimétrico de relações raciais. Êsse padrão manteve-se por assim dizer intacto até 1930, aproximadamente, ou seja, meio século após a Abolição! E, ainda hoje, não se poderia dizer que tenha entrado em crise irreversível ou que esteja em vias de superação. Êle se preserva parcialmente, mas encontra reforços contínuos na extrema desigualdade da situação econômica e do destino social dos dois estoques "raciais" em presença. A alternativa do desaparecimento final dêsse padrão de relação racial só se concretizará històricamente a partir do momento em que a população negra e mestiça da cidade consiga, em bloco, situações de classe equivalentes às que são desfrutadas pela população branca. O que significa o mesmo que admitir que isso sucederá quando a ordem social competitiva estiver despojada das inconsciências econômicas, sociais e culturais que se objetivam em tôrno das tendências de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder.

Em têrmos gerais, o busílis do "dilema racial brasileiro" — tal como pode ser caracterizado sociològicamente, através de uma situação histórico-social de contato como a que predomina na cidade de São Paulo — reside mais no desequilíbrio existente entre a estratificação racial e a ordem social vigente, que

em influências etnocêntricas específicas e irredutíveis. No entanto, o padrão de relação racial tradicionalista continha influências sócio-dinâmicas etnocentristas. E elas não desapareceram. Continuam fortes e atenuantes graças ao arcabouço social que preserva uma concentração racial da renda, do prestígio social e do poder mais representativo de uma "sociedade de castas", que de uma "sociedade de classes".

Para os fins desta exposição, bastaria considerar alguns aspectos cruciais dessa complexa situação. O preconceito e a discriminação surgiram na sociedade brasileira como uma contingência inelutável da escravidão. Os mores católicos proscreviam a escravidão do homem pelo homem. Além disso, impunham ao senhor como obrigação fundamental, o dever de levar sua fé e a salvação ao escravo, o que os igualaria perante Deus. Para evadir-se de tais obrigações ou torná-las inócuas, apelou-se para um processo aberrante de racionalização sócio-cultural, que converteu a própria escravidão numa relação aparentemente piedosa e misericordiosa. O escravo seria um *bruto,* um ser entre as fronteiras do paganismo e da animalidade, cuja existência e sobrevivência resultavam de uma responsabilidade assumida generosamente pelo senhor. Por conseguinte, à condição de escravo seria inerente uma degradação total, que afetaria por completo sua natureza biológica e psicológica. Como criatura "subumana", aparecia como "inferior" e "dependente", impondo-se correlatamente a condição social de senhor como um encargo material e moral. Tais racionalizações, penosamente requeridas pelos mores religiosos, eram duramente reforçadas por instituições tomadas ao Direito Romano, que excluíam o escravo da condição de pessoa e conferiam ao senhor um poder quase ilimitado. Nessa conexão de sentido, o preconceito contra o negro e o seu descendente mestiço (pois a condição de coisa se transmitia pela mãe: *partus sequitur ventrem*) configurava-se, socialmente, como uma entidade moral. As marcas raciais possuíam, nesse contexto, um papel secundário ou adjetivo, porque elas apenas serviam para indicar ostensivamente, como se fôssem um ferrête, os portadores da condição degradante e infamante de escravo e, mais tarde, de liberto. No fundo, portanto, o preconceito, que se tornava racial por uma contingência das origens biológicas dos escravos, preenchia uma função racionalizadora. Cabia-lhe legitimar o que era social-

mente ilegitimável. Graças a êle, o senhor podia lidar liberalmente com os mores de sua cultura e justificar-se moralmente perante a sua consciência religiosa e o consenso geral.

A discriminação, por sua vez, emergia e objetivava-se socialmente como requisito institucional da relação senhor-escravo e da ordem social correspondente. Como o fundamento da distinção entre o senhor e o escravo procedia de sua condição social (e, portanto, de sua posição recíproca), a discriminação se elaborou, primàriamente, como um recurso para distanciar socialmente categorias raciais coexistentes e como um meio para ritualizar as relações ou o convívio entre o senhor e o escravo. Palavras, gestos, roupas, alojamento, alimentação, ocupações, recreação, ações, aspirações, direitos e deveres, tudo caiu no âmbito dêsse processo, que projetou a convivência e a coexistência numa separação extrema, rígida e irremediável de duas categorias sociais que eram, ao mesmo tempo, dois estoques raciais. Além disso, os escravos formavam a massa da população, uma maioria potencialmente perigosa e, se pudesse explodir, incontrolável. Eram assim, percebidos, e representados como "inimigos da ordem" pública e privada. Para mantê-los sob o jugo senhorial e na condição de escravo, acrescentava-se a violência como meio normal de repressão, de disciplina e de contrôle. Nesse amplo contexto, não só as dimensões humanas do escravo como "pessoa" foram ignoradas. Firmou-se o hábito inflexível de colocá-lo e de mantê-lo em seu lugar, de reforçá-lo violenta ou brandamente à obediência e à passividade. Em suma, diferenciaram-se dois mundos sociais distintos e opostos, entre dois estoques raciais que partilhavam de culturas diferentes e possuíam destinos sociais antagônicos. Êsses pontos precisam ser retidos claramente, se se quiser entender a situação de contato racial imperante no Brasil. As fontes de distinção e de separação não eram primàriamente raciais. Mas, convertiam-se em tal, na medida em que atrás do *senhor* estava o "branco" e, por trás do *escravo,* ocultava-se o "negro" ou o "mestiço".

É importantíssimo mencionar êsses fatos. De um lado, porque esclarecem as origens sociais remotas do preconceito e da discriminação raciais no Brasil. De outro, porque delimitam as funções sociais que o preconceito e a discriminação raciais preenchiam na sociedade brasileira do passado. Um, servia para legitimar comportamentos e instituições moralmente proscritos.

Outro, para regular o convívio interracial, submetendo tôdas as suas manifestações, mesmo as mais íntimas, a um código ético verdadeiramente inflexível na preservação da distância econômica, social e cultural existente entre o senhor e o escravo. Isso sugere que, a partir de suas origens mais longínquas, o preconceito e a discriminação possuem duas facêtas. Uma, evidente, é estrutural e dinâmicamente social. O senhor e o escravo relacionam-se e opõem-se como categorias sociais. Tanto o preconceito quanto a discriminação vinculam-se, fundamentalmente, com a estrutura e o funcionamento de uma sociedade de castas, na qual a estratificação racial respondia aos princípios de integração econômica e sócio-cultural da organização social. Outra, menos aparente e dissimulada, é de cunho racial. Os senhores eram extraídos do estoque racial branco e, em nome de seus interêsses e valôres sociais, exerciam uma dominação social que era, ao mesmo tempo, uma dominação racial. O mesmo acontecia com os escravos, selecionados no estoque racial negro ou entre mestiços, sem interêsses sociais autônomos e sujeitos a uma dominação social que era, ao mesmo tempo, uma dominação racial.

A estratificação social pressupunha, pois, uma estratificação racial e a ocultava. Como uma era inerente à outra, pode-se admitir a existência de um paralelismo fundamental entre "côr" e "posição social". No limite histórico externo, fornecido pela ordem social escravista e senhorial, os princípios raciais como que se diluíam e desapareciam por trás dos princípios sociais de integração da ordem social. Mas, a análise pode desfazer essa aparência, evidenciando as duas facêtas da correlação entre "estrutura social" e "estrutura racial" da sociedade. Doutro lado, em outras polarizações êsse paralelismo deixa de ser tão completo e as coisas ficam evidentes por si mesmas. A importância da cidade de São Paulo, como caso crucial para estudo do tema, consiste em que ela permite observar as várias polarizações sucessivas dêsse paralelismo, desde a desagregação final do *antigo regime* e a função da sociedade de classes.

Pondo-se de lado a era da escravidão, que não nos interessa de imediato nesta análise, temos diante de nós três problemas marcantes. O primeiro, diz respeito à fase de transição, em que o padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial subsiste inalterado. O segundo, refere-se ao que acontece quan-

do a ascensão social do negro provoca alguma espécie de ruptura no paralelismo entre "côr" e "posição social". O terceiro, relaciona-se com a existência ou não de probabilidades de incorporação do referido paralelismo ao regime de classes sociais, o que redundaria na absorção da desigualdade racial pela ordem social competitiva em expansão.

O primeiro problema pode ser ilustrado com o que ocorreu em São Paulo entre 1888, data da Abolição, e 1930, aproximadamente. Nas condições apontadas acima, de exclusão quase completa da vida econômica ativa, de desorganização social e de apatia, as populações negra e mestiça pràticamente permaneceram num *status* equivalente ao de libertos na ordem social escravista e senhorial. O padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial foi transferido em sua quase totalidade para a nova situação histórico-social, como se a alteração do estatuto jurídico do negro e do mulato não se refletisse em suas prerrogativas sociais. Por sua vez, êles se acomodavam passivamente às atitudes e aos comportamentos preconceituosos ou discriminativos do branco, chegando, até, a se desorientarem quando êste agisse de forma diversa (digamos: "igualitária" ou "democrática"). Ao mesmo tempo, os brancos, principalmente das camadas altas ou em ascensão social, toleravam muito mal outro tipo de reação por parte do negro e do mulato. Revelavam notável incompreensão e extrema intransigência diante daqueles que "saíssem da linha", pretendendo tratar os brancos como se "fôssem gente de sua laia". Portanto, não era só o padrão tradicionalista de relação racial que se mantinha em vigor. Tôda a estrutura social que o suportava, a ideologia racial que lhe dava sentido e as funções sociais que êle preenchia preservavam-se com plena vitalidade no plano das acomodações raciais.

Êsses fatos são deveras significativos do ponto de vista sociológico. Indicam duas coisas essenciais. Primeiro, que as inovações que afetam o padrão de integração da ordem social nem por isso repercutem, de modo direto, imediato e profundo, na ordenação das relações raciais. Onde persiste o mundo tradicionalista brasileiro, é inevitável que sobreviva, mais ou menos forte, o paralelismo entre "côr" e "posição social", ainda que os agentes humanos envolvidos neguem essa realidade. Segundo, o preconceito e a discriminação raciais não emergem como subprodutos históricos da alteração legal do *status* social

do negro e do mulato. Ao contrário, a persistência de ambos constitui um fenômeno de demora cultural: atitudes, comportamentos e valôres do regime social anterior são transferidos e mantidos, na esfera das relações raciais, em situações histórico-sociais em que êles entram em choque aberto com os fundamentos econômicos, jurídicos e morais da ordem social vigente. É preciso que se note, neste passo, que as manifestações de preconceito e de discriminação raciais nada têm que ver com as ameaças por ventura criadas pela concorrência ou pela competição do negro com o branco, nem com o agravamento real ou potencial das tensões raciais. Elas são expressões puras e simples de mecanismos que mantiveram, literalmente, o passado no presente, preservando a desigualdade racial ao estilo da que imperava no regime de castas. Isso significa, naturalmente, que onde o tradicionalismo se perpetua incólume, na esfera das relações raciais — por mais que se propague o contrário — êle acarreta a sobrevivência tácita do paralelismo entre "côr" e "posição social".

O segundo problema merece maior atenção. Em dadas circunstânciais, o negro e o mulato podiam sair da própria pele na ordem social escravista e senhorial. Todavia, sob a condição de que se incorporassem ao núcleo legal da família branca ou que fôssem aceitos como seus prepostos, apaniguados, protegidos, etc. Nesse caso, o indivíduo como que perdia, parcialmente, sua identidade racial, e como que adquiria, também parcialmente, a identidade social da família a que passava a dever sua lealdade. Não se pode afirmar, como pensam muitos, que semelhante alternativa acarretasse uma correção completa e definitiva da "côr" pela "posição social". Ao que parece, alargava-se, algumas vêzes consideràvelmente, o âmbito de aceitação e de atuação sociais da "pessoa de côr" no meio branco. Contudo, para muitos efeitos, o indivíduo precisava saber guardar as aparências, mantendo-se "em seu lugar" quando fôsse necessário e desenvolvendo uma verdadeira política de sedução sistemática dos ânimos daqueles brancos diante dos quais devia transigir incondicionalmente. Aí se equaciona um tipo de ascensão social que se poderia chamar de infiltração social pròpriamente dita. Através dêle, abria-se uma válvula de mobilidade social vertical que, ao premiar o "mulato de talento" ou o "negro notável", produzia uma contínua e inexorável acefali-

zação no seio da "população de côr". Tal mecanismo, não obstante, além de abranger números reduzidos de personalidades, em nada contribuía para alterar a situação racial ou para modificar a imagem do negro feita pelo branco. Os personagens, selecionados por seus dotes singulares, eram manipulados como "a exceção que confirma a regra". O que êles fizessem de excepcional, não beneficiava a sua "raça"; era tido como algo que traía a influência ou a herança psicobiológica e social do branco. Dizia-se, a respeito dêles: "negro de alma branca", "negro só por fora", "é branco por dentro" "nem parece negro", etc. Simultâneamente se falhassem diante de alguma expectativa, frisava-se: "logo se vê, negro quando não suja na entrada suja na saída", "não se podia esperar outra coisa de um negro", "é negro mesmo", etc. Ora, o aparecimetno de oportunidades estáveis de emprêgo e de ganho, bem como de certas possibilidades de ascensão social, abertas pela ordem social competitiva (especialmente nos últimos vinte anos), fizeram com que larga parte das chamadas "elites de côr" ou "classes médias de côr" se classificasse socialmente sem o bafejo do paternalismo do branco e sob relativa independência dessa forma espúria de mobilidade social vertical.

Diante dêsse "nôvo negro", o branco vê-se numa posição confusa e residualmente ambivalente. O "nôvo negro" já é, em si mesmo, um tipo humano relativamente complicado: possui uma mentalidade mais secularizada e urbanizada, não teme a livre competição com o branco e, sobretudo, pretende "vencer na vida" a todo o custo. Rompe os cordões materiais ou morais com seus "ambientes de origem", negando-se a conviver com os "negros pobres", a respeitar a solidariedade agreste, que torna o "negro rico" uma vítima indefesa dos amigos ou parentes "em necessidade", e a manter um nível de vida modesto. Refuga o "negro desleixado", que seria o fator da eterna degradação do negro pelo branco; e combate os movimentos sociais de cunho racial, assoalhando que o "problema não é êsse" e que êles podem se tornar contraproducentes, ao despertar ilusões entre os próprios negros e ao fomentar a animosidade do branco. Absorve e exagera a mentalidade do branco, que toma como modêlo de suas realizações, e põe em prática um puritanismo ingênuo mas duro, que o eximiria de qualquer crítica e o purificaria de qualquer fonte extrapessoal de degradação moral. Cultiva a delicadeza e a afabilidade, como técnica de sua-

vização de suas atitudes autoafirmativas, mas também como expressão de seu modo de ser, de pensar e de medir a grandeza humana. Por fim, é intransigente diante dos brancos que pretendem congelá-lo, aplicando-lhes o padrão tradicionalista de relação racial, pois as anuências nessa esfera redundariam em perda dos proventos esperados — a conquista do "lugar a que faça jus". Visto em conjunto, êle se apresenta como o principal agente humano de modernização das relações raciais na cidade. Pois objetiva uma forma ativa e constante de repulsa às manifestações tradicionais do preconceito e da discriminação raciais.

Através dêsse tipo humano, evidenciam-se três dados essenciais. Primeiro, no momento em que o negro rompe com os estereótipos e com as conveniências dissimuladas, impondo-se socialmente por seus méritos pessoais, por sua riqueza e por seu prestígio, quebra-se inevitàvelmente uma das polarizações que permitia disfarçar o paralelismo entre "côr" e "posição social". Então, as linhas de resistência à côr se manifestam com relativa clareza. O preconceito e a discriminação raciais sobem à tona sem máscara. Não só algumas das restrições, que pareciam confusamente associadas à posição social precisam ser postas a nu em têrmos de côr. Como, ainda, em situações competitivas o branco acaba tendo de apelar, de modo mais ou menos aberto, para atitudes ou comportamentos que se chocam com a tradição de decôro e envolvem o apêlo ao etnocentrismo como recurso de autodefesa. Segundo, algo oposto também se evidencia com nitidez embora de forma aparentemente menos extensa e intensa. Os brancos de propensão realmente tolerante e igualitária procuram amparar êsse "nôvo negro", resguardando-o dos efeitos da pressão indireta e estimulando-o a prosseguir em suas ambições. Malgrado certo grau variável de ambivalência de atitudes e uma consciência deformada da realidade racial, tais brancos hostilizam o farisaísmo do preconceito e da discriminação raciais dissimulados, ao mesmo tempo que procuram, embora por vêzes insatisfatòriamente, "dar a mão ao negro" e pelo impacto de sua personalidade ou de seu sucesso, alguns círculos da população branca também se envolvem de maneira mais profunda na modernização dos padrões vigentes de relações raciais. Terceiro, o meio negro pròpriamente dito não reage uniformemente ao êxito do "nôvo negro". Amigos e parentes do mesmo nível social podem ficar entusiasmados e oferecer uma base emocional e moral, que serve como uma espécie de

caixa de ressonância e de fonte de estímulos às pessoas em causa. No entanto, mesmo no próprio nível social surgem apreciações mais ou menos malévolas, que minimizam ou ridicularizam as pretensões e as realizações do herói. Nos demais círculos de sua relações no meio negro, principalmente abaixo do nível social adquirido, a reação dominante combina ressentimento com satisfação. O êxito acaba levando à ascensão social e esta converte-se em ruptura. Por isso, os antigos amigos e parentes ficam ansiosos; numa estranha reação amorosa, condenam aquêles a quem amam. Fora e acima das relações de caráter pessoal, porém, o êxito é enfatizado com entusiasmo. Prevalece a idéia de que aquilo que um negro pode fazer, outro também pode. Forma-se, assim, um folclore do negro em ascensão, que serve de estímulo aos que aspiram idênticos objetivos. Os próprios heróis dêsse folclore, contudo, afastam-se do "antigo ambiente", isolando-se do seu meio originário e procurando construir, laboriosamente, o prestígio do "negro direito", de "posição social" e que "é gente". Essa reação, mais ou menos típica, divorcia o principal elemento humano do meio negro das grandes "massas de côr", impelindo-o a ignorar a importância vital de movimentos que poderiam redundar na aceleração da democratização das relações raciais.

O terceiro problema coloca-nos diante de um enigma. É impossível prever o que irá acontecer no futuro remoto, em matéria de relações raciais. Parece provável que as tendências dominantes levem, a longo prazo, à implantação de uma autêntica democracia racial. De imediato, porém, certas ocorrências repetidas fazem temer pelo desfecho dessas tendências. Pelo que vimos, o fator verdadeiramente profundo, que produziu algumas alterações significativas no contexto histórico-social das relações raciais, vem a ser o desenvolvimento sócio-econômico espontâneo. Ora, êle foi evidentemente insuficiente, até hoje, para promover o reajustamento da ordem racial herdada do passado aos requisitos da sociedade de classes. A tal ponto isso é verdadeiro, que em muitos círculos sociais e, simultâneamente, nos diversos grupos étnicos ou nacionais que o compõem, existe nítida propensão a dar acolhida e a pôr em prática velhos procedimentos preconceituosos e discriminativos. Há quem tenha mêdo de perder prestígio social "aceitando o negro"; há também os que só aceitam o negro na órbita do convencional, afastando-se dêles na área da verdadeira amizade e da comu-

nhão afetiva; há, por fim, os que sustentam a todo custo certas representações arcaicas, repudiando qualquer possibilidade de incluir-se o negro em posições que envolvem o exercício de liderança e de dominação. Deixando-se de lado a questão do intercasamento, que esbarra com resistências e avaliações quase incontornáveis na presente conjuntura, dados como êsses sugerem o tipo de risco que sobe à tona. A concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, as tendências muito débeis de correção dos efeitos negativos que ela inexoràvelmente provoca, e as propensões etnocêntricas e descriminativas poderão facilitar a absorção gradual do paralelismo entre "côr" e "posição social" pelo regime de classes. Parece indubitável que essa ameaça existe. O pior é que constitui uma realidade que só pode ser combatida de forma consciente e organizada.

E não parece que, mantidas as condições atuais, tal tipo de reação societária encontre viabilidade histórica. Para os segmentos brancos da sociedade, o que importa, vitalmente, não é o destino da democracia racial, mas a continuidade e o ritmo de expansão da ordem social competitiva. Mesmo o problema da democracia ao nível político não se coloca como um dilema para êsses círculos humanos. Os segmentos negros e mulatos da sociedade, por sua vez, não possuem elementos para desencadear e generalizar o estado de espírito exigido por uma defesa consciente, sistemática e organizada da democracia racial. Os seus setores pobres, por absoluta falta de meios apropriados; as chamadas "elites de côr", porque elas não percebem, ou se percebem, não acham vantajoso comprometerem-se diante de semelhantes objetivos, que afetam mais o futuro da comunidade que o presente delas. Por conseguinte, a democracia racial fica entregue ao seu próprio destino, sem ter campeões que a defendam como um valor absoluto. Se a formação e o desenvolvimento espontâneo das classes sociais enredarem a desigualdade racial na desigualdade inerente à ordem social competitiva, então ela estará fatalmente condenada. Continuará a ser um belo mito, como se dá na atualidade.

As considerações expostas apanham apenas alguns aspectos das manifestações e dos efeitos do preconceito e da discriminação nas relações raciais. Mas, êsses aspectos são suficientes para atestar o que pretendíamos: como e porque a ordem social competitiva não absorveu e eliminou, rápida e definitivamente, o padrão de relação racial herdado do passado senhorial e da

escravidão. É que os homens e as sociedades que êles formam nem sempre se modernizam por inteiro. Às vêzes, elementos e fatôres arcaicos continuam a existir e a operar além de sua era histórica, exercendo influências negativas na evolução da personalidade, da cultura e da própria sociedade. Êsse parece ser o caso de São Paulo, embora seja a cidade mais moderna e desenvolvida do Brasil. Na esfera das relações raciais, ela ainda está muito comprometida com o passado, indecisamente imersa num período de transição que se prolonga indefinidamente, como se os negros devessem aguardar, para se igualarem aos brancos, o advento espontâneo de uma *Segunda Abolição.**

Conclusões

Os resultados da presente análise são óbvios. Mostram-nos, de um lado, que existe um *dilema racial brasileiro* e que êle possui um caráter estrutural. Para enfrentá-lo e corrigí-lo, seria preciso mudar a estrutura da distribuição da renda, do prestígio social e do poder, estabelecendo-se um mínimo de eqüidade econômica, social e cultural entre "brancos", "negros" e "mulatos". Também revelam, de outro lado, que a emergência e o desenvolvimento de uma ordem social competitiva não constituem, em si mesmos, garantia de uma democratização homogênea da renda, do prestígio social e do poder. As oportunidades que os dois processos histórico-sociais criam são aproveitadas de forma desigual pelas diversas categorias sociais e raciais em presença. A experiência histórica analisada comprova que as categorias sociais melhor localizadas na estrutura econômica, social e de poder tendem a monopolizar as vantagens reais e a capitalizar os proventos verdadeiramente compensadores da mudança social. Em conseqüência, a democratização inerente aos dois processos contém duas faces. Uma delas, deixa patente que as grandes massas têm acesso a certos benefícios gerais, que *melhoram* sua participação ao nível médio de renda, de padrão de vida ou de uso do poder político. Outra, deixa patente que pequenos grupos se inserem mais ou menos privilegiadamente

* Expressão tomada de manifestações de intelectuais negros racialmente inconformistas.

nesse processo, mantendo ou alcançando níveis de participação da renda, do padrão de vida ou de uso do poder político que ultrapassam as proporções médias. Nesse sentido, nas fases de formação e de expansão inicial da ordem social competitiva surgem tendências muito fortes de agravamento das desigualdades econômicas, sociais e políticas, em têrmos de *classe, raça* ou *região*. A persistência ou a eliminação gradual dessas desigualdades passam a depender do modo pelo qual as demais categorias sociais reagem, coletivamente, às deformações que assim se introduzem no padrão de integração, de funcionamento e de evolução da ordem social competitiva.

Êsses aspectos da realidade sugerem, queiramos ou não, um quadro realmente complexo, no qual se elevam dois problemas centrais. Um dêles, diz respeito aos tipos de homem que "fazem a história". De que camadas sociais são extraídos, o que representam em têrmos de interêsses econômicos, sociais ou políticos e de identidades ideológicas, nacionais ou raciais? No caso em aprêço, tais homens provinham de categorias sociais muito diversas — representantes das antigas elites ou seus descendentes, imigrantes ou seus descendentes, elementos selecionados em populações nacionais migrantes etc .Todos tinham em comum a ânsia do enriquecimento, da conquista do êxito e do exercício do poder. Para êles, os valôres ideais da ordem social competitiva não possuíam nenhuma sedução. Limitavam-se a manipulá-la como um meio para atingir aquêles fins de forma racional, rápida e segura. Portanto, "fizeram história", mas ignorando a coletividade e os seus problemas humanos. Expurgaram a eqüidade de seu horizonte cultural, e com isso, não tinham perspectiva para aquilatar o drama humano do negro (ou outros dramas igualmente pungentes e dignos da "ação histórica"). Desse ângulo, verifica-se, não só o negro deixou de contar no processo histórico, como se fôsse banido da vida social comum. Descobre-se algo pior: a democracia, que fornece ao mesmo tempo o suporte jurídico-político da ordem social competitiva e sua única fonte de contrôle moral, deixou de inspirar exatamente àqueles que "faziam a história".

O outro problema refere-se à modernização (e, em particular, às suas repercussões no plano das acomodações raciais). É difícil que a modernização possa alcançar proporções equilibradas, igualmente extensas e profundas em todos os níveis da vida social organizada. Ela acompanha o poder relativo e a

vitalidade dos grupos interessados em determinadas mudanças sócio-culturais e progride em função da capacidade que êles logram de concretizá-las històricamente. Por isso, a cidade de São Paulo conheceu uma rápida transformação de sua fisionomia urbana e de sua organização econômica, enquanto ficou variàvelmente prêsa ao passado em outras esferas das relações humanas ou do desenvolvimento institucional. As relações raciais se incluíram neste último setor, apresentando um índice de estagnação surpreendente e perigoso. Para que semelhante situação se altere, é preciso que ocorra, o mesmo que sucedeu em face de outras esferas da vida social que se modernizaram ràpidamente: os grupos humanos diretamente afetados (ou interessados) devem tomar consciência social dessa situação e tentar modificá-la de forma organizada. Isso significa, em outras palavras, que é do próprio negro que deveria partir a resposta inicial ao desafio impôsto pelo dilema racial brasileiro. Êle precisa mobilizar-se para defender alvos imediatos: uma participação mais equitativa nos proventos da ordem social competitiva; e para visar alvos mais remotos: a implantação de uma autêntica democracia racial na comunidade. Agindo socialmente nessa direção, despertaria os brancos, dos diferentes níveis sociais, para o alcance de uma causa da qual depende, de maneira notória, o funcionamento e o desenvolvimento balanceados da ordem social competitiva.

Dessa perspectiva, compreende-se melhor o quanto a modernização das relações raciais depende do grau de racionalidade e da capacidade de atuação social de certos grupos humanos. Bloqueado pela ideologia racial elaborada pelos brancos e seduzidos pelo afã de "pertencer ao sistema" — isto é, de identificar-se como possível ao próprio branco — o negro permanece històricamente neutro, negando-se como fator humano de mudanças sócio-culturais que têm de gravitar, fatalmente, em tôrno de suas insatisfações e aspirações histórico-sociais. Assim aparece como a principal vítima da cadeia invísivel, resultante da persistência do passado. Torna-se incapaz de interagir socialmente de maneira positiva, com as exigências do presente e deixa de afirmar-se, na medida do possível, em defesa e na construção do seu futuro humano.

Referências Bibliográficas

O leitor interessado encontrará, nas duas obras seguintes, fundamentação empírica e interpretativa para as considerações sociológicas expendidas neste trabalho, bem como referências bibliográficas sôbre outras publicações, pertinentes ao assunto: Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Brancos e Negros em São Paulo* (2.ª edição, São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1959; 1.ª edição, 1955); Florestan Fernandes, *A Integração do Negro à Sociedade de Classes* (São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1964).

Ciência e Universidade no Terceiro Mundo: a Experiência Frustrada do Brasil

J. LEITE LOPES

Nos países que hoje se consideram como desenvolvidos, a consciência do valor da pesquisa científica para o avanço da civilização e da cultura sedimentou-se ao longo de lenta evolução. Como coroamento dessa evolução, veremos os homens de Estado e os administradores da coisa pública e privada transformarem a pesquisa científica em objetivo central de suas preocupações, conscientes de que essa pesquisa, através de suas repercussões no plano da tecnologia, constitui fator básico da expansão econômica. A partir da Primeira Guerra Mundial tornou-se mais evidente a relação profunda do poder econômico e particularmente do poder industrial com o poder militar, o que levaria indiretamente à institucionalização da ciência em plano nacional, através da criação de Conselhos de Pesquisas ou órgãos similares na maioria dos países desenvolvidos. De simples atividade criadora no plano individual humano, a pes-

quisa científica se transformará em elemento integrante das estruturas de poder.

As condições particulares que asseguraram o avanço da ciência nos países atualmente desenvolvidos, não ocorreram com a intensidade e continuidade necessárias entre os múltiplos povos que formam hoje a família dos subdesenvolvidos. Entre êstes, alguns povos criaram complexas civilizações e culturas e lançaram as próprias bases da ciência que hoje conhecemos. Contudo, uma vez estabelecida a desigualdade científica e cultural entre nações, fatôres econômicos e políticos tenderam a aumentá-la. E uma vez colocada a pesquisa científica a serviço dos processos econômicos e políticos, fechou-se os círculos de fôrças tendentes a agravar as disparidades entre o grupo reduzido de nações industrialmente avançadas e a família imensa dos povos dependentes.

A ciência e a tecnologia tornaram-se, desta maneira, importante fator para a prosperidade de um número limitado de países. Por outro lado, a ausência das condições que estimulam a procura de conhecimento científico — falta de um sistema de educação básica generalizada e de acesso à educação técnica e científica por parte de um número adequado de pessoas — transformou-se em obstáculo à superação do subdesenvolvimento. Por último, como os cientistas, os institutos de pesquisa e as universidades são apoiados e estimulados pelo progresso econômico e social dos países a que pertencem, os resultados e benefícios de suas atividades revertem naturalmente para êsses países. *A ciência, se bem que universal, é aplicada, na prática, essencialmente, ao reduzido universo das nações ricas e desenvolvidas.*

Incapazes de obter, adotar e aplicar os resultados das pesquisas científicas em benefício próprio — pois não as praticam — permanecem os povos subdesenvolvidos e as riquezas naturais de seus países à mercê das nações desenvolvidas. Tal situação sòmente se modifica quando se criam estruturas sociais capazes de autopromover o desenvolvimento, isto é, capazes de eliminar as formas anacrônicas de dominação social interna e as relações externas de tipo colonial ou semicolonial.

A exemplo do ocorrido em outros países, no Brasil o desenvolvimento da ciência tem sido o resultado do esfôrço de um número reduzido de cientistas, muitos dêles com estudos no exterior, quase sempre homens dotados de excepcionais qualidades para a pesquisa. A ação dêsses homens, por suas conseqüências indiretas nos planos social e econômico, tende a conflitar com interêsses e atitudes ideológicas dos grupos tradicionalistas dominantes. Êsse conflito, que muitas vêzes se pretende apresentar como um fenômeno superficial de "incompreensão" da parte dos dirigentes dos países subdesenvolvidos, tem raízes profundas e não deve ser subestimado como obstáculo a todo esfôrço de modernização dessas sociedades.

No caso do Brasil, as condições particulares do meio tropical puseram em evidência a necessidade de um esfôrço autônomo no campo da pesquisa médica. "Os brasileiros ricos, escreve o sociólogo norte-americano Charles Wagley, aprederam a depender da Europa para pràticamente todos os artigos manufaturados, para o que vestiam e até para muito do que comiam. Mas o contágio e a propagação das doenças não podiam permitir por muito tempo às famílias da classe superior tradicional a busca exclusiva de tratamento médico na Europa."[1]

Outro fator que atuou na mesma direção, foi a necessidade de criar condições profiláticas capazes de atrair a imigração européia. Eliminada a escravidão, em fins do século passado, colocou-se o problema de escassez de mão-de-obra na região em rápida expansão agrícola do Sul do País. A imigração européia era a única solução alternativa, mas para atraí-la surgia a necessidade de combate frontal às chamadas doenças tropicais. Foram então criados institutos de Biologia e Medicina experimental, independentes das escolas de Medicina. Assim, a praga na cidade de Santos foi o fator determinante da fundação do Instituto Butantã de São Paulo, em 1889; a praga e a febre amarela deram lugar à criação do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, em 1900, organizado pelo grande coordenador da luta contra essas epidemias, de quem a instituição recebeu,

[1] Cf. Charles Wagley, *Social Change in Latin America Today*, pág. 179. Randon House, New York, 1960.

mais tarde o nome. E foi em conseqüência de uma praga do café (a broca) que, na mesma época, foi criado o Instituto Biológico de São Paulo. Mesmo nesses domínios, tão diretamente ligados aos interêsses dos grupos dominantes, o desenvolvimento científico no País processou-se lentamente. As atividades científicas eram exercidas por muito poucos. Assim escreveu, em 1905, o biologista João Batista Lacerda, Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro: "Em geral, no Brasil, os homens que se dedicam ao estudo e à ciência, constituem uma espécie de nobre proletariado, vivendo de minguados vencimentos, que mal chegam para um passadio modesto. Um ou outro, por exceção... conforma-se com esta situação e aceita-a sem constrangimento".[2]

O acesso à educação continua a ser, no Brasil, privilégio de uma pequena fração da população; e as escolas de ensino superior tardiamente fundadas, mal estruturadas em universidades cuja existência é, na prática, meramente formal, não estimulam a formação da atitude científica sociològicamente significativa. "Dentre 1.400 crianças brasileiras, por exemplo, 1.000 entram na primeira série da escola primária e 396 passam para a segunda. Destas, 169 terminam a quarta série primária; 20 completam a escola superior — e talvez, uma dentre as mil crianças iniciais saia graduada pela universidade. Isto é, uma entre 1.400 crianças brasileiras".[3]

Atraídos pelo trópico desconhecido, alguns cientistas estrangeiros estudaram no século passado a fauna e a flora do País. Foram seus discípulos os cientistas nacionais que continuaram, em condições insatisfatórias, o trabalho científico de que depende uma grande parte da tecnologia de mais alto interêsse econômico para o Brasil. A Matemática, a Física e a Química, sem calamidades a debelar ficaram reduzidas, no século passado, a cursos em escolas profissionais — na Academia Real Militar criada em 1810, transformada depois na Escola Politécnica do Rio de Janeiro; na Escola de Minas de Ouro

[2] Cf. Thales Martins, "A Biologia no Brasil" in *As Ciências no Brasil*, Fernando de Azevedo, ed. Vol. II, São Paulo.

[3] Cf. Robert F. Kennedy. "The Alliance for Progress: Symbol and Substance", in *Bulletin of the Atomic Scientists*, novembro 1966.

Prêto, fundada em 1875, e na Escola Politécnica de São Paulo, instalada em 1896.

Foi sòmente depois da revolução de 1930, que surgiram as primeiras escolas de Engenharia Química assim como as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras destinadas, estas últimas, a formar professôres para as escolas secundárias e, em princípio, a estimular a pesquisa na ciência e nas humanidades.

Em tôdas as sociedades contemporâneas de um certo nível cultural surgem cientistas e homens de saber. Mas a significação social da ciência e da tecnologia dependem da ação convergente de certos fatôres entre os quais se destacam a educação elementar e secundária generalizadas, boas universidades e excelentes institutos de pesquisa. Sòmente assim se consegue assegurar a produção contínua de um número mínimo adequado de cientistas, técnicos e homens de cultura. Alcançada essa massa crítica, produz-se uma interação com os processos econômicos em proveito do bem-estar e da elevação do nível de vida do povo. Segundo o recenseamento de 1950, era de 1,15% a percentagem dos trabalhadores brasileiros possuidores de uma educação técnica; e o número de engenheiros no País era de apenas 26.000, isto é, um engenheiro (ativo, administrador ou apenas possuidor de um diploma) por cada 2.000 habitantes. Para têrmo de comparação, citemos o número de engenheiros e cientistas trabalhando apenas na indústria nos EE.UU. em 1957, a saber, 738.000, dos quais 528.000 engenheiros, 152.000 cientistas e 58.000 administradores especializados nesses domínios.

A "Ajuda" dos Estados Unidos

Nesse ambiente de pobreza de recursos e de inexistência de apoio dos grupos dirigentes, passou a atuar a poderosa influência financeira e política de organizações públicas e privadas norte-americanas. Com efeito, em face da importância crescente da pesquisa encomendada ou estimulada pelos Ministérios militares dos Estados Unidos, o Exército e sobretudo a Marinha e a Fôrça Aérea dêsse país foram levados a criar departamentos de pesquisa independentes, que distribuem auxílio financeiro substancial aos centros científicos e universitários, assim como aos cientistas, não só daquele país como do exterior. Em certos países,

além do Adido Científico da Embaixada Norte-Americana — que desempenha função sobretudo de relações públicas — encontram-se Adidos ou conselheiros militares com a verdadeira função de coordenadores dos programas de ajuda aos institutos científicos e universidades locais.

Extrapolados de uma necessidade de emergência durante a Segunda Grande Guerra Mundial, o contrato e o patrocínio de pesquisas científicas por parte de organizações militares norte-americanas passaram a ampliar-se e a adquirir características inteiramente novas, estendendo-se aos países do Terceiro Mundo. Uma tal situação não poderia deixar de contribuir para a deformação da mentalidade e mesmo da lealdade de alguns homens de ciência dêsses países, em geral desprovidos de um programa de mobilização de recursos próprios para a ciência e a educação. Em discurso perante o Senado norte-americano, nos dias 9 e 10 de maio de 1966, o Senador Robert F. Kennedy referiu-se à desmoralização que tem ameaçado as universidades norte-americanas e seus professôres no estrangeiro, em virtude da revelação da existência de projetos de estudo secreto encomendados pelas Fôrças Armadas daquele país a algumas dessas universidades, tais como o chamado projeto Camelot; referiu-se ainda à revelação de que a Universidade do Estado de Michigan serviu de cobertura à ação da C.I.A. (Agência Central de Inteligência) no Vietnã bem como ao fato de que o Centro de Estudos Internacionais do Instituto de Tecnologia de Massachusets (M.I.T.) foi fundado em parte com recursos financeiros da C.I.A. Eis um trecho dêsse discurso do Sr. Robert Kennedy: "Em grande parte, nós, do Parlamento, somos responsáveis por esta situação. Camelot foi realizado pelo Exército porque muito mais recursos para a pesquisa são votados para o Exército do que para o Departamento de Estado ou a A.I.D. (*Agency for Internacional Development*) ou para outras instituições não-militares. O mesmo racionamento de recursos para a pesquisa para as agências não-militares foi também a causa da doação de fundos ao M.I.T. pela C.I.A.[4]

Para os homens de ciência como para tôdas as pessoas do Terceiro Mundo, admiradoras dos cientistas e das universidades dos Estados Unidos, e das qualidades fundamentais de seu povo

[4] Cf. *Bulletin of the Atomic Scientists*, novembro 1966, pág. 31.

dinâmico e inventivo, não pode deixar de ser motivo de grande preocupação os aspectos militarizantes de que se revestem a ciência e a tecnologia naquele país, e a dependência cada vez maior de universidades e cientistas de outros países em relação a tais organizações militares patrocinadoras da pesquisa. Mas nem o próprio Senador Robert Kennedy parece dar-se conta do desejo dos povos do Terceiro Mundo — e dos seus homens de cultura e de ciência — de um desenvolvimento sem perda de identidade nacional, sem perda nem abdicação do poder de decisão, de um desenvolvimento sem imposições, contrôles nem dominações de caráter neocolonialista. Pois, o Senador Kennedy afirmou: *"I support the new policy which gives to the State Departement, and to the Ambassador in each country, control over U.S. government-sponsored research abroad"*. (Apoio a nova política *que confere ao* Departamento de Estado, e ao *Embaixador em cada país, o contrôle* sôbre a pesquisa realizada no exterior sob os auspícios do Govêrno norte-americano)." Resta-nos saber se as pesquisas que se realizam nas universidades e institutos científicos dos países que recebem auxílio do Govêrno norte-americano para a ciência e a tecnologia, são consideradas como pesquisas "patrocinadas" pelo referido Govêrno. Aceita tal tese, os países do Terceiro Mundo ter-se-iam transformado em simples elementos do programa de desenvolvimento científico e tecnológico do Govêrno dos Estados Unidos.

Por outro lado, formam-se grupos de estudo e mesmo institutos, nos Estados Unidos, para estudar qual a melhor maneira de vender tecnologia e quais os tipos de tecnologia que, a seu ver e de acôrdo com seus interêsses devem ser vendidos, inclusive práticas e métodos educacionais. Em 1956, vendiam-se reatores, denominados Átomos da Paz, a países do Terceiro Mundo, mesmo quando não havia técnicos em tais países para operá-los e mesmo que as necessidades do país em educação, em todos os níveis, fôssem de outra ordem. Paralelamente, e em detrimento da formação de cientistas e de engenheiros em vários ramos da tecnologia necessários a tais países, proliferavam os cursos de engenharia nuclear, dotados de equipamentos da última moda, a serem vendidos pelas indústrias atômicas dos países avançados em competição mútua, enquanto permaneciam sem estímulo os esforços para reforma das universidades e dinamização da pesquisa científica local. Em seguida, veio a ne-

cessidade de bases para estudos espaciais de interêsse dos países avançados e, em conseqüência, o aumento das dotações dos governos dos países subdesenvolvidos escolhidos para tais bases, para as denominadas atividades espaciais, em detrimento dos esforços para a educação de base e para o aperfeiçoamento das universidades. Por último, surgiu uma nova indústria em países avançados, a saber a de novos livros de texto e novos equipamentos para um ensino científico renovado, concebido fora da realidade social e cultural do país subdesenvolvido.

A Ciência e a Universidade

Para vender êsses produtos, para que a nova "indústria" do ensino científico (a exemplo da *Educational Services Incorporated,* nos Estados Unidos) tivessem mercado nos países subdesenvolvidos, a muitos pareceu necessário, que se destruíssem nos referidos países as universidades com gôzo de autonomia e dotadas de equipes de intelectuais e cientistas capazes de, por seus trabalhos, suas pesquisas, estimularem o não-conformismo das novas gerações.

No último decênio, tomou corpo em vários países da América Latina, um movimento de seus intelectuais e cientistas mais representativos, no sentido de dar novos rumos às suas universidades, reformá-las e reorganizá-las com o objetivo de, ao mesmo tempo atualizá-las em relação ao extraordinário progresso da ciência e da tecnologia no mundo avançado e de estudar as necessidades regionais com critérios objetivos e sem a deformação dos interêsses externos. Assim que foram reoganizadas, há mais de dez anos, as universidades argentinas, com a modificação e modernização do sistema de escolha dos professôres, que permitiu a constituição de grupos de jovens pesquisadores e professôres, dedicados à investigação e à formação de técnicos, cientistas e profissionais para o estudo dos problemas do país. Em outros países, como o Chile, a Venezuela e a Colômbia, fortaleceu-se o regime da autonomia universitária, criaram-se faculdades de ciências e institutos de pesquisas. No Brasil, impulsionado pelos estudantes e pelos cientistas e intelectuais dedicados ao progresso independente dêsse País, tomou corpo o movimento pela reforma das universidades. Com o

concurso de homens de ciência, economistas, sociólogos, artistas estudou-se durante cêrca de cinco anos, a organização da Universidade de Brasília. Destinada a servir de modêlo às demais instituições universitárias do País, foi ela estruturada em institutos centrais encarregados da pesquisa e do ensino das disciplinas fundamentais da Matemática, da Física, da Química, das ciências biológicas, das ciências da Terra, das ciências humanas e das artes, de tal sorte a evitar a duplicação de laboratórios e instalações custosas das tradicionais faculdades de ciências, escola politécnica, etc. Dêsses institutos sairiam os estudantes para as faculdades profissionais de tecnologia, de Medicina, Agricultura, e outras similares. Nos institutos, entretanto, o ensino não seria uniforme, mas diversificado de acôrdo com a especialização a que se destinassem os estudantes. Aí também se realizariam os estudos de aperfeiçoamento, pós-graduação e doutoramento nas ciências básicas. Para isto, adotou-se como critério fundamental a realização de pesquisas, contìnuamente, por parte dos professôres e auxiliares da universidade. O contrato do pessoal de ensino e pesquisa, em contraste com perniciosa tradição latino-americana, seria feito à base dos trabalhos realizados e publicados, do *curriculum vitae* científico e especializado, e em regime de tempo integral.

É claro que essas universidades assim instaladas ou reformadas, dariam, como deram, lugar a um nôvo pensamento no continente latino-americano, no sentido de um estudo mais aprofundado de sua realidade, de uma investigação dos obstáculos ao genuíno desenvolvimento econômico. Sentiu-se, ao mesmo tempo, a necessidade de um maior conhecimento e intercâmbio entre as universidades e institutos científicos da região; surgiram, assim, os primeiros embriões para uma integração latino-americana sem tutela nem opressão de interêsses imperialistas.

É conhecido da opinião pública mundial, o que aconteceu em vários países-chave, nos últimos anos. Primeiramente, no Brasil, a partir de 1964, instalaram-se comissões de inquérito policial-militar em quase tôdas as universidades e institutos científicos e de altos estudos. Prenderam-se, demitiram-se inúmeros professôres e estudantes, com base em acusações de "subversão". Na Universidade de Brasília, após um primeiro expurgo em 1964, um nôvo Reitor, nomeado em 1965, formou listas de professôres a serem sumàriamente demitidos, o que

deu lugar ao pedido de demissão da quase totalidade dos professôres e assistentes da mesma Universidade, criando-se uma crise sem precedentes na história das instituições de ensino superior brasileiras. Em seguida, como se os processos se encadeassem em obediência a um plano elaborado por organismos ou podêres superiores, a opinião pública mundial viu o desenrolar de acontecimentos similares nas universidades líderes de outros países do continente; nas universidades argentinas, em 1966, algumas das quais, como aconteceu em Brasília, foram invadidas por tropas policiais-militares, o que deu lugar ao pedido de demissão em massa de eminentes professôres e cientistas argentinos e sua emigração para outros países; na Colômbia onde a suspensão da autonomia universitária foi decretada pelo Executivo; na Venezuela, cuja Universidade Central de Caracas foi também invadida e ocupada por tropas policiais-militares e cassadas a inviolabilidade territorial e a autonomia universitária.

Assim, nos países da América Latina, parece que se procedeu a um trabalho sistemático de destruição dos centros universitários capazes de contribuir a um estudo dos verdadeiros problemas da região, capazes de desencadear um movimento em favor de um progresso econômico, científico e cultural dêsses países de uma cultura latino-americana integrada nos valôres universais mas voltada para a defesa dos legítimos interêsses de identificação e soberania nacional de seus povos. (Veja-se o artigo de James Reston, "The CIA and the universities", *New York Times,* Paris 20 fevereiro 1967; e o editorial "Subversion by CIA", mesmo jornal 21 de fevereiro de 1967).

A Ciência e o Estado

Depois da Segunda Guerra Mundial, realizou-se no Brasil um apreciável esfôrço de industrialização. De 1949 a 1959, a produção industrial do País triplicou e ganhou profundidade em indústrias de base.

Em 1951, o Congresso brasileiro aprovou a lei criando o Conselho Nacional de Pesquisas, diretamente subordinado ao Presidente da República. Graças a essa instituição, cientistas anteriormente obrigados a ter pelo menos dois empregos mal

remunerados, puderam obter auxílio e complementação de salário de modo a poderem dedicar-se ao trabalho científico em apenas uma institutição. Pela primeira vez, universidades e institutos científicos brasileiros puderam obter recursos para programas específicos de pesquisa, da parte do Conselho Nacional de Pesquisas, que veio assim suplementar os sempre deficientes recursos distribuídos a essas instituições pelos ministérios correspondentes. Ao mesmo tempo, iniciou-se um pequeno programa de bôlsas para aperfeiçoamento no País e no exterior enquanto algumas novas escolas de Engenharia eram criadas.

Depois de 1960, entretanto, tornou-se evidente que o progresso alcançado e as medidas tomadas não eram suficientes para atender às necessidades da população em contínuo crescimento.

Assim escreveu o Prof. da Sorbonne, Pierre George: "Em 1955, o Brasil produziu menos de 300.000 toneladas de petróleo; esta cifra elevou-se, em 1963, a 5 milhões de toneladas. Mas os coeficientes relacionados à população ou à área do País permanecem insignificantes. O Brasil necessitaria de 20 ou 30 milhões de toneladas de cimento, 15 a 20 milhões de toneladas de aço por ano, para suprir, a uma taxa razoável, o seu território e os seus serviços. Menos de um quinto dessas exigências é produzido".[5]

A industrialização, baseada numa substituição de importações, não conservou seu ritmo inicial de crescimento. E sobretudo, as emprêsas industriais no Brasil, em sua maioria, sendo filiais de firmas e corporações estrangeiras definem suas políticas nem sempre tendo em conta os interêsses reais da nação. Por isso mesmo, a influência de tais emprêsas no desenvolvimento da ciência pura e aplicada no Brasil tem sido pràticamente nula. Na verdade, possuem essas emprêsas seus próprios laboratórios de pesquisa, em seus países de origem — e lá financiam universidades e institutos científicos — dos quais recebem as últimas invenções e novos produtos. Não estão, portanto, interessadas em estimular os laboratórios e universidades locais dos países em que operam — aquêles laboratórios e aquelas universidades dotadas de autonomia e capazes de elaborar programas para atender às autênticas reclamações da

[5] Cf. Pierre George, in *Panorama du monde actuel*, PUF, Paris: 1965, pág. 219.

população. Contentam-se essas emprêsas em empregar um número mínimo de técnicos, exigidos pela legislação do País, e alguns advogados, engenheiros e militares reformados, escolhidos entre grupos polìticamente importantes do País, como associados administrativos. Assim, surge uma conjugação de interêsses entre tais emprêsas e os grupos dominantes locais que está longe de favorecer o desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia no País.

Não é por acaso que as instituições de educação superior nos países subdesenvolvidos são quase tôdas criadas e mantidas pelo Govêrno. Em geral, as emprêsas puramente nacionais dêsses países não têm fundos necessários para investimento em setores que não lhes tragam proveito imediato. E quando tais fundos existem, falta, em geral, aos industriais dêsses países, a devida informação sôbre os resultados, a longo prazo, de investimentos significativos na educação e na pesquisa científica. Por outro lado, inexiste uma legislação fiscal capaz de estimular a aplicação de fundos privados na pesquisa.

Explica-se, assim, que as indústrias nacionais dos países subdesenvolvidos utilizem quase com exclusividade conhecimentos científicos e técnicas importadas, em geral sob a forma de aluguel de patentes. A pesquisa científica e tecnológica, origem última de tais indústrias, é, assim, realizada no exterior. Dessa forma, os industriais nativos do país subdesenvolvido não sentem a necessidade de estimular a pesquisa científica e a descoberta tecnológica em seus próprios países. Esta situação tende a transformá-los em sócios menores de filiais de emprêsas estrangeiras.

Cabe, portanto, concluir que sòmente o Estado está em condições para assegurar a realização de programas educacionais e manter as universidades e institutos científicos das nações subdesenvolvidas. Abrir mão do poder de decisão em tão fundamental campo do desenvolvimento econômico — para não sair do contexto do que é examinado neste artigo — é equivalente a submeter à tutela de fôrças externas o destino da nacionalidade. E a integração latino-americana, tão necessária ao desenvolvimento regional, não pode ser levada a sério enquanto se basear na integração de filiais de indústrias, nos vários países do continente, comandadas por poderosas emprêsas localizadas no exterior.

Naturalmente, admitindo-se que o Govêrno de um país subdesenvolvido seja aconselhado por seus cientistas a adotar uma política de manutenção e estímulo às universidades e à pesquisa científica e à cultura, paralelamente a um indispensável programa de educação básica intensiva — e esta hipótese não se realiza muito freqüentemente — ainda permanece uma dificuldade fundamental, a saber, *a utilização dos cientistas do país pelas indústrias locais*. Se estas indústrias operam na base dos trabalhos científicos e tecnológicos realizados no exterior, está claro que os cientistas locais não terão muita oportunidade de emprêgo em hipotéticos laboratórios de pesquisa das organizações industriais nos países em que operam. Êste único fato pode talvez ajudar a compreender-se por que, num País como o Brasil, com uma população de mais de 80 milhões de habitantes, sòmente cêrca de 500 bolsistas em 1963 foram mantidos pelo Conselho Nacional de Pesquisas para estudo no País em todos os campos da ciência e da tecnologia, enquanto, no mesmo ano, apenas *dois* bolsistas em Agronomia, *sete* em Química e *um* em Geologia foram enviados pelo mesmo organismo para aperfeiçoamento no exterior. E se o número total de bolsistas no estrangeiro foi de 86, em 1956, o número correspondente em 1961 decaiu para 30.

Êste declínio, entretanto, não é um fato isolado na recente evolução do País. Pois é claro que um desenvolvimento, a uma taxa razoável, da ciência nos países subdesenvolvidos, não pode ter lugar sem a remoção dos fundamentais obstáculos políticos, sociais e econômicos que impedem o desenvolvimento em geral. Se não são acompanhados de uma política nacional de desenvolvimento econômico intensivo, os programas educacionais dariam lugar, em última análise, à emigração de cientistas e técnicos dos países menos desenvolvidos para os mais avançados — paralelamente à exportação de matérias-primas (café, algodão, cacau, minérios de ferro) como base de sua economia. Programas e políticas de integração da economia com a educação, a cultura e a ciência só podem ser formulados por governos nacionais representativos das aspirações da maioria da população: a elevação constante de seu nível de vida juntamente com a afirmação de uma cultura nacional, integrada na cultura universal, mas sem perda de suas características e valôres pró-

prios. Se, ao contrário, os planos adotados pelos governos de tais países são voltados sobretudo para a proteção de interêsses de grupos privilegiados, e procuram submeter os interêsses nacionais aos de grupos e governos estrangeiros, tais planos não poderão refletir as aspirações nacionais, e os governos que os formulam só se poderão manter no poder fugindo ao sistema democrático da livre escolha dos dirigentes.

Infelizmente, os cientistas, tanto nos países ricos como nos pobres, não são habituados nem estimulados a discutir tais problemas. Atraídos — os homens de ciência dos países avançados — pelos cruciais problemas da guerra e da paz, pela busca de novas fórmulas para a *coexistência* pacífica entre as grandes potências, as questões da *sobrevivência* das nações menos desenvolvidas, das delicadas relações entre as economias poderosas dos países adiantados e as aspirações nacionais dos povos subdesenvolvidos — o ideal humano de um nível de vida decente para êstes últimos — são ignoradas ou deliberadamente afastadas pelos cientistas de quase todo o mundo. Há, entretanto, um despertar de interêsse e de compreensão das mudanças que se operam atualmente nas relações entre os países desenvolvidos e os do Terceiro Mundo. Uma tal análise, para o caso da América Latina, foi recentemente realizada pelo economista Celso Furtado. Em suas palavras: "A partir do momento em que se define a 'segurança' dos Estados Unidos como incluindo a manutenção do *status quo* social na região latino-americana, é perfeitamente claro que a autonomia dos países dessa região (admitindo-se que os povos e os Estados da América Latina não se confundem com ocasionais estruturas de poder) para superintender o próprio desenvolvimento, fica reduzida a pouca coisa. Está implícito nessa doutrina que as decisões de caráter fundamental deverão ser tomadas num plano mais alto, provàvelmente no centro político da esfera de influência, ou em algum órgão "supranacional", cujo poder efetivo constitui simples delegação daquele centro político. Sendo assim, é perfeitamente natural que se procure indagar qual o tipo de "desenvolvimento" que os Estados Unidos preconizam para a América Latina... Se bem não exista unanimidade sôbre todos os aspectos dêsse complexo problema, pelo menos com respeito a um ponto já existe uma doutrina perfeitamente firmada nos Estados Unidos.

Êste ponto é o de que cabe às emprêsas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento latino-americano e que a execução da política de "ajuda" dos Estados Unidos deve ser principalmente por intermédio dessas emprêsas".[6]

Operando na América Latina e em outras áreas do Terceiro Mundo com uma série de privilégios — que obtêm dos governos locais — isentas do contrôle das leis antitruste em vigor no território dos Estados Unidos, mas protegidos pela *umbrella* política e militar daquela poderosa nação, as grandes emprêsas norte-americanas transformam-se necessàriamente em superpotências na maioria dos países do Terceiro Mundo. A análise anterior nos conduz a uma conclusão imediata: uma tal política de "ajuda" ao desenvolvimento é contrária ao genuíno crescimento da pesquisa científica e tecnológica na América Latina e no Terceiro Mundo, em geral. Pois é perfeitamente claro que as grandes corporações privadas estrangeiras não multiplicarão seus laboratórios de pesquisa nos países em que operam: são os laboratórios do país-sede e seus cientistas que deverão assegurar novas idéias e novos produtos e seu contrôle monopolístico. Sem empregos em seus próprios países, os cientistas do Terceiro Mundo terminarão por emigrar para os países avançados. E as poucas universidades independentes dos países subdesenvolvidos, dotadas de algumas equipes excelentes de pesquisadores, se vêm destruídas por alegadas razões de "segurança" completando-se, dêsse modo, a evasão dos poucos cientistas capazes para as grandes universidades norte-americanas e européias.

A grande maioria dos cientistas e administradores de nações desenvolvidas, mesmo os mais liberais, continua a sustentar a tese de que os países subdesenvolvidos, devem limitar-se a comprar (como num supermercado) as tecnologias e os equipamentos necessários a seu desenvolvimento. Ignoram, assim, ou fingem ignorar, que defendem a manutenção da dependência dos países do Terceiro Mundo em relação aos avançados, dessa vez não mais com vice-governadores ou tropas de ocupação, mas através da dependência mais sutil do conhecimento científico, das tecnologias aperfeiçoadas e, até, de manuais de ensino

[6] Cf. Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, 1966, pág. 41.

e métodos de educação elaborados nas universidades e laboratórios das novas metrópoles.

Ao lado da compra óbvia de certas técnicas e produtos imediatos — não se recomendaria a redescoberta do automóvel ou da televisão — só o florescimento da pesquisa científica e tecnológica nos países do Terceiro Mundo, por seus próprios cientistas e educadores, em suas universidades e institutos, dotados de poder de inventividade científica e de decisão política, em favor de seus povos, só a autonomia técnico-científica pode assegurar um desenvolvimento econômico que conduz ao bem-estar generalizado das populações dos países do Terceiro Mundo. Não basta receber ou comprar o pão; é essencial aprender a plantar e cultivar o trigo.

Conclusões

1) O reconhecimento do papel fundamental da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento econômico é recente e é a base da Revolução Científica que se realiza atualmente nos países superdesenvolvidos.

2) As nações subdesenvolvidas não podem deixar de adotar, com urgência, um programa de educação básica generalizada, de manutenção e estímulo às universidades e à pesquisa científica e tecnológica, como parte integrante dos planos de expansão econômica e afirmação nacional.

3) A utilização da ciência e da tecnologia para um mais rápido desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo não pode limitar-se a uma importação passiva de conhecimentos e técnicas elaboradas e patenteadas no exterior. A ciência e a tecnologia devem ser estimuladas a florescer dentro dêsses países, em cooperação com as universidades, institutos e cientistas de todo o mundo, mantida, entretanto, a autonomia política e o poder de decisão em conformidade com os interêsses nacionais de seus povos.

4) Compete aos governos dos países do Terceiro Mundo tomar as medidas indispensáveis para que não emigrem para as universidades dos países ricos os cientistas, engenheiros e homens de cultura, não pelo emprêgo de fôrça ou recusa de liber-

dade de locomoção, mas pelo estímulo oferecido ao trabalho em seus próprios países.

5) A recusa, por parte das grandes emprêsas industriais estrangeiras, de abrirem laboratórios de pesquisa nos países do Terceiro Mundo, é uma evidência a mais contra a aceitação da política de "ajuda" ao desenvolvimento, com base na operação de tais companhias privadas.

Como poderão essas questões ser levadas ao conhecimento dos governos e da opinião pública dos países do Terceiro Mundo? Pois é claro que os líderes políticos e homens de govêrno, em tôda a parte, não possuindo, em geral, formação científica, não estão inteiramente informados dos principais aspectos dêsse complexo problema. A resposta à pergunta não é, entretanto, difícil: a responsabilidade fundamental de dar as informações necessárias à opinião pública de seus países recai nos ombros dos cientistas das próprias nações do Terceiro Mundo. Desta responsabilidade nenhum deles pode proclamar-se isento. A dificuldade atual está em que a grande maioria de tais cientistas — muitas vêzes para evitar dificuldades na obtenção de recursos para as suas pesquisas — prefere evitar tais discussões e racionaliza proclamando obediência ao ideal superior de trabalhar pela humanidade, sem distinção de fronteiras nem nacionalidades. Mas, para qual humanidade? Certamente não aquela que sofre os horrores de escaladas e de uma guerra crônica, embora silenciosa, a da ignorância, da fome e da miséria. A recusa da parte dos cientistas do Terceiro Mundo em particular de uma tal discussão constitui mais um obstáculo que bloqueia o acesso da grande maioria da humanidade aos frutos e conquistas da civilização moderna.

Dialética da Literatura Brasileira

OTTO MARIA CARPEAUX

Durante a primeira metade dêste século o continente latino-americano consumou aproximadamente 500 presidentes de Repúblicas, dos quais aproximadamente 200 eram membros das Academias de Letras dos seus respectivos países; deve ter sido um pouco maior a percentagem de escritores que passaram durante a mesma época pelas prisões das respectivas polícias políticas.

Tôdas as literaturas latino-americanas são essencialmente políticas. É um fato de conseqüências dolorosas. Produz outro fato, intrìnsecamente estúpido: que o interêsse do mundo pelas letras dêste continente é provocado ou estimulado pelas convulsões políticas do mesmo. Já se sabe, lá por fora, que nossas revoluções são mais e outra coisa que mero esporte de generais. A política latino-americana deixou de ser matéria-prima para libretistas de operetas. Paralelamente, já são tomados a sério os romances de Asturias, Alejo Carpentier, Rulfo, Carlos Fuen-

tes, Monteforte Toledo, Ernesto Sábato e a poesia de Neruda, Octavio Paz, César Vallejo, Cardoza y Aragón. O Brasil, de expressão portuguêsa, também já apareceu no horizonte das especulações literárias, juntamente com as especulações sôbre seu potencial econômico e seu futuro político.

Pode-se prever que o interêsse pelo Brasil aumentará nos próximos anos. Pode-se prever que o noticiário político não satisfará a curiosidade despertada. Será necessário estudar a expressão até agora mais completa dêsse grande País possível: sua literatura. Os recursos para tanto já existem: nestes últimos anos, muitos livros brasileiros, romances e alguma poesia, foram traduzidos para o francês, inglês alemão, italiano, russo. São inevitáveis os equívocos. Já li críticas, em revistas e jornais europeus, em que os romances de Machado de Assis, espelhos da vida no Rio de Janeiro de 1880, foram registrados como reflexos estranhamente anacrônicos da vida no Rio de Janeiro de 1960. Ou então, os romances e novelas do nosso contemporâneo Guimarães Rosa, expressões de um mito do *hinterland* bárbaro e arcaico, foram saudados como desmentido, enfim, às informações sôbre o desenvolvimento industrial do Brasil e das suas grandes cidades. Também ocorrem confusões deploráveis: valôres reais, que já podemos considerar como contribuições do Brasil à literatura universal, são diminuídos pela colocação indiscriminada ao lado de obras que melhor teria sido deixar de traduzir e que devem a divulgação a motivos diplomáticos ou a casuais relações pessoais. O remédio possível é a transformação das simpatias intuitivas pela literatura brasileira em compreensão racional, mediante interpretação global da literatura brasileira como estrutura de quatro dimensões, na qual três coordenadas determinam o valor daquelas obras e a quarta dimensão é o tempo histórico.

Interpretar a literatura brasileira. Mas *"comment expliquer ce que personne ne connaît?"* História literária? Evolução? Tendências? Nomes? O ideal seria uma história das formas, sem nomes de autores, assim como a "história dos estilos sem um único nome de artista" que já foi tentada por historiadores das artes plásticas. Mas para a história literária ainda não foi inventado método correspondente. Não poderei evitar a citação de alguns nomes de pronúncia difícil. Mas as formas de sua expressão serão tanto mais familiares a leitores franceses.

A primeira forma foi, por volta de 1850, o romantismo. É uma literatura de estudantes ambiciosos que leram muito Musset e Byron e costumam morrer de tuberculose aos 24 anos de idade. São da raça, digamos, de Hegésippe Moreau, com a diferença de que continuam lidos até hoje, por falta de outra tradição literária, mas um pouco degradados a matéria-prima para declamação histriônica. Ninguém entre êles se presta melhor para ser recitado em público do que Castro Alves, discípulo juvenil de Vitor Hugo, cantor inflamado da Abolição, da libertação dos escravos prêtos. Sua poesia parecerá *vieux jeu* ao leitor estrangeiro. Os brasileiros sabem que seu tema ainda não perdeu a atualidade, pois os prêtos foram libertados mas a servidão continua para os prêtos e para os brancos.

Não classificarei como "realista anti-romântico" o romancista e contista Machado de Assis, ironista sutil e perscrutador fundamente pessimista das almas, em que se descobririam elementos de Swift, Maupassant e Thomas Mann. É um "inclassificável", fora das tendências de sua época, embora seus personagens e ambientes sejam brasileiros e da época. Já foi muito traduzido. Sua "intemporalidade" será, um dia, problema difícil para os teóricos da crítica literária. Já faz parte da literatura universal.

Reação contra o romantismo foi o romance naturalista. Afirmou ter descoberto a realidade brasileira. Na verdade, alguns escritores brasileiros tinham descoberto uma nova forma ou fórmula européia, a de Zola. Viveu pouco tempo. Viveu tanto mais uma outra reação anti-romântica, a poesia parnasiana, que foi no Brasil patològicamente macróbia. Ninguém o acreditaria, mas é a verdade: o sonêto parnasiano dominou a poesia brasileira até por volta de 1920, uma rotina terrível que sufocou os poucos dissidentes: o poeta negro Cruz e Sousa, simbolista exultantemente doloroso, que já foi reabilitado por Roger Bastide; o verlainiano Alphonsus de Guimaraens, "troubadour" de Nossa Senhora das igrejas barrôcas de Ouro Prêto que agora começou a entrar na internacional moda turística; o originalíssimo Augusto dos Anjos, mistura monstruosa de mau gôsto e de *frissons* autênticamente baudelairianos; e o romancista Lima Barreto, espécie de Vallès do proletariado do Rio de Janeiro, mas diferente pelo seu humorismo irônico-melan-

cólico que é o apanágio dessa cidade e já nos ajudou a sobreviver a muita coisa.

A tirania acadêmico-parnasiana foi quebrada em 1922 pela revolta chamada modernista, que retomou o contato com a Europa literária e a vanguarda de então. Produziu, pelo menos, dois poetas notáveis: o elegíaco Manuel Bandeira e o severo Carlos Drummond de Andrade (nosso Reverdy ou nosso Montole?, mas êle é êle próprio). O verdadeiro vencedor da revolta desencadeada pelo modernismo foi o romance neonaturalista, influenciado pelos russos e pelos americanos, que descobriu e expôs a duríssima realidade social do Nordeste brasileiro, paradigma de tôda a fome e opressão do mundo subdesenvolvido — mas eis um terreno que o leitor europeu já conhece, pelas traduções dos romances de José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Jorge Amado. É uma literatura *qui tollit peccata mundi*, a missa de Requiem do Brasil arcaico, mas nas missas de Requiem não há Glória nem Credo. O romance nordestino, em geral, não se identificou com a ideologia que foi seu caldo de cultura. Está hoje esgotado. Mas o arcaísmo social continua na realidade — e continua literalmente no mito do "Brasil bárbaro", nas obras de Guimarães Rosa. Eis "o outro Brasil". O Brasil das grandes cidades industrializadas, aburguesadas e proletarizadas, êste é o domínio das vanguardas literárias: procuram àvidamente formas novas, que a Europa já não oferece com tanta prodigalidade. Experimentam tudo. O último movimento é o da poesia concreta. Mas "último" é maneira de dizer. O aparente progresso da literatura brasileira se parece com a movimentação febril da comédia clássica espanhola, assim como a descreveu o crítico Azorin: *"La comédia española puede ser representada por un cuerpo de baile; y el recuerdo que deja su lectura se define con algo así como el agitado arrastrar de muchos pies... como un torbellino rápido y violento de gentes que gesticulam, manotean, gritan, corren, retornan al sitio donde habian partido, y luego caen prostrados rendidos, enervados"*. A êsse movimento ou movimentação de 100 anos de sucessivas vanguardas falta o sentido dialético, a direção dialética. Ainda há realistas (no sentido duplo da palavra) como Antônio Callado e Carlos Heitor Cony — dois romancistas cujo nome deve ser gravado na memória — lutando contra a corrente. Mas os "avançados" criam novas línguas e os mais avan-

çados duvidam da possibilidade de manifestar-se através da língua, de qualquer língua. Alguns só acreditam no futuro do cinema: do "cinema nôvo" brasileiro.

A dúvida com respeito às capacidades expressivas da língua e da literatura é hoje fenômeno internacional. Mas na América Latina, no Brasil, essa dúvida tem sentido especial: será que nossa língua (que não é, aliás, só nossa língua) é capaz de manifestar "o que é nosso"? Será que nossa literatura é realmente nossa literatura ou só um reflexo de outras? Será que é a expressão autêntica da nação brasileira? Essa dúvida — que se manifesta nos experimentos (de Guimarães Rosa e, por outro lado, dos poetas concretistas) de criar novas línguas — essa dúvida não comporta nenhum julgamento de valor sôbre aquilo que a literatura brasileira já produziu em tempos passados ou mesmo em nosso tempo. Não há literatura no mundo, por menos conhecida que seja, que não tenha criado certos valôres específicos que não se encontram assim em outras línguas. No caso do Brasil, uma literatura que já deu um Machado de Assis, um Graciliano Ramos, um Carlos Drummond de Andrade, só poderia ser chamada "estéril" ou "pobre" por quem a ignora. A questão de autenticidade é outra.

O têrmo "autêntico" (e seu antônimo "não-autêntico") passou da crítica histórica (verificação de autoria de obras) para a crítica biográfico-psicológica (verificação da chamada "sinceridade"). Refere-se, neste e naquele sentido, a autores e obras individuais. Mas na América Latina a questão da autenticidade se refere a literaturas inteiras, globalmente. As nações dêste continente possuem, há um século e meio, a independência política. Agora, percebem que essa independência política é uma fachada, porque não possuem independência econômica. Têm suas bandeiras, hinos, exércitos, diplomatas, mas são econômicamente — e, portanto, polìticamente — colônias. E a independência cultural? E a independência literária? Pergunta-se: esta literatura, escrita por nós, é realmente nossa literatura? Ou será que ela também exprime, apenas, nossa situação de habitantes de colônias? A dúvida antiliterária na América Latina, no Brasil, é uma tomada de consciência; e, antes de tudo, uma tomada de consciência histórica.

Possui o Brasil uma história? Sim, no sentido em que a história de um país se conta, no manual didático, aos colegiais:

monarcas e presidentes, eleições e golpes de Estado, batalhas vitoriosas e derrotas financeiras, revoltas e supressão de revoltas. Mas o Brasil como estrutura não tem historicidade. Apesar de mais de 400 anos de história movimentada, o Brasil não tem história, assim como o Egito não teve história durante os milênios entre os últimos Faraós e a revolução de Násser. A analogia não é apenas formal. As populações rurais, que constituem a maioria da nação brasileira, também são *fellahin*. A imobilidade da estrutura social, baseada no latifúndio, significa a falta de movimento dialético, a falta de história. E a literatura brasileira, como expressão escrita daquela estrutura intemporal, tampouco possui historicidade. Em vez de movimento dialético há apenas uma oscilação permanente entre um tradicionalismo falso e um vanguardismo tampouco autêntico.

O tradicionalismo acadêmico no Brasil — que é dos mais reacionários do mundo — foi, paradoxalmente, criado por gente môça. Com 18 anos de idade todos querem ser poetas, contistas, romancistas. Escrevem. Alguns conseguem publicar. Publica-se mesmo muito. O crítico uruguaio Alberto Zum Felde observa: *"En nuestros paises desiertos y nuestras ciudades sin industria brota la viciosa yerba de la rima"*. Todos fazem versos. E depois, todos deixam de fazer versos. Os anos passam e outras preocupações e outras ambições substituem as literárias, mas essa gente continua firmemente acreditando que literatura é e só é aquilo que passava por literatura nos tempos de sua mocidade e que o resto é absurdo. Na província ainda mantêm alto a bandeira esfarrapada do romantismo. O escritor brasileiro Antônio Callado conta que encontrou em Pernambuco gente declamando com convicção e entusiasmo os versos inflamados do poeta romântico Castro Alves contra a escravidão (abolida em 1888) dos prêtos; mas essa mesma gente ignora ou quer ignorar que muito perto, às portas da cidade, as populações rurais (prêtos, brancos e mulatos) vivem ainda hoje sob o regime do "cambão" isto é, da servidão: do trabalho de graça, durante certos dias da semana, para o proprietário das terras. Aquêles entusiastas de uma forma poética de anteontem, julgam-se tradicionalistas em literatura. Na verdade, seu pseudotradicionalismo literário é expressão do *status quo* social e do que êle significa hoje: do colonialismo.

Mas acontece que certas revoltas contra êsse tradicionalismo desempenham exatamente a mesma função de "formalizar" a situação existente. Afinal, o parnasianismo foi, no comêço, também uma revolta: trouxe uma forma nova. Sobreviveu patològicamente, até 1920 e depois. Morreu, enfim, como formalismo vazio, sem sentido. Mas o próprio formalismo, êste não morreu. Os modernistas de 1922 insurgiram-se contra o culto parnasiano da "forma", do "estilo" e do "purismo lexicológico". Seu líder, Mário de Andrade, teve a ambição de criar uma nova língua nacional, usando elementos do linguajar popular de tôdas as regiões e neologismos. Hoje, Guimarães Rosa realizou — ou quase — êsse programa. Mas pode-se argumentar, com o crítico italiano Giacomo Devoto, que *"nel uso della lingua si manifesta la socialità ossia l'a-socialità d'un autore"*. A linguagem engenhosa e artificial de Guimarães Rosa não é e não pode ser entendida pelo povo, o que não é, aliás, um julgamento de valor; sua importância como escritor não é diminuída pelo fato de que seu uso da língua é "a-social" no sentido de Devoto. O formalismo estilístico dos parnasianos brasileiros significa uma dependência colonial em relação à poesia européia de sua época. A aparente independência lingüística dos experimentadores brasileiros de hoje é reflexo de experimentos análogos, feitos no mundo inteiro: Joyce, Michaux, Gadda, Arno Schmidt são outros nomes, no entanto grandes nomes. Transplantados para o Brasil, seus experimentos significam neocolonialismo.

Essa literatura "na língua do povo" não é lida pelo povo, mas é aplaudida pelas vanguardas, cujo nacionalismo é duvidoso. Os vanguardistas brasileiros leem tudo, conhecem tudo, aproveitam tudo. Joyce, Sartre, Brecht, Apollinaire, Kafka, os neo-realistas italianos, o *nouveau roman* encontram-se em tôdas as mãos. Ainda não foram assimilados. Já passam por superados. É — como dizia Azorin — *"un torbellino rápido y violento de gentes que gesticulam, manotean, gritan, corren, retornan al sitio de donde habian partido y luego caen prostrados"*. No momento, os espíritos mais progressistas só falam em Bauhaus, Bill Gomringer e Bense: é a poesia concreta. Mas não quero ser mal entendido. Tôdas as novidades são boas porque capazes de minar sub-reptìciamente o tradicionalismo literário que é uma coluna superestrutural do *status quo* social. Mas duvido se êsse vanguardismo constitui barreira bastante forte

contra o falso nacionalismo literário, que também existe e que não tem nada que ver com o nacionalismo político e econômico.

O nacionalismo político e econômico é, como se sabe, o movimento mais sério de libertação do Brasil e de estabelecimento da justiça social no País. Não tem nada que ver com o modesto e bucólico nacionalismo literário que se limita a retratar em romances bem comportados — e àvidamente lidos — a pequena vida provinciana, com consideração especial de tôdas as particularidades regionais e, às vêzes, com acessos cauteladamente dosados de sentimentalismo social. Êsse regionalismo provinciano (do qual alguns adeptos são pessoalmente progressistas) não é perigoso para o *status quo* social. Mas é perigoso para seus vizinhos literários, contaminando-os. Já contaminou o romance nordestino, acelerando-lhe a agonia. Também foi capaz de contaminar o próprio vanguardismo. Ouvimos um representante de poesia concreta proclamar que seria preciso criar no Brasil uma "poesia capaz de ser exportada". Sonha em estender à literatura o regime que condena o Brasil a continuar sendo um País exportador de matérias-primas. Êste suposto nacionalismo é, na verdade, colonialismo.

Êsse colonialismo literário tem outro nome, de sabor algo antiquado. Até no Brasil só as gerações antigas ainda usam o têrmo *bovarysmo* para denunciar a ambição tìpicamente latino-americana de ser ou, pelo menos, parecer aquilo que a gente não é. Tôda a literatura brasileira até 1922 tem tido a ambição de ser aquilo que ela não foi: européia. Depois, durante o curto período de euforia modernista ela quis ser americana (imitou-se muito Whitman). Hoje, ela oscila entre o desejo vanguardista de ser internacional (e exportável) e o desejo regionalista de ser "nacional" (e traduzível). A literatura brasileira já quis ser tudo menos aquilo que é: brasileira. Pois admiti-lo teria significado a revolta social e a revolta política, contra o *status colonise* do País e de sua economia e contra o imobilismo de sua estrutura social. E uma revolta dessas também teria pôsto em perigo o *status* social dos que escreviam aquela literatura.

O Brasil tem hoje 49% de analfabetos. Em certas regiões do Nordeste, sobretudo nos distritos rurais, a percentagem sobe até 75 e 80%. Ainda no comêço dêste século e mesmo depois, os 75% eram a média nacional. E dos 25% que sabiam ler e escrever, quantos liam livros? Os literatos escreviam para uma

pequena minoria. Eis a origem do "elitismo", da teoria de que só essa pequena minoria tem o direito de dominar o País. Existem casos análogos. Antônio Gramsci, em *Gli intelletuali e l'organizazione della cultura,* denunciou o mesmo elitismo na Itália, cuja velhíssima e grandiosa literatura foi, tôda ela, escrita para uma pequena minoria, que dominava o povo iletrado. E escrita por quem? Pela própria elite dominante? Só esporàdicamente. A literatura seria, então, o produto de uma específica "classe literária"? Essa tese foi adotada na Itália por Giuseppe Zonta, que construiu em cima dessa base uma história da literatura italiana. Gramsci leu essa obra no cárcere, elogiando-a. Mas não teria admitido o determinismo mecanista de explicar a evolução literária pelo desenvolvimento de uma "classe", que afinal não é classe em sentido marxista. Polemizando contra Mannhein, Hans Speier já esclareceu que não existe "classe de intelectuais". Não existe "classe literária". Mas podem existir — e existem na América Latina — grupos que usam atividades intelectuais e literárias para manter seu *status* social entre as classes. Um grupo dêsses já existia no Brasil da época colonial: homens letrados, padres, juízes, advogados, funcionários subalternos da Administração Pública que, não sendo escravos nem latifundiários escravocratas, não tinham situação bem definida dentro de uma hierarquia social composta só daquelas duas classes. Mas sabiam defender-se. Os poetastros da época colonial portuguêsa que forjaram encômios rimados a governadores, bispos e capitães-mores (os generais de então) para arrancar a êsses mecenas um cargo rendoso ou uma pensão ou mesmo só uma esmola, êsses são precursores de um tipo que no Brasil existe até hoje na província e não só na província: um conhecido escritor brasileiro (embora de segunda categoria) deve seu alto e rendoso cargo público ao fato de ter comparado o relatório anual de um governador de Estado às obras sociológicas de Durkheim e Max Weber.

É paradoxal mas real o prestígio da atividade literária em certos círculos menos cultos. Deputados gostam de citar, da tribuna parlamentar, uns versos. A maior ambição de generais reformados é publicar um artigo nos suplementos literários dos jornais. A literatura, que no Brasil não dá para viver a ninguém, não raramente é recurso eficaz para a ascensão social; recurso engendrando uma coorte de carteiristas, adesionistas,

renegados, traidores — *non ragioniam di lor, ma guarda e passa*. É um *catch-as-catch-can* para pertencer à classe dirigente; para não submergir no povo miserável. Mas tudo isso já precisava ser dito no pretérito. Por enquanto, tudo isso foi. Pois o poder ainda pertence à "velha classe" de sempre, mas já é exercido por intermédio de gente nova que não tem uso para as letras e os literatos: são os tecnocratas e os militares. São êstes que desde abril de 1964 governam o País, com o apoio de uma potência estrangeira que não tem interêsse especial pelas literaturas latino-americanas. O objetivo dêsse domínio é a garantia da ordem estabelecida, do imobilismo social e dos investimentos de capital. Quem não se conforma, não é tolerado. Os intelectuais rebeldes sentem o rigor da censura teatral e dos filmes, da apreensão de livros, do fechamento de revistas e jornais, da proibição de defender certas doutrinas sociais e até teorias econômicas. O eminente pensador católico Alceu Amoroso Lima foi o primeiro que denunciou êsse "terrorismo cultural". Já em junho de 1964 uma entidade tão pouco revolucionária como o *Congrès pour la liberté de la Culture* publicou no folheto *Censure* alguns fatos chocantes. Desde então, a situação piorou muito. É o fim das ambições literárias. Também será o fim do "bovarysmo" colonialista? Não. Pois o "complexo industrial-militar" que governa hoje o Brasil, não tem raízes no Brasil, num País cujo Exército não teria meios para defender-nos contra um inimigo estrangeiro e cuja indústria não tem recursos para ocupar a população, assim como o latifúndio não tem produtividade para alimentá-la. O domínio militar e tecnocrata tem suas raízes e seu modêlo no estrangeiro. É o último avatar do "bovarysmo". É mais uma forma do colonialismo. Sob êsse regime a literatura brasileira tem de perder as esperanças de se tornar autência.

Como adversário do nôvo regime não lhe posso negar, todavia, uma qualidade: é uma realidade. Admito isso com certa satisfação. Talvez acabe agora a discussão eterna dos intelectuais brasileiros sôbre o que é ou não é realidade brasileira. O têrmo se tem prestado a abusos tão nocivos como a mal compreendida frase de Hegel sôbre o que é o racional. A "realidade" justifica tudo, no Brasil: a miséria do povo é a realidade e os conservadores dizem que sempre foi assim e por isso sempre será assim; o analfabetismo é a realidade, mas a revo-

lução social também foi uma realidade, embora a curto prazo, e agora a ditadura militar é a realidade. Qual é o Brasil "real"? O *hinterland* pré-histórico-bárbaro ou as grandes cidades industrializadas? O sociólogo francês Jacques Lambert, que conhece bem êste País, fala em "dois Brasis". É preciso escolher. É preciso decidir-se. Vamos deixar de falar em realidade. Preferimos falar em possibilidade ou, para empregar os têrmos sartrianos: em vez da realidade *en soi*, a possibilidade *pour soi*. Uma possibilidade dessas é a literatura brasileira.

A literatura brasileira, como realidade, tem o ativo de alguns grandes escritores e obras; e hoje, de um número apreciável de talentos notáveis, na poesia, na ficção, no ensaio — enfim, ela existe; o passivo é a falta de autenticidade dessa literatura como fenômeno global. Um ativo semelhante não poderia ser previsto para o futuro — quem o poderia prever? Mas pode-se prever a possibilidade de transformação da literatura brasileira em expressão autêntica da nação, eliminando-se o falso elitismo (e eliminando-se, também, o falso populismo literário), mesmo ao preço de a futura literatura brasileira se parecer tão pouco com a do passado como a literatura russa atual se parece com a do Século XIX. Quanto a essa diferença temos aprendido muita coisa, graças às experiências das literaturas da Europa Oriental até a década de 1960. Os contatos internacionais não serão interrompidos — seria absurdo pensar em nacionalismo isolacionista — mas não se limitarão à importação de modas literárias. O caso é comparável ao da futura reorganização da infra-estrutura econômica brasileira e é, até, parcialmente ligado a essa reoganização: que não será realizada pelo influxo de capital estrangeiro dominador nem pela falsa ajuda da USAID e Aliança para o Progresso. Êstes só manteriam a servidão econômica do País em relação à hegemonia estrangeira e ao *status quo* social. O mesmo vale quanto à literatura brasileira como expressão da consciência da nação. O Brasil não se fechará ao mundo, mas só poderá integrar-se nêle por seu próprio esfôrço. O Brasil não tem pròpriamente *choix* — só pode dizer como os italianos de 1860: *L'Italia farà da sè*. Dir-se-á que a literatura da Itália, unificada em 1861, não chegou a corresponder às esperanças de seus patriotas e só conquistou nova independência pelo movimento da Resistência, 80 anos depois. Mas que significa, em face da História, um atraso dêsses? E mesmo

se não houvesse literatura nenhuma, não seria melhor perdê-la como realidade e guardá-la como possibilidade? Mas êsse perigo não é isto. A Resistência brasileira não será muda. E a Resistência brasileira — como tôda a latino-americana — já está mobilizada: são em primeira linha, os estudantes brasileiros, êsses estudantes admiráveis que sempre foram a verdadeira vanguarda da nação; e a êles já se associaram outros grupos, a gente do teatro, a gente do cinema, e mais outros virão e não só intelectuais, mas também o operariado das cidades e dos campos — uma base de amplitude nunca antes havida — e virão para terminar a fase de 400 anos de movimentação de fachada e de imobilidade do fundo, pondo-se enfim em movimento a dialética do desenvolvimento brasileiro. Terminará, então, talvez ainda nesta geração, a pré-história dêsse País, para começar a história do Brasil e de sua literatura.

O "Cinema Nôvo" e a Sociedade Brasileira[1]

JEAN-CLAUDE BERNARDET

"UMA CÂMARA na mão e uma idéia na cabeça", é o suficiente para fazer cinema. A afirmação de Glauber Rocha, que é também uma negação, serve de *slogan* ao "cinema nôvo", movimento de jovens que, a partir de 1960, tomaram a resolução de elevar o cinema brasileiro à classe de fôrça cultural, coisa que êle não era e jamais tinha sido. Querem colocar o cinema a serviço da fração intelectual e progressista da classe média a fim de que ela possa afirmar sua inquietude e suas aspirações a respeito da situação brasileira. Êsse movimento também se opõe aos dois tipos de filmes que caracterizavam na época o cinema brasileiro: as produções dos estúdios da Vera

1 Êste artigo não é uma história do "cinema nôvo". Êle se propõe ressaltar as principais tendências sociológicas e políticas dêsse movimento; por isso não foram abordados senão os filmes onde essas tendências se apresentam da maneira mais nítida; omitiram-se numerosos filmes conhecidos e estimáveis.

Cruz e as comédias de costumes ou musicais. O segundo tipo, de um nível muito baixo, elaborou seus temas e suas formas sob a ditadura de Vargas e se dirigia às camadas inferiores da classe média: diz a elas que as pessoas dotadas de qualidades pessoais podem se elevar individualmente na escala social. O riso não repousa sôbre esta última mas, pela interpretação de personagens infelizes, sôbre o próprio espectador, conduzido, dêsse modo, a tomar como objeto de zombaria sua própria incapacidade de combater um regime de opressão, sua própria inércia. Quanto à Vera Cruz, que teve uma vida breve (1949-1954) mas cujos efeitos ainda se fazem sentir em São Paulo, pretendeu atingir um alto nível cultural e técnico e, por isso, julgou necessário construir o maior estúdio da América do Sul. Queria assuntos que fôssem brasileiros; de fato, a decadência da aristocracia do café do Estado de São Paulo serviu de fundo a sombrios dramas passionais que se enredavam dentro de iluminações e cenários pomposos.

É contra tudo isso que se levanta o "cinema nôvo". Êle rejeita o equipamento pesado e o estúdio, em favor de um equipamento leve, mais de acôrdo com as condições precárias da produção cinematográfica brasileira e permitindo um cinema mais realista. Em se libertando do pêso do cinema de estúdio, êsse cinema quer também se libertar de uma gramática acadêmica e fazer apêlo a uma linguagem moderna. Contra êsses dramas e comédias que são mistificações, reclama-se um cinema que seja popular, que aborde os problemas do povo brasileiro, mostre os desequilíbrios sociais e tome posição. O cinema será popular porque êle se dirigirá ao povo: fornecer-se-á ao povo informações suscetíveis de lhe fazer compreender melhor a situação em que vive e tentar-se-á provocar nos espectadores uma tomada de consciência. Agindo sôbre o público, o cinema deverá ser um fator de transformação social. Entretanto, o "cinema nôvo" não tem programa político; êle se inspira em idéias que são elaboradas pela *intelligentsia* de esquerda, mas cada realizador é livre de tratar o assunto de sua escolha como entender. O "cinema nôvo" lançará seus filmes nos circuitos comerciais, mesmo se o acesso à êsses circuitos é difícil, mesmo se as estatísticas nos dizem que é a classe média que vai ao cinema e que o camponês e o operário representam uma percentagem bastante fraca na composição do público. A formação de

um circuito paralelo, aparentemente indispensável para atender o público a que o "cinema nôvo" pretende se dirigir, foi tentada pelas organizações estudantis, mas permaneceu embrionário.

De início, o cinema nôvo vai se voltar para o documentário de curta metragem. Êsse será o meio de tomar contato com esta realidade brasileira que se quer levar à tela: essa será a aprendizagem do realismo. Será também a aprendizagem do *métier,* porque não há escolas de cinema e as cadeiras cinematográficas existentes não permitem uma renovação de formas e de temas. Os futuros cineastas tomaram contato com o cinema por intermédio dos cine-clubes e seus conhecimentos técnicos são limitados (mas é suficiente uma câmara, para fazer cinema). Enfim, é mais fácil conseguir recursos financeiros para um curta metragem do que para um longa metragem. Mas, o documentário não é senão um trampolim para o longa metragem de ficção. É *Aruanda,* documentário de curta metragem, realizado por Linduarte Noronha, em seu estado natal, a Paraíba, que representa melhor êsse início do nôvo cinema brasileiro. Êsse filme, dos mais defeituosos do ponto de vista técnico, produzido pràticamente sem meios, não se limita a descrever as condições lamentáveis nas quais vive uma comunidade rural cortada da evolução do País; expõe o funcionamento de um ciclo econômico primitivo, onde a troca de algodão bruto e da cerâmica por bens de primeira necessidade se faz sem o intermédio do dinheiro. Êle tem um valor de documento e de interpretação, possui certo lirismo (as relações entre os homens e a terra sêca), mas sobretudo sua insuficiência técnica é transformada em estética: não é com gruas que um país subdesenvolvido se exprimirá; em Aruanda, as deficiências estão de acôrdo com o objeto apresentado, o subdesenvolvimento dos meios de expressão mostra o subdesenvolvimento do País.

Cinco Vêzes Favela (longa metragem composto de cinco curtos que se desenrolam nas favelas do Rio de Janeiro — 1961, produzido pelo Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes) fixa as grandes linhas do retrato que o "cinema nôvo", no seu início, traçará da sociedade brasileira. Os habitantes da "favela" vivem em condições miseráveis, são cortados da vida urbana, da vida de consumo, e, no outro ex-

tremo da escala social, acharemos os responsáveis por essa situação: os grandes burgueses, depravados e ociosos. Entre essas duas extremidades da escala social, entre as vítimas e os carrascos: nada, o vazio. Grandes proprietários de terras que fazem política, industriais, operários, funcionários, comerciantes, estudantes, intelectuais, burguesia ativa, classe média, proletariado são eliminados e sòmente são retidos os dois pólos da sociedade, dois grupos quase tão marginais um como o outro. A população da "favela" é pràticamente reduzida ao lumpem-proletariado e a burguesia a uma massa inativa que se limita a usufruir seus bens. Essa apresentação esquemática da sociedade brasileira — mesmo se ela é sugerida pelos violentos contrastes da sociedade subdesenvolvida, mesmo se ela quer se justificar por razões didáticas — não tem nada de realista. Eliminando as fôrças ativas da sociedade brasileira, tanto as que querem uma transformação como as que se opõem a ela, falseia-se a compreensão dessa sociedade, deforma-se seus mecanismos, e o ponto de vista escolhido, que poderia ter sido sociológico ou político, torna-se moral. O "favelado", que se interessa pelo samba e negligencia as atividades sindicais e que, sob a influência de sua mulher, convence-se que deve se consagrar a uma atividade de massa, não tem, no fim das contas, senão um problema de consciência. É êle sòzinho, na sua cabeça, que decide mudar de atitude, sem intervenção do grupo social ao qual pertence, sem modificação nem compreensão melhor de suas relações com seu empregador. Trata-se de uma transformação da consciência numa realidade estática. Quanto aos burgueses, procura-se menos explicar seu papel na sociedade do que condená-los, e de os condenar mais porque são inativos, perversos, amadores da arte abstrata e de louras bem torneadas, do que por sua função social. Essa redução da sociedade a dois pólos e a predominância da consciência e do moralismo sôbre o problema social marcarão, em graus diversos, todo o início do "cinema nôvo". A classe média está ausente do filme, mas é ela que lhe fornece sua ideologia: o povo se apresenta sob a forma de uma camada social marginal que se compõe de uma soma de indivíduos; compreensão e ação social são o resultado de uma tomada de consciência. E, na descrição do burguês, encontra-se a condenação moral como atitude do pequeno burguês que olha com acrimônia o bem-estar do grande burguês.

É o mesmo esquema que se encontrará de nôvo em *A Grande Feira* (de Rex Schindler e Roberto Pires) que pretende apresentar um afrêsco da sociedade de Salvador[2] reduzindo-a igualmente a um lumpem-proletariado e a uma grande burguesia. A feira é ameaçada por uma firma imobiliária (que não aparece no filme) que quer construir sôbre o terreno, e os feirantes lutam para conservar sua feira. Mas, acontece que os feirantes só aparecem no fundo do quadro e que a feira é ocupada sobretudo por prostitutas, mendigos, assassinos, ladrões, uma espécie de pátio dos milagres. Em suma, a atividade do feirante foi eliminada. Quanto à grande burguesia, ela não está diretamente ligada à feira, mas por intermédio de uma senhora que se enfada e vai procurar no meio do bando de ladrões as violentas sensações eróticas que seu meio não lhe fornece.

Mas *A Grande Feira* nos apresenta um elemento nôvo. No início do filme, desembarca em Salvador um marinheiro; blefador, pretende conhecer os grandes portos do mundo, mas não se afastou nunca da costa brasileira; faz-se passar pelo que não é. Quando chega a Salvador, descobre a situação dos feirantes e se coloca a seu lado. Mas, não lhes dará senão um apoio verbal; não passará à ação. Ou melhor, quando um anarquista que habita a feira quer fazer explodir um reservatório de petróleo para se vingar da sociedade opressora, e destruir na mesma ocasião a feira, feirantes e a cidade, é o marinheiro que, com o risco de sua vida, impede que êsse atentado se realize, é êle que evita o abuso, o extremismo fatal. Depois, no fim do filme, vai embora. O problema não foi resolvido, mas o marinheiro embarca, com essa magnífica frase: "Se essa gente fizesse a revolução, eu ficaria". Reconhece que essa revolução modificaria seu comportamento, mas deixa-a a cargo dos outros. O marinheiro tem duas amantes, uma delas é uma prostituta que habita a feira, a outra é uma senhora que se enfada. Êle

[2] *A Grande Feira* foi produzida e realizada em Salvador. O "cinema nôvo" se desenvolveu no Rio de Janeiro, mas em 1959-1961, Salvador foi um centro de intensa atividade cinematográfica; alguns filmes que tinham uma intenção polêmica foram produzidos com capitais locais. O resto da produção foi devido à iniciativa de produtores de São Paulo ou do Rio de Janeiro, atraídos sobretudo pelos aspectos exóticos que Salvador poderia oferecer. Depois do fracasso comercial de Salvador, o "cinema nôvo", concentrou-se inteiramente no Rio de Janeiro, onde se instalaram os principais cineastas de Salvador, inclusive Glauber Rocha.

se entende bem com as duas, mas não se fixa em nenhuma delas: oscila entre essas duas mulheres ligadas cada uma a um dos pólos da escala social, oscila, não escolhe e se vai.

O único elemento que encontramos entre os dois extremos da sociedade é, pois, êsse personagem. É necessário ver nêle um símbolo da classe média. Não uma alegoria representando conscientemente a classe média, mas um elemento dramático que conserva com os outros elementos do filme relações em parte equivalentes às que conserva a classe média — ao menos uma classe média intelectual — com os outros grupos sociais. O marinheiro oscila entre os dois pólos sociais; evita o extremismo do pólo inferior mas, verbalmente, sem que suas palavras o engagem, aspira ligar-se a ela. Êsse personagem pendular que não escolhe e se eclipsa no fim do filme, é uma das principais figuras dramáticas do "cinema nôvo" até 1964. É em grande parte através dêle que a classe média, que não chega a se situar socialmente e se recusa a enfrentar diretamente seus problemas, vai se exprimir. Mas, essa oscilação vai mudar de caráter, vai se tornar contradição, e contradição cada vez mais política. Três filmes dão as principais fases dessa evolução: *Bahia de Todos os Santos* (Trigueirinho Neto), *Os Fuzis* (Rui Guerra) e *Deus e o Diabo Na Terra do Sol* (Glauber Rocha).

Enquanto o marinheiro vive sua oscilação como exterior a êle próprio e não sofre, Tônio, o pequeno ladrão de *Bahia de Todos os Santos,* a interiorizará, sentir-se-á na obrigação de escolher, mas, não o conseguindo, viverá numa angústia que o conduzirá a uma atitude contemplativa. Tônio, como o marinheiro, tem suas duas mulheres, mas sua amante inglêsa, que lhe dá dinheiro, desgosta-o e êle quer deixá-la, mas não se decide; e deseja a bela prostituta, quer dormir com ela, mas não o faz. Sua situação se complica quando é colocado diante de uma situação política: seus amigos estão em greve; a greve vai mal; êle os ajuda, mas exclusivamente por razões de fraternidade; os grevistas são acusados de comunistas, e Tônio não aceita esposar a causa comunista. Ajudando, por razões não políticas, seus amigos que estão envolvidos numa ação política que êle recusa, Tônio evidentemente não vê mais claro nêle

mesmo, está confuso e, como êle é o único a ser prêso e a ser brutalizado pela polícia, aparece como a vítima tanto de um regime de fôrça (o filme se desenrola sob a ditadura Vargas) quanto da atitude extremista de seus amigos. Além disso, Tônio é mestiço e sua contradição é também física, êle não escapará à angústia de seu corpo — uma fatalidade: Negro, é rejeitado pelos Brancos; Branco, é rejeitado pelos Negros. A conclusão do filme elimina todo problema: Tônio, o pequeno ladrão, dá a um amigo, que ia seguir o mesmo caminho que êle, um conselho moral: não roube nunca. Permaneça digno em face de você mesmo. Ao menos isso!

As contradições do chofer de caminhão de *Os Fuzis* o conduzirão à morte. Êle chega no início do filme à cidade de Milagres, onde é obrigado a permanecer o tempo suficiente para reparar a pane de seu caminhão, carregado de cebolas. À sua chegada em Milagres, impera a fome; pessoas famintas adoram um boi para fazer chover; soldados ocupam a cidade para impedir a população de se apoderar de produtos alimentícios já vendidos que devem ser levados por caminhões. O chofer de caminhão, que não é proprietário da loja onde se acham os produtos, nem soldado, está objetivamente de seu lado. Mas, êle se sente mal, deplora a situação dos famintos, foi soldado, mas abandonou as fileiras. Seu problema é antes de tudo moral; quando fazer respeitar a ordem significa atirar sôbre pessoas famintas, dever-se-ia ter vergonha de fazer respeitar a ordem. O chofer de caminhão, entretanto, não faz nada mais do que tentar verbalmente convencer um solado de que nessas condições é inaceitável permanecer no Exército. Durante êsse tempo, as cebolas apodrecem, o chofer de caminhão as joga fora: jogar fora alimentos que apodreceram sob os olhos de pessoas famintas passivas, acresce seu mal-estar psicológico; cada vez mais tenso, acaba insultando tanto os soldados quanto os famintos. Sua exasperação distancia-o da realidade, êle se refugia na ironia e na bebida. A contradição atinge seu auge, quando os caminhões carregados deixam a cidade e chega ao bar um pai carregando em seus braços o filho morto de fome. O chofer de caminhão incita o homem a reagir, mas em vão. Então, bêbado, louco de raiva contra o homem, êle se abandona a um acesso de fúria incontrolada, quase histérica, atira contra os caminhões e é logo morto pelos soldados. Sua única herança:

uma dúvida na cabeça do militar que êle tentou convencer! A grande novidade reside nisso: a inação do herói, sua incapacidade de se integrar a um grupo social qualquer, sua angústia psicológica e moral, o impulsionam a uma ação violenta e desesperada, que não tem outro resultado que sua morte. Dito de outro modo, não é mais possível evoluir impunemente entre os soldados e os famintos, a exigência de uma escolha se impõe.

Em *Deus e o Diabo na Terra do Sol,* Antônio das Mortes encarna, de modo ainda mais intenso, êsse mesmo tipo de personagem. É pago pela igreja e pelos proprietários de terra para exterminar os fanáticos e os cangaceiros. Fanatismo e cangaço são apresentados no filme como duas formas de alienação que canalizam a violenta insatisfação e a agressividade de um campesinato ainda não maduro para a revolução. Eis porque, pensa Antônio das Mortes, exterminando fanáticos e cangaceiros, êle dá ao camponês a possibilidade de realizar sua revolução. Malgrado suas intenções, Antônio das Mortes não se liga a Manuel, o representante dos camponeses no filme. Êles não se conhecerão nunca. Mas como, ao mesmo tempo, ser pago pelos inimigos do povo e agir em favor do povo? Antônio das Mortes não sabe responder à pergunta. Tenta escapar a essa contradição: quando lhe perguntam quem é, não diz seu nome e procura não ser compreendido por ninguém. Essa vontade de se transformar em mistério não resolve nada e a tentativa de sublimação vai mais longe; êle se convence que tem um destino a cumprir e que deve cumpri-lo sem pensar nem julgar. Transforma-se assim, a seus próprios olhos, em agente de um poder superior e desconhecido, histórico, dizem alguns. Mas não é um papel histórico, é uma predestinação. Depois de ter cumprido sua missão, matado fanáticos e cangaceiros, Antônio das Mortes pensa que nada mais há a fazer senão morrer: não morre, desaparece.

O personagem pendular é aqui conduzido até ao ponto em que se mistifica êle-mesmo. Não é mais possível oscilar entre os têrmos da contradição, é necessário escolher. Não se pode mais ficar satisfeito com êsses personagens isolados, viajantes que não pertencem a nenhum grupo; é necessário baixar as máscaras e dizer quem é Antônio das Mortes. Estamos em 1963. A partir de 1964, o "cinema nôvo" tenta responder à

questão. Com Antônio das Mortes, desaparece o personagem pendular e com êle desaparece também uma outra estrutura dramática: a que consiste em fazer resolver os problemas sociais não pelos interessados, não pelo povo, mas por elementos que lhe são exteriores. Depois de Antônio das Mortes, termina a ilusão que se poderá desalienar Manuel com seu desconhecimento. Essa idéia, entretanto, inspira o "cinema nôvo" em seu aparecimento.

Os pescadores de *Barravento* (Glauber Rocha) trabalham com uma rêde que alugam pelo valor aproximado de 90% de sua pesca. O proprietário da rêde acha que não recebe peixe suficiente e ameaça tirar a rêde. Em lugar de reagir, os pescadores se dirigem à deusa do mar para que ela venha em seu auxílio por intermédio de Arouan, jovem pescador que é seu protegido. Firmino chega à vila, trazendo idéias novas; êle decide transformar a comunidade a fim de que os problemas humanos recebam soluções humanas. Esforça-se várias vêzes para impulsionar os pescadores à ação; num gesto anárquico, rasga a rêde; em vão. Fixa-se então em Arouan: que êle sofra um acidente no mar, que perca sua virgindade, e se tornará um homem como os outros aos olhos da comunidade, que perderá a esperança numa solução divina. O germe da transformação é assim trazido do exterior por um homem que pessoalmente decidiu colocar em questão o *status quo*. Firmino não encontra nenhum eco na comunidade, suas idéias não caem em terreno onde possam germinar, e o filme acaba por não ser mais do que a história das relações entre dois homens. Firmino fracassa em modificar a atitude da comunidade, a qual permanece no fim do filme tão mística quanto no início; Firmino não chega a transformar senão Arouan. A tempestade se desenvolve no cume. Não há ondas no fundo. Transformado em outro homem, Arouan anuncia aos pescadores que não crê mais nas soluções divinas, depois se isola e toma uma decisão que não sòmente não é discutida mas, nem mesmo é comunicada aos pescadores; parte para a cidade, onde trabalhará durante dois anos, para depois retornar com uma rêde que pertencerá à comunidade. A idéia de que as coisas iriam mais depressa e de modo mais eficaz se partissem em conjunto, nem mesmo passa pela sua cabeça. Tôdas as decisões concernentes à comunidade são to-

madas com o desconhecimento desta por uma elite, sem dúvida bem intencionada, mas que está separada dela. Na época, o filme nos pareceu "bastante revolucionário". De uma revolução, êle não tinha, todavia, senão a intenção e nossas esperanças. É um filme ingênuo: sugere que se pode, em suma, dar aos homens a revolução mastigada, revela bem a ilusão na qual viveu durante alguns anos uma certa *intelligentsia* de esquerda. Mas, se o filme não mostra um processo revolucionário, sua honestidade reflete um aspecto da estrutura da sociedade brasileira: essa ruptura entre as massas e seus dirigentes ou os que se dizem tais. *Barravento,* como outros filmes, reflete uma política populista surgida na época de Vargas e que, longe de impulsionar as massas à ação, leva-as à inércia.

Em *Sol Sôbre a Lama* (Alex Viany), essa política se apresenta sob a forma de uma tese segundo a qual são os líderes e não as massas, que podem resolver os problemas dessas últimas. *Sol Sôbre a Lama* retoma a situação de *A Grande Feira,* mas analisa de maneira mais precisa os métodos de ação. No sindicato dos feirantes, dois líderes se defrontam: um açougueiro, mais ou menos esfarrapado, que sugere uma ação de massa, e o gerente de um entreposto de material de construção, mais ou menos bem vestido, que prefere uma campanha de imprensa. O açougueiro leva a melhor e é organizado um ataque contra a draga que fecha a entrada do pôsto onde se aprovisiona o mercado. Acidente: um bêbedo, perverso sexual denuncia o projeto. A polícia espera a multidão e a recebe a fogo. É o fracasso. Mas um fracasso que não é em nada inerente à ação da massa, nem à composição dessa massa, nem às circunstâncias nas quais ela age. No filme, o fracasso é devido a um rapaz mau. Em todo caso, a massa se acha incapaz de resolver seu problema. Passemos ao outro líder. O gerente do entreposto, após o fracasso, decide fechar sua casa e abandonar a feira: êsse comportamento isola-o dos outros feirantes e revela que êle não está ligado à comunidade. Entretanto, à demanda de alguns feirantes, decide agir. Vai a Brasília parlamentar com alguns deputados; voltando, monta uma grande campanha de imprensa em favor da feira, conduz ao local o prefeito de Salvador, que promete se demitir se os feirantes não tiverem ganho de causa. A draga é retirada e a feira recomeça a funcionar. Assim, a massa fracassou quando agiu, e conheceu a vitória permane-

cendo passiva. Não há, pois, com que se inquietar: as instituições aí estão e velam; se elas não resolvem espontâneamente os problemas que afligem o povo, é suficiente pressioná-las um pouco! *Sol Sôbre a Lama* afirma como eficaz a ação correntemente praticada no tempo de Goulart e que consiste em reconhecer as autoridades estabelecidas, e exercer sôbre elas uma pressão por meio de colóquios, campanhas de imprensa, manifestos, a fim de que cedam sôbre um ponto determinado. Se fôr preciso, basta ameaçá-las em nome das massas, mas essa ameaça não é exercida pelas massas mesmas, ela vem de homens que pretendem — nem sempre com justa razão — representá-las. Totalmente falso e reacionário, *Sol Sôbre a Lama* não teve todavia uma ação negativa, porque levou ao paroxismo uma atitude fortemente fixada no "cinema nôvo", mas que não fôra jamais revelada tão claramente, e o filme contribuiu para que um grupo de intelectuais tomasse consciência dela.

A partir de 1964, o "cinema nôvo" se renova. Essa renovação era necessária: não era mais possível dissimular a visão da classe média sob a máscara de um personagem pendular, fazer resolver os problemas populares por líderes messiânicos. A classe média vai tentar se analisar diretamente. O golpe de estado de 1964 precipita a evolução cinematográfica. A mudança é radical; uma nova questão vai orientar a produção: como nós chegamos lá? Dois filmes tentam responder: *São Paulo Sociedade Anônima* (Luis Sérgio Person) e *O Desafio* (Paulo César Sarraceni). As mudanças têm um alcance geral. Em primeiro lugar o cinema torna-se urbano. A maioria dos filmes produzidos até 1963 e todos os êxitos artísticos trataram de assuntos rurais. A partir de 1964, o filme rural torna-se exceção. Na cidade, é o homem da classe média que está em primeiro plano e não se fica mais satisfeito com uma definição social vaga. Êsse personagem, aparecendo na tela, preenche uma ficha policial: sabemos qual é sua profissão, onde êle trabalha, onde mora, indicam-nos mesmo, por vêzes, a importância de sua renda mensal e o valor de seu aluguel. O leque dessa classe média é amplo e vai desde o patrão da pequena usina de peças avulsas para automóveis, até ao pequeno empregado inativo que vive de expedientes. Seu denominador comum é sua reação diante da fatalidade da escolha. Nós vimos que conservar a contra-

dição não era possível, o personagem "classe média" que domina o cinema brasileiro atual sabe que deve escolher, mas não o faz. "Eu não chego a tomar a decisão que concerne à minha vida" diz o personagem principal de *Um Ramo Para Luíza*. E em *Tôdas as Mulheres do Mundo* (Domingos de Oliveira) repetem-no com insistência: "Impossível escolher, impossível escolher". Essa impossibilidade conduz os personagens ao marasmo: êles perambulam, meditam, falam muito, mas é sempre e cada vez mais em função da necessidade de agir.

São Paulo Sociedade Anônima[3] desenrola-se em São Paulo, na época em que se implanta a indústria automobilística (1957-1960). Carlos começa a trabalhar no contrôle da Volkswagen e termina por se tornar gerente de uma pequena fábrica de peças avulsas. Êle tem muitas amantes com as quais não chega a estabelecer relações sólidas, até o momento em que se casa com uma mulher que olha o casamento como um meio de ascensão social. Um dia, Carlos se vê na pele de um pai de família que vai comprar um apartamento à beira-mar, de um gerente de usina que trabalha muito e ganha bem. Mas, dá-se conta de que essa vida não o interessa. Simplesmente seguiu o trajeto que percorrem a maior parte dos jovens de uma certa classe média de São Paulo: com um mínimo de instrução técnica, obtém-se uma situação; o emprêgo assegurado, é possível pagar o aluguel de um apartamento e se casar; o resto não são se não conseqüências. É o que Carlos fêz, mas jamais quis especialmente ser o que é; também não quis ser qualquer outro. Sua vontade não entrou em jôgo para chegar onde está. Êle se revolta. Mas não compreende porque rejeita essa situação, não sabe por quê substituí-la. Jamais fêz projetos, nem para si nem para os outros. Não lhe resta senão aceitar tudo ou tudo rejeitar. Rejeita e foge. Não há outra solução. A fuga é estéril, êle volta. Carlos, que se deixa guiar pelas ofertas da sociedade, que não escolhe nem para si nem para os outros, que não é capaz senão de fugir, chega naturalmente ao fascismo. Aí está o que se tornou o personagem pendular: incapaz de lucidez, incapaz de se situar social e històricamente e de agir em conse-

[3] Êsse filme é uma produção de São Paulo que, inicialmente à margem do movimento, começa tìmidamente a se integrar nêle.

qüência, torna-se um personagem amorfo do qual fôças mais sólidas farão o que quiserem.

Mas o filme nos dá informações mais precisas sôbre essa classe média à qual Carlos pertence, e a coisa é inteiramente nova no cinema brasileiro. Graças ao desenvolvimento da indústria automobilística, o mercado de peças avulsas prospera. Arturo, o patrão de Carlos, lucra com isso. Seu objetivo é sobretudo uma vida melhor, um carro americano, a aparência de um grande industrial. Êle se beneficia da alta repentina dos produtos mas depende inteiramente da grande indústria automobilística. As flutuações do mercado de que vive seguem as da produção automobilística. O pequeno industrial está ligado ao grande industrial. A classe média não é livre para escolher entre a prostituta da feira e a dama que se enfada: ela depende da dama que se enfada.

Assim, fazem sua aparição, ainda tímida, no cinema brasileiro, personagens que estavam inteiramente ausentes: a burguesia, não mais na beira de sua piscina, mas em gabinete de trabalho, e os operários. Êles não são tratados por si mesmos, mas para situar o personagem "classe média". Do mesmo modo, o documentário que não estava interessado senão em assuntos rurais, começa a descrever a sociedade industrial.

Quanto a *O Desafio,* bastante mal compreendido na Europa, tenta analisar a situação de um intelectual após o golpe de estado de 1964. É êle também um indivíduo "classe média" que, em 1963, participou de movimentos populares de cultura, que, como o chofer de caminhão de *Os Fuzis* ou Antônio das Mortes, queria que a revolução se fizesse, que acreditou participar de uma ação e se vê, em 1964, sem nada diante de si. Tudo se desmoronou. Não participou de uma ação, sonhou uma utopia. Passada a ilusão, não lhe restam senão as palavras. Para compreender *O Desafio,* é nescessário compreender que a crítica repousa sôbre a linguagem. O diálogo aparentemente tão literário, as frases feitas, os lugares comuns sôbre Marx, Sartre e a música popular, são tudo o que subsiste depois do desmoronamento. Já vimos a importância que tinham as palavras para o chofer de caminhão de *Os Fuzis.* Na medida em que os famintos não respondem ao apêlo do chofer de caminhão,

em que os pescadores não respondem ao apêlo de Firmino, e na medida em que foram suficientes 24 horas para botar por terra todos os seus projetos, sua tentativa de ação se desmorona e não lhe resta mais que suas frases. A ação de um lado, e as palavras do outro, são duas realidades que não coincidem mais. Assiste-se a uma hipertrofia da linguagem. O intelectual do filme não encontra mais nenhum sentido na ação; seus projetos ruíram; não vê que poderia formar projetos eficazes na nova situação política. Não é um revolucionário; nunca foi; é apenas uma máquina de palavras, uma máquina angustiada.

Atualmente, o cinema brasileiro passa por uma nova transformação. Se bem que o "cinema nôvo" não tenha tido nunca um programa político, foi inspirado por uma ideologia política. Essa ideologia desmoronou-se em 1964, e nada, absolutamente nada de consistente, veio substituí-la. Uma grande parte da *intelligentsia* vive na obscuridade. Êsse fracasso é também um fracasso cinematográfico. Desejou-se transformar a realidade, mas a realidade se mostrou mais forte; ela parece de mármore, inalterável, toma proporções monstruosas. E uma das respostas que os cineastas se preparam para dar a essa realidade monstruosa é o cinema fantástico. Não um fantástico onírico (haverá isso também, é certo) mas um fantástico que é a extrapolação da realidade, que retém dela os elementos julgados mais significativos, e os aumenta até o absurdo. É um fantástico informado pelo real. Essa procura revela ao mesmo tempo um fracasso e um esfôrço para sobrepujá-lo. Isso não é novidade na cultura latino-americana que tem freqüentemente recorrido ao fantástico como meio de expressão de situações sociais, mas o é na cultura brasileira.

Um outro problema se coloca: o do público. O "cinema nôvo" não chegou a interessar o que se concordou chamar o grande público, que perdeu contato com o cinema brasileiro a partir do momento em que a comédia musical pràticamente desapareceu. Não se interessou pelo "cinema nôvo" senão quem já se interessava pelos problemas brasileiros. São um pouco mais numerosos os espectadores, depois de 1960, mas trata-se

sempre de um público restrito, ùnicamente urbano, uma elite. Depois de vários anos, pergunta-se como ampliá-lo, mas não é senão agora que o debate parece conduzir a soluções concretas. A questão se coloca em dois níveis: cultural — o que o cinema dizia, queria transmitir ao grande público, mas não chegou até êle e foi uma frustração para os autores — e econômico — os filmes foram feitos graças a empréstimos, associações financeiras e alguns prêmios (e isso exclusivamente no Estado da Guanabara), mas não se constituiu um capital cinematográfico. Parece que a resposta — muito mais econômica do que cultural — em direção à qual se orienta, é o retôrno à comédia. Trata-se em suma, de dar ao público o que êle quer (e não o que o autor quer, como fêz o "cinema nôvo"): êsse público acolheu de um modo particularmente favorável dois ou três filmes que podiam fazer rir, que não se inquietavam com a situação brasileira, que representavam pessoas da classe média bem vestidas e bem instaladas, com uma vida sentimental que, mesmo quando se complicava, não exigia delas grandes decisões.

Tais têm sido as linhas gerais do diálogo que o "cinema nôvo" empregou com a sociedade brasileira. No fim das contas, êsse cinema nos ofereceu uma longa meditação sôbre o destino incerto da classe média no Brasil.

A Volta às Cooperativas da Morte

ANTÔNIO CALLADO

Escrevendo em *Les Temps Modernes,* no mês de novembro de 1962, dizia Francisco Julião, então deputado federal, homem que em 1955 iniciou no Brasil o movimento das Ligas Camponesas:

"Eu te afirmo, irmão, amigo, camada, que farei de bom-grado — e milhões de brasileiros comigo — uma prece ao Senhor para o repouso eterno desta democracia que engorda os tubarões e esfomeia o povo; isenta de impôsto os latifundiários e nega a terra aos camponeses; permite uma companhia ter lucros de 9.000%, mas aponta metralhadora no peito do trabalhador que faz greve para melhorar o seu salário; uma democracia que permite aos investimentos estrangeiros monopolizar os recursos do País e autoriza a exportação de lucros, uma democracia que fabrica marechais e generais de cinco estrêlas, mas não garante estabilidade ao sargento, denegando o direito de voto ao soldado e ao marinheiro".

Esta democracia brasileira para quem Julião pedia o repouso eterno em 1962 vai muito bem, obrigado, sòlidamente instalada no Brasil. Julião, sim, é que está exilado no México. Os marechais, generais, animais de cinco estrêlas assumiram definitivamente o poder no dia 1.º de abril de 1964 e o Brasil tem hoje o recorde supremo e incontestável de marechais: 95 marechais. No momento em que escrevo, um Marechal, Castelo Branco, está passando a faixa presidencial a outro Marechal, Costa e Silva. E, como se vê pelo número de Marechais, a reserva que temos dêles é inexaurível. É difícil, no momento, imaginar um Brasil em que o Presidente não tenha um quépi na cabeça.

Como chegamos a isto, a êsse estágio triste, é a história de como as esquerdas brasileiras conseguem o paradoxo de serem ao mesmo tempo inexistentes e desunidas; de como os americanos têm ainda o poder de governar a América Latina inteira dentro da fórmula ideal de darem aos países que a compõem plena liberdade *política* de cometer os erros que favoreçam os Estados Unidos *econômicamente;* e como, finalmente, num País de escassa consciência histórica, um único desequilibrado mental numa situação de poder pode levar ao caos uma Nação inteira. Num país mais organizado um pobre idiota como o Presidente Jânio Quadros, que renunciou à Presidência da República em 1961, depois de apenas 7 meses no Govêrno, causaria uma comoção mas traria um alívio também: como um câncer limitado que sai de um corpo são. No caso do Brasil foi como se houvessem arrancado ao País seu fígado, seu coração.

Mas êste não é o assunto do meu artigo, que são as Ligas Camponeses de Francisco Julião, que se concentraram principalmente no Estado de Pernambuco. No momento em que sucedeu o golpe militar no Brasil, o Estado de Pernambuco (em grande parte porque há dez anos as Ligas Camponesas haviam iniciado a agitação nas plantações de cana-de-açúcar) era o grande centro de esperança de uma revolução socialista no Brasil, uma revolução séria e voltada para uma alteração estrutural da economia do País. Como jornalista, estive em Pernambuco cêrca de três meses antes do golpe militar de 1.º de abril de 1964. Quatro pessoas simbolizam para mim o esfôrço

dos grupos que mais fizeram de Pernambuco, naquele momento, uma espécie de universidade e de praça pública do Brasil inteiro, de Estado onde com maior aceleração se fabricavam idéias e onde as idéias se transformavam em armas de luta:

1. O Governador Miguel Arraes, hoje exilado na Argélia.
2. O Deputado Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, hoje exilado no México.
3. O economista Celso Furtado, diretor da SUDENE, hoje exilado em Paris.
4. O comunista Gregório Bezerra, hoje prêso em Pernambuco, condenado a 19 anos de prisão.

Alguns padres da Igreja Católica contribuíram também fundamentalmente para essa bela revolução morta — como Padre Paulo Crespo, Padre Carício e outros — mas as quatro figuras que enumerei são as que melhor simbolizam o surto de vitalidade ideológica e prática que durante um ano procurou implantar no Estado de Pernambuco uma Cuba democrática. Êsses homens, é curioso observar, não trabalharam unidos. Antes caminharam tàcitamente na mesma direção. Celso Furtado, à frente da SUDENE, não cuidava apenas de Pernambuco. Fazia o planejamento econômico dos nove Estados do Nordeste, vítimas da sêca e da miséria, ignorando suas divisões políticas e colocando-se acima dos interêsses políticos. A concepção básica a orientar seu trabalho era — em linhas bem gerais — que o fôsso que se cava entre o Norte agrário e faminto do Brasil e o Sul que se industrializa e prospera é tão grande quanto o que divide o Brasil em geral da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e da União Soviética. Para sair de sua posição de inferioridade em relação às *affluent societies* do mundo, o Brasil precisa antes de mais nada curar em si a fenda que se alarga entre o Brasil pobre e o Brasil rico.

Julião, que ao iniciar seu trabalho das Ligas Camponeses, em 1955, contava com o apoio do Partido Comunista, perdeu-o depois. Tornou-se importante e independente demais para o gôsto do PC. Romântico, individualista, Julião sempre achou, não sem uma certa razão, que quem defende a idéia de Reforma Agrária defende sempre a idéia de dividir as terras particulares entre os camponeses sem terra. Nunca teve paciência

com teses que lhe pareciam ser uma sofisticação da idéia de Reforma Agrária. Sempre desconfiou dos que queriam reduzir a Reforma Agrária a uma oferta maior de empregos bem remunerados e garantidos aos camponeses, ou dos que argumentam, citando o caso do México, que a divisão da terra em minifúndios abole os grandes proprietários mas não torna mais prósperos os donos de propriedades minúsculas, econômicamente inviáveis. Essa atitude de Julião, no entanto, não representava qualquer deficiência intelectual sua. Vinha, isto sim, da intuição romântica mas válida de que antes de se valorizar econômicamente um pária como o nordestino é preciso valorizá-lo humanamente. Julião queria, de fato, uma revolução sangrenta no Nordeste. Queria que os camponeses *tomassem,* com foices e fuzis, as bastilhas dos engenhos de açúcar, das casas grandes. Queria dar-lhes a noção de que o homem não é um ser planejado abstratamente. É um ser que se conhece, em primeiro lugar, pela afirmação violenta de si mesmo. Ainda que fôsse possível salvar o Nordeste sem violência, Julião acharia essa salvação uma pena.

Quando prêso, e diante dos militares que o interrogavam, Francisco Julião, com grande coragem, reafirmou tôdas as suas teses. E foi respeitado fisicamente. Não o maltrataram. Quem teve a chance do martírio, e que a aceitou com uma bela insolência, foi o velho comunista Gregório Bezerra, que está na altura dos 70 anos. Já há muitos anos, desde que os mísseis russos foram retirados de Cuba, os Partidos Comunistas latino-americanos, refletindo a presente fase soviética, adotaram uma atitude extremamente cautelosa e conservadora. No Brasil de hoje um grupo como o da Ação Popular, em cuja cúpula há sacerdotes católicos e que goza de enorme influência entre os estudantes, é mais revolucionário do que o PC. Dostoiévski sonhava com uma Moscou que fôsse a Terceira Roma. No Brasil de hoje Roma está assumindo ares de Segunda Moscou.

A verdade, porém, é que Gregório Bezerra é um comunista de safra antiga. O maior sindicato que se formou em Pernambuco durante o Govêrno Arraes, o de Palmares, era terra sua. E Gregório, que é homem do povo, modesto e simples, sabia que mesmo naqueles dias de tolerância seu nome era um tanto inconveniente (como jovem sargento, Gregório Bezerra tomou parte no levante comunista de 1935), e não aparecia

oficialmente entre os dirigentes de Palmares. Mas trabalhava no campo, aliciando camponeses para que se sindicalizassem. E o trabalho dêsse velho robusto, de cabelos brancos e faces rosadas, era fascinante. Êle adotava, para falar aos camponeses, um tom de autoridade quase terna e uns argumentos irrespondíveis de tão simples. Gregório foi prêso por militares mal houve o golpe militar de 1964. Agora, depois de realizado, seu julgamento público em Recife, Capital de Pernambuco, passa à História o relato de um aprisionamento e de torturas que se diriam inventados. Gregório foi brutalmente espancado, até com canos de ferro, pelo Coronel Villocq Viana e seus soldados. Coberto de sangue foi obrigado a andar, no pátio do quartel, sôbre um ácido que lhe pôs os pés em carne viva. Depois, vestindo apenas um calção de ginástica e tendo ao pescoço três cordas, para que três soldados o arrastassem como um bicho, foi passeado pelas ruas da cidade e insultado como "comunista", "traidor da pátria". O povo aterrado virava a cabeça, para não ver, mulheres desmaiaram e êsse estranho Coronel Villocq fêz questão de parar diante de sua própria casa, apenas para ver sua mulher cair num convulso acesso de chôro. Desapontado com essa falta de colaboração conjugal, o Coronel bateu mais forte ainda. Enquanto teve fôrças e sempre que o insultavam Gregório apontava seus verdugos: "Olha a civilização cristã e ocidental".

Mas como é que Celso Furtado, com sua admirável SUDENE, iniciou um processo de redenção do Nordeste que seus sucessores não conseguiram estancar inteiramente, enquanto Julião multiplicava suas Ligas e os padres fundavam sindicatos que às vêzes passavam para as mãos de comunistas como Gregório Bezerra? Por que é que no Brasil, o País mais tímido do mundo diante da História, e, mais ainda, num pequeno Estado do Brasil de absurdas tradições aristocráticas, como Pernambuco, surgiram e se entrechocaram correntes tão importantes e tão vigorosas de idéias? É que essas correntes existiam antes e existem agora, no subconsciente dêste País recalcado, e o Govêrno de Miguel Arraes trouxe-as ao sol. Miguel Arraes só pôde governar o Estado de Pernambuco durante um ano mas durante êste ano configurou-se ali êsse extraordinário quadro. E note-se que Arraes governava seu Estado num Brasil que tinha então, no Govêrno João Goulart, um Govêrno de es-

querda, mas chefiado por um Presidente acanhado, medíocre e que temia o prestígio de Arraes nas áreas da esquerda.

Eu diria que a tônica do Govêrno Arraes foi a da educação pela agitação. Preparando-se para fazer um grande Govêrno no seu Estado e colocado diante da massa inerte e analfabeta, percebeu que só realizaria o que tinha a realizar se despertasse essas massas da sua letargia. Não só garantiu, pela primeira vez no Brasil, que o salário mínimo dos camponeses fôsse realmente pago, como estimulou e ajudou todos aquêles que desejavam se lançar com fervor ao serviço do povo, fôssem êles padres ou comunistas, revolucionários ou cientistas. Só a história do que realizou o Governador Arraes em matéria de educação de adultos em Pernambuco daria para fazer a glória de outro Govêrno qualquer. Os camponeses aprendiam mais depressa a ler porque começavam por palavras como Povo, Pão, Trabalho, Salário, Voto, e depois por frases como O Pão é do Povo. Não aprendiam a ler como quem aprende um jôgo. Pela leitura entravam de chôfre em si mesmos e no mundo em que existiam.

E nesse ponto, isto é, dentro dessa idéia geral do Govêrno Arraes, de educação pela agitação, Julião se encontrava com o Governador. Mas não eram amigos e aliados. Respeitavam-se mas não se gostavam. O único bom serviço que a chamada "revolução" de 1964 prestou a Pernambuco e ao Nordeste em geral foi prender numa mesma cela, durante seis meses, Miguel Arraes e Francisco Julião. Firmaram entre os dois uma sólida amizade, que antes não existia. O que salva os povos sujeitos à tirania militar é que podem contar com uma estupidez que chega a ser criadora. Isto de os militares trancarem os dois líderes do Nordeste na mesma cela durante meses toca as raias da poesia. Arraes hoje reconhece de bom-grado o que antigamente admitia com as maiores reservas: a imensa importância que teve, para aquêle momento de ouro que foi seu Govêrno no Nordeste, o trabalho de Francisco Julião com suas Ligas Camponesas.

É importante assinalar que a Liga Camponesa foi uma vida extraída diretamente da morte. Tal e qual uma criança saindo de mãe morta. A morte é uma presença constante entre os nordestinos pobres. Êles economizam para morrer. Como me disse Julião um dia: "A morte é a aposentadoria dêles". Quem

vai ao Nordeste (principalmente quem ia ao Nordeste antes do Govêrno Arraes) não encontrava cooperativas de feijão, de arroz ou de farinha de mandioca. A iniciativa dos camponeses só chegara às cooperativas da morte. São as Sociedades Mortuárias. Os lavradores pagam às Mortuárias uma mensalidade muito pequena — mas pagam-na religiosamente — e assim garantem caixões de madeira para quando morrerem. Todo camponês pertence a uma Mortuária, porque há um pavor geral do entêrro em mortalha de papel, o corpo embrulhado num jornal.

Pois me contou Julião que as Ligas nasceram assim. Já era êle advogado de camponeses perseguidos, em 1955, quando recebeu a visita de um líder camponês, José Aires dos Prazeres, que acabava de registrar uma sociedade para fins beneficentes, com sede no Engenho do Meio, perto de Recife, e jurisdição em todo o Estado de Pernambuco. A finalidade básica da Sociedade era: comprar caixões pequenos, de madeira, para enterrar crianças que não estavam matriculadas em nenhuma Mortuária, filhas de indigentes. O que porventura sobrasse era para comprar sementes, inseticidas e instrumentos agrícolas. A jovem Sociedade, de complicado nome, que em breve seria substituído pelo nome (Liga Camponesa) que lhe deu, à guisa de insulto, um jornal assustado com tais organizações subversivas, já tinha outro núcleo no Engenho Galiléia, município de Vitória. Foi nesse Engenho Galiléia que a admirável luta de Francisco Julião tomaria ímpeto e se tornaria conhecida no mundo inteiro. Julião tornou-se o advogado gratuito dos camponeses, o amigo pessoal dêles. Filho de gente possuidora de alguma terra em Pernambuco, Julião conhecia bem os seus caboclos. E, com sua cultura muito mais feita na leitura de poetas revolucionários do que de doutrinadores revolucionários, Julião dominava bem as imagens com que ia mobilizar os camponeses contra a morte das crianças e não a favor de acumular esquifes para elas. E, sobretudo, investiu Julião contra a mais iníqua das instituições feudais do Nordeste agrário: o chamado *cambão*. O aspecto exterior do cambão é paternalista, quase benevolente. Há proprietários que têm sua plantação de cana e que alugam o trabalho de *foreiros*. O proprietário, normalmente, paga um salário ao trabalhador para que êle cuide dos canaviais. Pela terra em que mora dentro da propriedade, e a qual cultiva para seu

sustento, o trabalhador paga um aluguel, um *fôro*. Pois há proprietários que não cobram êsse fôro. Deixam o trabalhador cultivar, de graça, terra de propriedade sua. Com uma condição: durante alguns dias por semana, três ou quatro, o trabalhador dará cambão, isto é, trabalhará de graça para o proprietário. Se êsse benevolente proprietário pagasse ao trabalhador, *durante apenas um ano,* o salário mínimo regional, o trabalhador seria proprietário, ao fim do primeiro ano, de um palmo de terra igual àquele que o dono do canavial lhe cede para seu uso e de sua família.

Para exemplificar dou aqui, tal como o anotei em 1959, quando fazia reportagens sôbre as Ligas de Julião, um caso de cambão, nos valôres monetários daquele tempo: "José Daniel trabalha para o proprietário do Engenho Divina Graça e nada paga pelo sítio de cêrca de 1 hectare que o proprietário lhe empresta. José Daniel só paga 4 dias por semana de cambão, de trabalho que fornece de graça ao proprietário. O hectare de terra, naquela zona, vale de 10.000 a no máximo 15.000 cruzeiros. Trabalhando 4 dias por semana de graça, José Daniel trabalhou para o seu senhor 208 dias por ano. Se algum proprietário nordestino pagasse a alguém o salário mínimo de 100 cruzeiros por dia, José Daniel, no fim do ano, teria comprado sua terra quase duas vêzes". Só no período Arraes, como já foi dito, o pagamento do salário mínimo tornou-se compulsório.

No Engenho Galiléia o então advogado e deputado estadual Francisco Julião não encontrou cambão. Não havia mais nem cana no Engenho. O proprietário, absenteísta, morava no Recife. A propriedade, pedregosa e amontanhada, estava tôda alugada aos foreiros. E, de quando em quando, estourava o drama do aumento de fôro, do aluguel. Com a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (êste o nome oficial das Ligas Camponesas) já em pleno funcionamento as questões em tôrno de aumento do fôro passaram a ser debatidas na justiça. Os camponeses já tinham em Julião seu patrono. O proprietário do Engenho Galiléia, desinteressado da sua terra, distraído com sua vida na capital, não achou nada de mais no fato de os seus foreiros se organizarem. Chegou até a ser presidente de honra da Sociedadede...

Até que lhe falaram no "comunismo" das Ligas, que estavam se alastrando a outros recantos de Pernambuco, e que no Engenho Galiléia tinham agora seu centro. O proprietário resolveu despejar os camponeses, sob o pretexto de que ia vender o Engenho.

A conseqüente batalha judiciária, com vários entreveros com a Polícia, detenção de Julião, mobilização de todos os proprietários contra êle fizeram a fama de Julião e das Ligas Camponesas. A batalha foi ganha por Julião e seus camponeses. O Govêrno do Estado, para impedir que o Galiléia virasse um centro de subversão, desapropriou as terras, pagando bom preço ao proprietário, e entregou-as aos camponeses.

Julião compreendeu que isto era, dentro da vitória, uma meia-derrota. Era preciso que a chama do Galiléia não se extinguisse. E foi alastrando as ligas por todo o Estado de Pernambuco, ganhou a Paraíba, e penetrou ainda na Bahia, em São Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio, Guanabara, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Mas foi realmente em Pernambuco e na Paraíba que elas tomaram seu pleno impulso. E enquanto membros das Ligas eram assassinados pela Polícia e seus advogados eram presos, fazia-se a grande educação das massas camponesas pela agitação de Julião. Quando Arraes assumiu, em 1962, o Govêrno de Pernambuco, encontrou semeado o campo das suas reformas. A cara, antes vazia e inexpressiva dos lavradores brasileiros, começava a adquirir aquêle brilho alegre da cara dos camponeses da China depois de Mao.

O golpe militar de 1964 fechou tôdas as Ligas, interveio nos Sindicatos, deu de nôvo apoio aos proprietários para que paguem o salário mínimo quando entenderem e façam reflorescer o cambão. Só a SUDENE, de certa forma, prossegue, produzindo alguns dos muitos frutos que Celso Furtado plantara. Em primeiro lugar era difícil liquidar a imponente estrutura, sòlidamente montada no Nordeste. Em segundo lugar a SUDENE era demasiado conhecida no mundo inteiro para que o Govêrno ousasse abandoná-la. Resta, finalmente, ao Govêrno a esperança de que pelos caminhos lentos da atual SUDENE o Nordeste ficará um dia apto a dar vida de gente aos cêrca de 25 milhões de pessoas que lá vivem. Mas serão outros 25 milhões

de pessoas, outra geração. Os que lá vivem *agora* estão condenados. Foram condenados no instante em que o Exército cortou com um golpe sêco a grande, a única experiência de socialismo que já teve o Brasil.

Os 25 milhões que no Nordeste se encontram agora estão poupando dinheiro para pagar a Mortuária.

Esta obra foi executada nas oficinas
da Companhia Gráfica LUX, rua Frei
Caneca, 224 — Rio de Janeiro, para a
Editôra Paz e Terra Limitada

Brasil:

Tempos Modernos

Encarregado por Jean-Paul Sartre de preparar um número especial sôbre o Brasil para a revista *Les Temps Modernes*, o economista Celso Furtado convocou diversas figuras representativas do pensamento progressista brasileiro a fim de que, através de suas análises de aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, se pudesse ter uma visão clara dos fatos ocorridos em nosso país nos últimos anos. O Brasil assim pensado aponta para uma ação consciente cada vez mais de que o desenvolvimento social e econômico sòmente nos leva ao humano quando realizado sob os signos da soberania e da liberdade.

UM LANÇAMENTO DE PAZ E TERRA
UMA EDITÔRA A SERVIÇO DOS ESTUDOS
SÔBRE BRASIL E AMÉRICA LATINA

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura